

Volume 2 :

João Carlos Escosteguy Filho
Kaori Kodama
Mariana Muaze
Ricardo Salles

Volume 2 :



História do Brasil II :

História do Brasil III

cederj





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História do Brasil II

Volume 2

João Carlos Escosteguy Filho

Kaori Kodama

Mariana Muaze

Ricardo Salles



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Mariana Muaze

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

João Carlos Escosteguy Filho
Kaori Kodama
Mariana Muaze
Ricardo Salles

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Fábio Peres

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Henrique Oliveira
Jorge Amaral
Paulo Alves

AValiação DO MATERIAL DIDÁTICO

Thais de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Beatriz Fontes
Carolina Godoi
Cristina Freixinho
Thelenayce Ribeiro
Patrícia Sotello

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguilar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alessandra Nogueira
Carlos Cordeiro

ILUSTRAÇÃO

Jefferson Caçador

CAPA

Jefferson Caçador

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2012, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

E74

Escosteguy Filho, João Carlos.

História do Brasil II. v. 2 / João Carlos Escosteguy Filho, Kaori Kodama, Mariana Muaze, Ricardo Salles. — Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012.

258 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-825-5

1. Corte portuguesa no Brasil. 2. Independência do Brasil. 3. Primeiro Reinado no Brasil. 4. Brasil Império. I. Kodama, Kaori. II. Muaze, Mariana. III. Salles, Ricardo. IV. Título.

CDD 981

2012.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Aula 11	– Família, identidades e resistências escravas _____	7
	Mariana Muaze	
Aula 12	– Como se constrói uma nação? _____	53
	Kaori Kodama	
Aula 13	– Modernização e imigração _____	85
	João Carlos Escosteguy Filho e Ricardo Salles	
Aula 14	– Relações internacionais _____	109
	João Carlos Escosteguy Filho e Ricardo Salles	
Aula 15	– A geração de 1870: novos grupos sociais, novas ideias e novos movimentos _____	137
	Kaori Kodama	
Aula 16	– Crise e destruição da escravidão _____	177
	João Carlos Escosteguy Filho e Ricardo Salles	
Aula 17	– Crise do Império e a proclamação da República _____	209
	Mariana Muaze	
Referências	_____	251

Aula 11

Família, identidades e resistências escravas

Mariana Muaze

Meta da aula

Apresentar a importância da família escrava na dinâmica imperial tanto para o senhor quanto para os escravos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o debate historiográfico existente em torno do tema da família escrava no Brasil Imperial;
2. identificar o que dizem os historiadores da atualidade sobre as formas de organização familiar dos cativos: resistências ou paz nas senzalas?
3. identificar as múltiplas formas de resistência escrava no Brasil Oitocentista.

Pré-requisitos

Para que esta aula seja bem aproveitada, é fundamental que você tenha estudado e compreendido as Aulas 7, 8 e 10 que tratam da construção da classe senhorial no Império e de suas estratégias de manutenção do poder. Assim, você poderá relacioná-las com a dinâmica de resistência, construção de identidades e a vida cotidiana dos escravos que discutiremos a seguir.

INTRODUÇÃO

Uma fotografia, muitos questionamentos



Fonte: http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_criticas&cd_verbete=1884&cd_item=15&cd_idioma=28555

Esta fotografia, que atualmente pertence ao acervo do Museu Imperial de Petrópolis, foi tirada pelo suíço Georges Leuzinger, em 1865. Nela aparecem retratados, ao fundo, a lateral da casa de vivenda da fazenda Quititi, em Jacarepaguá, área rural do Rio de Janeiro, e a paisagem com morros já em parte devastados para o plantio do café. Em primeiro plano, o fotógrafo escolheu focar o terreiro de secagem do café. Neste espaço, chamam atenção o sinhozinho sentado em seu cavalinho de madeira acompanhado da babá, provavelmente sua antiga ama de leite; os escravos que no ato do trabalho cotidiano removem os grãos com grandes pás, as crianças negras que por sua pequena idade ainda não participavam da produção em larga escala

e a escrava que carregava seu bebê nas costas ao estilo africano. As duas senhoras brancas foram enquadradas fora do espaço do trabalho (terreiro) e do plano principal da foto, suas presenças só são notadas pelos observadores mais atentos. A hierarquia é a referência principal para a construção da cena imortalizada pelo fotógrafo; uma hierarquia entre senhores e escravos que era legitimada em todo o tecido social do Império e reconhecida desde a tenra infância, como bem sugere a imagem fixada no papel.

O elevado número de crianças ainda pequenas e a presença da escrava, acompanhada de seu bebê, colocam ao historiador atual alguns questionamentos. Teriam nascido naquela propriedade? Existia algum laço de parentesco entre os escravos retratados? Como era a organização familiar cativa nesta e em outras propriedades rurais? Como os escravos viviam e organizavam-se no cotidiano? Mas, se a família cativa e as formas de identidade escravas são hoje um tema importante nos estudos da escravidão no Brasil, é preciso que se tenha em mente que isso é fruto de um longo debate no qual participaram diferentes historiadores e sociólogos. Para entender melhor sobre *família, identidades e resistências escravas* que é a proposta desta aula, vamos acompanhar resumidamente esta discussão.



George Leuzinger

Nasceu em Mollis, Suíça, em 1813 e veio para Rio de Janeiro em 1832. Oito anos depois, adquiriu uma papelaria que passou a se chamar Casa Leuzinger e foi diversificando seus empreendimentos, passando a funcionar como oficina de gravura, tipografia, litografia e, em meados da década de 1860, como ateliê fotográfico. Neste período, iniciou um trabalho sistemático de documentação fotográfica da capital do Império, apenas duas décadas depois da invenção da daguerreotipia, tornando-se um dos fotógrafos

pioneiros no Brasil. Leuzinger, juntamente com os fotógrafos Auguste Stahl e Hunnewell, ilustra o livro *Viagem ao Brasil, 1865-1866*, de Louis Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz, editado em 1866. A Casa Leuzinger também funcionava como editora e publicou o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, entre 1881 e 1882. Como fotógrafo, Leuzinger participou de quatro exposições universais: Viena (1873), Antuérpia (1885) e Paris (1867 e 1887). Para saber mais sobre a biografia e visualizar os trabalhos de Georges Leuzinger e de outros fotógrafos do Império, visite o site www.itaucultural.org.br.

Em torno da família escrava: debates historiográficos

Lançadas nesta base não familiar, outras circunstâncias vêm reforçar a irregularidade dos costumes sexuais da colônia. A escravidão, a instabilidade e insegurança econômicas...; tudo contribuiria para se opor à constituição da família, na sua expressão integral, em bases sólidas e estáveis. A formação brasileira, ao contrário do que se afirma correntemente, não se processou, salvo no caso limitado e como veremos deficiente, das classes superiores da “casa-grande”, num ambiente de família. Não é isto que ocorre com a massa da população: nem com o colono recém-chegado, nem com o escravo, escusado acrescentá-lo; talvez ainda menos com esta parte da população livre, econômica e socialmente instável que temos já visto sob outros aspectos, e à qual falta base sólida em que assentar a constituição da família (PRADO JR., 1994, p. 351).

A família cativa – nuclear, extensa, intergeracional – contribuiu decisivamente para a criação de uma “comunidade” escrava, dividida até certo ponto pela política de incentivos dos senhores, que instaurava a competição por recursos limitados, mais ainda assim unida em torno de experiências, valores e memórias compartilhadas. (...) A “família cativa, no entanto, não se reduzia a estratégias e projetos centrados em laços de parentesco. Ela expressava um mundo mais amplo que os escravos criaram, a partir de suas “esperanças e recordações”; ou, melhor, ela era apenas uma das instâncias culturais importantes que contribuíram, nas regiões do Sudeste, para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos (SLENES, 1999, p. 48-49).

Lendo com atenção as citações acima, não é difícil perceber que ambas tratam da temática da família escrava. Enquanto a primeira resume as formas de pensar dos anos 1930/1940 do século passado, a segunda aponta questões importantes da renovação historiográfica, trazida pela História Social para os estudos da escravidão no Brasil. A comparação entre as duas permite-nos pensar a historiografia sobre o tema e acompanhar o que dizem os pesquisadores da atualidade no que diz respeito às formas de organização familiar dos cativos, suas identidades e instrumentos de resistências.

Em seu livro *A formação do Brasil contemporâneo*, publicado pela primeira vez em 1942, Caio Prado Jr. pensava o “sentido da colonização” com o intuito de explicar a realidade brasileira na contemporaneidade. Identificava, assim, a escravidão e os males engendrados por ela, durante o período da colonização portuguesa como responsável pela frágil coesão social e falta de nexos moral da colônia. Neste contexto, a família escrava era impensável devido à falta de ingerência do escravo sobre o seu próprio destino e ao completo desregramento sexual reinante entre os cativos que atingia não somente os habitantes das senzalas, mas também

os escravos domésticos. O argumento da “licenciosidade das senzalas”, explicitado por Caio Prado Jr., também estava presente na interpretação de outros autores, a exemplo de Gilberto Freyre, e exerceu grande influência no pensamento social brasileiro, por algumas décadas. Nos anos 1940, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, as análises idílicas que consideravam a escravidão brasileira mais amena e suave do que a cubana ou a norte-americana ganharam força e tiveram nos trabalhos de Gilberto Freyre e Frank Tennembaum expressões importantes. Para o último, o patriarcalismo, as experiências de miscigenação e a falta de rigidez social, características da colonização portuguesa, havia engendrado uma “harmonia social” vivenciada no presente.



Gilberto Freire e o mito da democracia racial

Em *Casa grande & senzala*, Gilberto Freire inaugura uma posição importante no pensamento social brasileiro, ao distinguir as categorias *raça* e *cultura*. Sua interpretação valorizava em pé de igualdade as contribuições do negro, do português e, em menor escala, dos índios na formação cultural brasileira. Por este caminho, nosso autor ganha forças não só para superar o racismo que vinha ordenando significativamente a produção intelectual brasileira, mas também para tentar construir uma outra versão da identidade nacional, em que a obsessão com o progresso e com a razão, com a integração do país na marcha da civilização, fosse até certo ponto substituída por uma interpretação que desse alguma atenção à híbrida e singular articulação de tradições que aqui se verificou. (...) Reconhecendo o valor da influência dos negros e dos índios, a reflexão desenvolvida por Gilberto Freire parecia

lançar, finalmente, as bases de uma verdadeira identidade coletiva, capaz de estimular a criação de um inédito sentimento de comunidade pela explicação de laços, até então insuspeitos, entre os diferentes grupos que compunham a nação.

Sucedo, contudo, que esta reflexão aparentemente também continha um segundo significado, responsável direto pela mais dura e frequente crítica que a obra de Gilberto Freire e *Casa grande & senzala* em especial costumam receber. Ela se refere ao fato de que, no mesmo momento em que se afasta do racismo e admite a relevância de outras culturas, nosso autor teria criado uma imagem idílica da nossa sociedade colonial, ocultando a exploração, os conflitos e a discriminação que a escravidão necessariamente implica através de uma fantasiosa “democracia racial”, na qual senhores e escravos se confraternizariam embalados por um clima de extrema intimidade e mútua cooperação (ARAÚJO, 1994, p. 30-31).



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d2/Gilberto_Freire.JPG

Foi somente nos anos 1950 e 1960, com as contribuições de Florestan Fernandes, juntamente com a de outros intelectuais da Escola Sociológica Paulista, como Roger Bastide, Arthur Ramos, Fernando Henrique Cardoso, Oracy Nogueira e Octavio Ianni, que a revisão sistemática das teses sobre a “democracia racial” e a benevolência da escravidão brasileira começou a ser realizada. Suas contribuições são consideradas o primeiro conjunto acadêmico de trabalhos, voltados para uma história social do negro e da escravidão, no Brasil. Esses autores realizavam uma crítica contundente ao mito da democracia racial que se embasava na ideia de que, no Brasil, o preconceito racial era um ingrediente do preconceito de classe e não sobreviveria sem o mesmo.



Escola Sociológica Paulista

Sobre as contribuições da Escola Sociológica Paulista para o debate sobre o negro no Brasil, vale recuperar um trecho da entrevista de Octavio Ianni, para a revista *Estudos Avançados*, em 2004.

Octavio Ianni – É possível afirmar que os estudos sobre as relações raciais no Brasil, desenvolvidos em São Paulo a partir da Universidade de São Paulo, com a participação ativa e pioneira de Roger Bastide e Florestan Fernandes, têm uma inspiração muito evidente e conhecida, graças à contribuição e ao interesse da Unesco para que se esclarecesse e se estudasse qual era a situação racial no Brasil. De certo modo, Alfredo Metraux, em contato com Roger Bastide e Florestan Fernandes (este relacionado com professores de outras partes do país), foi o portador de uma mensagem da Unesco para que fossem feitos tais estudos. Naturalmente, ela encaminhou contribuições materiais para a realização dessa

atividade. Nessa época, também houve estudos realizados por norte-americanos, dentre eles Charles Wagley e Marvin Harris – mencionados no capítulo *Preconceito de marca e preconceito de origem* do livro de Oracy Nogueira *Nem preto, nem branco*. Nesse capítulo, estão listados todos os que participaram desses estudos nessa época. Ou seja, brasileiros e norte-americanos inspirados na proposta da tese de que o panorama racial brasileiro seria diferente da situação nos EUA e em outras partes do mundo, como na África do Sul.

A hipótese mais evidente (confirmada em vários estudos) é de que a Unesco foi inspirada pela ideia de que o Brasil era uma democracia racial. Isso numa época em que o mundo saía de uma guerra em que o racismo era parte intrínseca das batalhas ideológicas e também militares. Pois a brutalidade do racismo, que se desenvolveu com o nazismo (incorporado pelo fascismo), seguramente reacendeu o racismo em outras partes da Europa e do mundo. Impressionados com a tese da democracia racial, os membros da Unesco decidiram fazer estudos para incentivar o esclarecimento do problema. A hipótese de que o Brasil seria ou era uma democracia racial foi adotada com muito entusiasmo e a proposta era apresentar dados substantivos que comprovassem essa tese. Aliás, vários estudos feitos por norte-americanos e por alguns brasileiros seguiam na mesma direção. Ou seja, de que no Brasil havia preconceito de classe e de que o preconceito racial era apenas um ingrediente do preconceito de classe, tese

decorrente de análises oriundas das obras de Gilberto Freyre. E que, inclusive, tem uma raiz no trabalho que Donald Pierson realizou na Bahia.

(...) O impacto desses estudos foi assimilado de modo traumático porque havia na ideologia brasileira e na academia, como ambiente cultural, um certo compromisso com a tese da democracia racial. Com os trabalhos de Roger Bastide e Florestan Fernandes, em *Negros e brancos em São Paulo*, é que foi revelada a realidade do preconceito racial de par em par com o preconceito de classe e, portanto, o preconceito racial constitutivo da sociabilidade na sociedade brasileira.(...) E esse livro – por ser fruto de uma pesquisa empírica, historiográfica em vários níveis (tanto pesquisas de campo como de reconstrução histórica) – incomodou grandemente setores intelectuais e elites no Brasil. Mas também fecundou de maneira surpreendente diversos estudos sobre a questão racial no Brasil, que foram influenciados por essa visão mais rigorosamente científica e fundamentada em entrevistas, depoimentos, relatos e documentos. É preciso reconhecer que um mergulho na história social do Brasil mostra que durante a escravatura formou-se uma poderosa cultura racista. Essa ideia, em grande medida, já está em Caio Prado Júnior, em seu livro *A formação do Brasil contemporâneo*.

Para ler a entrevista na íntegra, acesse o link: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a02v1850.pdf> ou recorra à página da revista *Estudos Avançados* no Scielo.

Em *A integração do negro na sociedade de classes*, Florestan Fernandes estudou o período pós-abolição para compreender o processo de integração dos negros, antigos cativos, na sociedade brasileira. Sua pesquisa concluiu que a maioria dos ex-escravos e da população negra permaneceu nos porões da sociedade sem que lhes fossem dadas condições de ascensão social, e que tal fato refletia-se nos baixos índices de escolaridade e renda, encontrados para este grupo social. Procurando entender os efeitos sociais do escravismo na contemporaneidade, Florestan o definia como um sistema econômico nefasto que marginalizava o homem livre e pobre, além de vitimizar o escravo. Em suas palavras:

A sociedade escravocrata só preparou o escravo e o liberto para os papéis econômicos e sociais que eram vitais para o seu equilíbrio interno. No restante, prevaleceu a orientação de impedir todo florescimento da vida social, organizada entre os escravos e os libertos; por causa do terror até da rebelião negra. (...) Por isso, todas as formas de união ou de solidariedade dos escravos eram tolhidas e solapadas, prevalecendo a consciência clara de que só através de imposição de condições anômicas de existência seria possível conseguir e perpetuar a submissão dos cativos e a dependência fundamental dos libertos (FERNANDES, 1965, p. 74).

Em sua perspectiva, o sistema escravista e sua cruel rotina de trabalho tolheram todas as formas de solidariedades possíveis entre os cativos, deixando-os extremamente frágeis, sem regras de conduta sexual e sem incentivos para a formação de unidades familiares. A escravidão possuía efeitos deletérios que impeliam sobre os escravos um estado de anomia (ausência de leis ou regras de organização) e promiscuidade, no qual a família só podia existir como exceção. Neste sistema tão fechado, a resistência escrava era rara, quase nula e, quando ocorria, era vista como um "ato heroico". Como concluiu o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, o processo de transição para uma sociedade capitalista e burguesa legou "aos escravos, índios, peões livres, camponeses o papel de

testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo sobre o qual operam as forças transformadoras da história” (CARDOSO, 1975, p. 112). Portanto, para ele, os negros (além dos outros grupos citados) seriam incapazes de produzir valores e normas próprias que orientassem sua conduta no social e apenas espelhavam pacificamente os significados sociais que lhes eram impostos pelos senhores.

Como você pode ver, apesar dos inúmeros avanços no debate em relação aos estudos do escravismo e do negro na sociedade brasileira, a perspectiva teórica de “idealização do opressor”, adotada por muitos estudiosos da Escola Sociológica Paulista, deixava os escravos sem nenhuma possibilidade de negociação dentro do sistema constituído. A destruição da cultura da senzala, o estado de anomia vigente entre os cativos, a fragilidade da família cativa e a alienação sistemática da força de trabalho transformaram o escravo num ser passivo e dependente.

Neste sentido, se por um lado há um avanço no que pese a crítica a “democracia racial”, por outro a crença na “licenciosidade das senzalas”, a ideia de que reinava um completo desregramento sexual entre os cativos, defendida por Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., mantinha-se sob nova perspectiva. Florestan, por exemplo, defendia que o sistema produtivo, baseado na escravidão, procurava impedir “todas as formas de solidariedade” entre os cativos, deixando-os sem regras para a conduta sexual e sem incentivos para a formação de unidades familiares.

As décadas seguintes foram bastante importantes para a construção de um novo paradigma de análise e enriquecimento do debate sobre a família escrava. Nos anos 1960 e 1970, um grupo crescente de pesquisadores, ligados à História Social, procurou pensar o papel das classes subalternas como agentes de sua própria história. O foco investigativo voltava-se para operários, escravos, colonizados e classes menos favorecidas. No que diz respeito à família escrava, a historiografia norte-americana trouxe importantes contribuições que proporcionaram uma mudança de olhar através

dos trabalhos pioneiros de Eugene D. Genovese (1974) e Herbert Gutman (1976). Suas pesquisas sobre a comunidade escrava contaram com um vasto corpus documental que cruzava fontes de natureza quantitativa – a exemplo dos registros paroquiais, inventários, listas nominativas – e qualitativa, tais como processos – crime, cartas ditadas por ex-escravos, relatos de viajantes. O escravo, agora encarado como agente social, era capaz de negociar e agir cotidianamente, apesar das dificuldades impostas pelos horrores do cativeiro. O trabalho destes autores foi importante para afastar definitivamente as interpretações dicotômicas que colocavam o escravo no papel de vítima ou herói. Ademais, serviram para rejeitar a ideia de que o negro em cativeiro vivia despojado de sua herança cultural ou culturalmente sem raízes. Abria-se, definitivamente, o caminho para que as identidades, as práticas de sociabilidade, as resistências e estratégias de sobrevivência dos escravos no cativeiro se tornassem importantes temas para a pesquisa histórica.

No Brasil, o novo enfoque emergiu também muito por influência do historiador marxista inglês E. P. Thompson, em meados dos anos 1970. Assim, como bem definiu João Luis Fragoso, buscou-se apreender:

Novos aspectos da escravidão, tais como práticas de resistência cotidiana, formação de parentelas, negociações com grupos subalternos livres etc. Ao fazerem isso, desenvolveram refinadas técnicas de investigação, inspiradas na antropologia e na redescoberta de fontes primárias, como processos-crime, por exemplo. Outros grupos também, sem descartar o estudo das trajetórias de vida, tiveram maior influência da história serial francesa e deram especial atenção às denominadas fontes massivas e reiterativas, como inventários post-mortem e registros paroquiais. Com isso, foi possível ter mais clareza sobre movimentos demográficos, caracterizar melhor aspectos da dinâmica social do escravismo brasileiro (por exemplo, a presença estrutural de multidões de pardos e forros), os diferentes padrões de família, as práticas de aliança através do compadrio etc. Com isso, foi possível mais clareza sobre movimentos demográficos,

os diferentes padrões de família, as práticas de aliança através do compadrio. Entender a escravidão como processo geracional, como resultado das interações de seus agentes: senhores, pardos, escravos etc. Substituir a ideia de vítima pela de agente social. Grupos subalternos que, apesar de miseráveis, também agem e pensam como sujeitos (GUEDES, 2008, p. 11-12).

Sob estas bases, grande parte da historiografia atual procurou pensar o escravismo na sua historicidade, ou seja, como um sistema construído por agentes sociais múltiplos, senhores, traficantes de escravos, feitores, escravos, dentre outros. Nesta nova perspectiva, não havia mais espaço para a permanência da visão dicotômica de vítima ou herói. Por outro lado, reabilitaram-se as lutas de classe no contexto da sociedade escravista, tornando possível a elucidação de uma política senhorial de domínio que visava aproveitar os anseios dos próprios escravos por melhores condições de sobrevivência no cativeiro, para torná-los mais vulneráveis. Desta forma, muitas pesquisas procuraram compreender um jogo cotidiano de forças que, mesmo cabendo pesos de poder desiguais entre as partes envolvidas, abria ao cativo, possibilidades de negociações e barganhas necessárias à reprodução ou transformação do próprio sistema de dominação.

Dentre os autores que se dedicaram à História Social da Escravidão, podemos citar os trabalhos pioneiros de Robert Slenes – *Na senzala uma flor* – Manolo Florentino e Roberto Góes – *Paz nas senzalas* – como tendo importância destacada na discussão do tema da família cativa, no século XIX. Envolvidos num movimento historiográfico mais amplo de inserção do escravo enquanto agente histórico, de ampliação das fontes e metodologias de pesquisa, estes autores desenvolveram abordagens substanciais que, ainda hoje, movem o debate sobre o tema. Mas esta é uma discussão que merece ser acompanhada mais de perto. Na próxima parte, estudaremos a família escrava no Brasil, dando ênfase à matriz de pensamento destes dois autores.



Atende ao Objetivo 1

1.

Freyre colocou os negros na História do Brasil. A Escola Sociológica Paulista responsabilizou a escravidão de homens-objeto pela difícil situação dos negros e seus descendentes, no Brasil Contemporâneo. A historiografia antropológica da escravidão permitiu a visualização da humanidade cultural do escravo (FARIA, 1997, p. 258).

A partir do que você leu sobre os debates em torno da família escrava no Brasil, explique a afirmativa acima.

Resposta Comentada

Gilberto Freyre trouxe uma contribuição importante para a interpretação do Brasil ao distinguir raça e cultura, e fazer uma crítica ao racismo vigente na produção intelectual brasileira, valorizando as contribuições da cultura negra para a sociedade brasileira em pé de igualdade com a portuguesa. Contudo, muito de sua interpretação foi utilizada para construir o chamado "mito da democracia racial", que percebia a escravidão brasileira como mais branda e igualitária do que a norte-americana, por exemplo. A Escola Sociológica Paulista teve grande

importância no sentido de desqualificar esta interpretação da sociedade brasileira e colocar o racismo e a desigualdade social em pauta, porém, ao fazê-lo, relegou o escravo à posição de instrumento passivo das mudanças sociais. Desde os anos 1970, muito sobre a influência da Antropologia e dos trabalhos do historiador E. P. Thompson, vários autores, ligados à História Social, vêm trabalhando com os escravos e outros grupos subalternos como agentes sociais, buscando recuperar as experiências dos escravos no cativeiro. Nesta perspectiva, novos campos de trabalho ligados à história da escravidão abrem-se, tais como: família escrava, fugas e resistências escravas, irmandades etc.

Família escrava: resistência ou paz nas senzalas?

A virada do século XVIII para o XIX foi um período de expansão das produções agrícolas de exportação nas Américas – principalmente açúcar, algodão e café – devido às mudanças significativas na economia-mundo, ligadas ao processo de industrialização da Europa e à revolução escrava de São Domingos, iniciada em 1791. A colônia francesa respondia por parte significativa da produção destes gêneros tropicais e, devido à guerra de independência, muitas de suas áreas produtoras viram-se desarticuladas e superadas por outras regiões concorrentes que passaram a suprir a demanda internacional crescente, proveniente, principalmente, da Europa e Estado Unidos. O Brasil, mais especificamente o sudeste escravista, foi um dos grandes beneficiados com a desestruturação da economia da ilha caribenha. Em pouco tempo, o açúcar e o café atingiram índices de destaque nas exportações brasileiras através da estruturação de modernas economias de *plantation* no sudeste escravista, principalmente na região do Vale do Paraíba.

Até 1850, o número de escravos recém-chegados da África que ia trabalhar no cultivo do açúcar e do café nestas áreas era

imenso. Com a proibição do tráfico Atlântico em 1850 (Lei Eusébio de Queiroz), o perfil dos cativos que foram para as áreas de *plantation* do sudeste mudou sensivelmente, havendo um crescimento no número de crioulos, ou seja, escravos nascidos no Brasil. Contudo, a região continuou a receber escravos em grande quantidade até, pelo menos, 1880, devido ao ritmo aquecido da economia cafeeira. Diferente do período anterior, os escravos agora provinham do tráfico interno e advinham de áreas economicamente decadentes do Império.

Robert Slenes concentrou seus estudos sobre a família escrava nas novas áreas de grande lavoura do sudeste brasileiro, em ascensão na primeira metade do século XIX. No caso de Campinas, localidade representativa do oeste paulista, o açúcar foi o principal produto da região até 1860, quando foi definitivamente ultrapassado pelo café. No Vale do Paraíba fluminense, outra região pesquisada, a superação do açúcar pelo café deu-se mais cedo, na década de 1830. Mas, no novo contexto, não era só o produto exportado que se alterava. Para montar uma grande estrutura de *plantation*, foram necessários milhões de braços africanos escravos, que chegavam ao Brasil diariamente via tráfico Atlântico, e concentravam-se nas médias e grandes propriedades destas novas áreas produtoras.

Com base numa releitura dos viajantes e em pesquisas no campo da demografia histórica, Robert Slenes identificou a existência de famílias conjugais relativamente estáveis nas comunidades de senzala, questionando a interpretação hegemônica da incompatibilidade entre cativo e parentesco. Segundo ele, a família escrava, apesar de sua vulnerabilidade face às condições da escravidão, foi uma instituição social viável nas regiões de *plantation* do sudeste do Brasil. Como família, muitos escravos puderam reter suas identidades e aprenderam a lidar com pressões psicológicas que a escravidão impelia-os. Para o historiador, a família cativa deve ser olhada num duplo aspecto. A curto prazo, ela concedia ao escravo “algo significativo a perder”, fornecendo ao senhor um

instrumento efetivo de controle social; mas a médio e longo prazos, a família reforçava as identidades no cativeiro, através das redes de solidariedade firmadas entre seus membros.

Segundo o autor, o interesse dos senhores nas uniões matrimoniais, formais e informais dos cativos ia muito além do simples cálculo dos lucros, advindo da reprodução dos mesmos. Este era parte da política senhorial de domínio que, através de pequenas benesses e incentivos paternalistas (como a formação de família escrava, por exemplo), visava dividir a comunidade escrava entre si, aumentando, assim, o controle sobre os cativos. Dentre outras coisas, os senhores deixavam livre a escolha dos casais, mas reservavam a si o direito paternalista de sugerir, aprovar e vetar os escolhidos. Ao formar seus lares, os cativos tinham um poder real de escolha, mas o exercício desse poder esbarrava sempre na vontade de seus proprietários. A família escrava contribuiu tanto para a dependência, quanto para autonomia de seus membros.



Paternalismo e família escrava

Sobre o assunto, Hebe Mattos apresenta o seguinte ponto de vista:

O segredo do código paternalista de domínio escravista estava no poder senhorial de transformar em concessão qualquer ampliação do espaço de autonomia no cativeiro. A violência era parte integrante deste sistema, mas passava a responder a certas regras ou expectativas que acabavam por legitimá-las perante os outros escravos. Até mesmo a compra de alforria pelo cativo podia ser lida como concessão senhorial – desde a doação do tempo e das condições para formar pecúlio e a concessão do reconhecimento daquela propriedade até a concordância com a alforria mediante a indenização. A família escrava tornava-se também uma concessão senhorial (MATTOS, 1997).



Figura 11.1: Dentre as conquistas cativas, proporcionadas pela formação familiar, citadas por Robert Slenes, estava a utilização de senzalas em separado para os componentes de um grupo familiar. Litografia Victor Frond para a publicação de Charles Ribeyrolles, *Álbum Brasil Pitoresco: álbum de vistas, panoramas, monumentos, costumes, etc.*, com retratos de Sua Majestade Imperador Dom Pedro II e Família Imperial, 1861.

Fonte: Arquivo da Biblioteca Nacional digital, ver: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/th_christina/icon1113654/icon1113654_53.jpg.

Não há como negar que a família escrava foi uma realidade no sudeste escravista brasileiro, durante o século XIX, principalmente nas grandes *plantations* onde o maior número de cativos aumentava a probabilidade de formação de núcleos familiares. Os escravos valorizavam a família conjugal estável e lutavam com empenho para formá-la e resguardá-la. A agricultura de *plantation* por sua grande escala aumentava drasticamente a razão de masculinidade entre os escravos. Nesta conjuntura, a comunidade de senzala possuía uma grande quantidade de homens onde boa parte deles casava-se tardiamente ou nunca se casava. A configuração mais comum nos grandes plantéis era, portanto, uma maioria de mulheres e uma minoria significativa dos homens que formava famílias. No entanto, as pesquisas mostram que as famílias constituídas gozaram de certa estabilidade no tempo e a maioria das crianças escravas passava a infância com ambos os pais.



A lei de 1869

Em 1869, foi promulgada a lei que proibiu a separação de escravos casados e declarou ilegal o afastamento de mãe ou pai de seus filhos menores de 15 anos (limite este que foi reduzido para 12 anos, em 1872). Segundo Robert Slenes, esta lei veio legitimar um costume já existente nos médios e grandes plantéis de escravos. Em suas pesquisas para as décadas de 1870 e 80, verificou uma relativa estabilidade na amostra de 13 destas posses, fato que sugere uma continuidade no tempo e não uma mudança brusca a partir de 1869, ano em que a lei entrou em vigor. Portanto, 1869 não seria um grande divisor de águas na estabilidade das famílias negras em grandes e médios plantéis. No entanto, o mesmo não se verificaria nas propriedades com poucos escravos onde os senhores não seguiram esta prática antes da obrigatoriedade legal.

Como vocês devem estar percebendo, a perspectiva de Robert Slenes ressalta as identidades e resistências cativas no cotidiano da escravidão. Para defender este ponto de vista, o autor ressalta a relação entre heranças africanas e experiências escravas, demonstrando que a busca pela formação de laços familiares e parentais na realidade do cativo muito tinha a ver com a experiência africana pregressa. A maioria dos escravos importados para a região de *plantation* de sudeste do Brasil desde o final do século XVIII até 1850 era falante da língua bantu e estruturava-se socialmente em torno da família concebida como grupo de parentesco, linhagem, traçado a partir dos ancestrais comuns. Sua suposição é que os africanos aqui chegados tinham em mente preservar esses princípios, quando constituíam suas

famílias, laços de compadrio e solidariedade. Paralelamente, casar também significava ter esperança de melhorar de vida de algumas maneiras, como ganhar um espaço de moradia em separado para viver com a família ou poder cultivar roça própria em um ou mais dias por semana.

Em sua pesquisa, Robert Slenes atenta para três pontos importantes no que diz respeito à formação de famílias escravas e formação de identidades nos grandes plantéis do sudeste escravista. Primeiro, esta era uma região em franca expansão econômica durante o século XIX e, portanto, não pode ter suas conclusões generalizadas para outras áreas do Brasil. Segundo, a estabilidade conquistada pelos escravos no que concernia ao núcleo familiar era sempre relativa e precária, pois os negros não tinham nenhuma garantia contra os desmandos de seus senhores. Terceiro, a argumentação da importância da família escrava e os pequenos benefícios que ela poderia significar no cotidiano do escravo não se confundem com a defesa de um cativo brando. O autor conclui dizendo que:

Os escravos certamente não puderam criar as instituições familiares que eles desejam, mesmo no contexto da *plantation*. Os senhores, contudo, também não puderam construir suas posses exatamente como eles queriam; muito menos transformar seus trabalhadores em máquinas, desprovidos de todas as formas de união e solidariedade. Não há dúvida de que família escrava forjada nesse embate teve uma certa utilidade para os senhores. A formação de uma família transformava o cativo e seus parentes em reféns. Deixava-os mais vulneráveis às medidas disciplinares do senhor (venda, punições) e elevava-lhes o custo de fuga, que afastava o fugitivo dos entes queridos e levantava para estes o espectro de possíveis represálias senhoriais. Neste sentido, a relativa estabilidade das propriedades maiores não traduzia bondade dos senhores ou benignidade do regime escravista. Ao contrário, ao abrir o espaço para o escravo criar uma vida dentro do cativo, a estabilidade torna mais terrível ainda a ameaça eventual de separação de parentes por venda. Além

disso, ela incita a concorrência por recursos na construção de um cotidiano, criação de tensões no meio escravo, com repercussões políticas. Laços de compadrio e de família constroem redes de solidariedade, mas também demarcam fronteiras entre grupos (SLENES, 1999, p. 114).

Manolo Florentino e Roberto Goes ao pesquisarem o tema apresentam uma perspectiva diversa. Para os historiadores, a família escrava foi um elemento estrutural na manutenção e reprodução do escravismo no Brasil, porque, através dela, os senhores conseguiram manter a “paz nas senzalas”, sendo, portanto, um importante instrumento político de dominação da elite senhorial. Sob este ponto de vista, os ritmos e fluxos de Tráfico Atlântico de escravos no século XIX se apresentam como variantes de extrema importância para se entender a composição das famílias escravas.

Utilizando-se de um corpus documental vasto que inclui inventários *post-mortem* de várias capitanias do Rio de Janeiro, entre 1790 e 1850, aliado à metodologia da demografia histórica, Manolo e Goes estudaram a composição das escravarias das *plantations* do sudeste brasileiro e suas redes de relações familiares e de parentesco. Como resultado, encontraram um grande número de escravos com procedências, experiências e origens diversas. Segundo eles, esta composição fazia com que um plantel de escravos não fosse, em princípio, a tradução de um nós; ou seja, as experiências e identidades entre as comunidades cativas eram diversas. A própria dinâmica do tráfico colocava diariamente no mercado um incontável número de cativos recém-chegados, “forasteiros”, que, por sua vez, eram comprados e conduzidos às suas fazendas de destino nas diferentes localidades. Assim, as senzalas eram mantidas em altos graus de tensão social, devido à permanente introdução de forasteiros. O cativo baseava-se na constante produção social do estrangeiro (indivíduo desprovido de laços parentais), mantendo uma dinâmica perversa na qual os cativos faziam e refaziam o parentesco através da constituição de novas famílias, enquanto que o mercado produzia e reproduzia incessantemente novos estrangeiros.

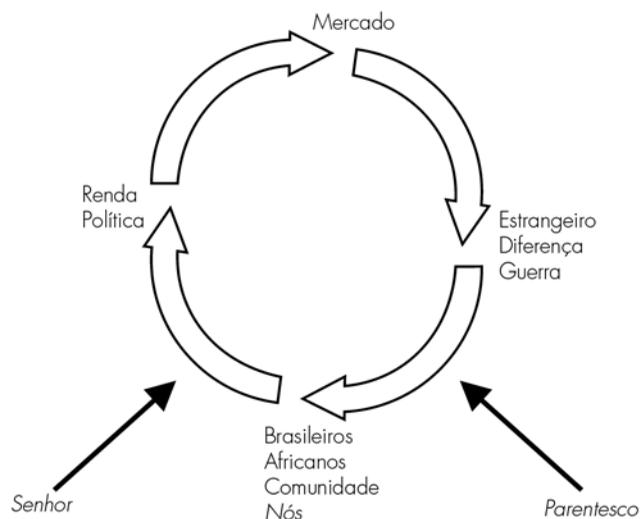


Figura 11.2: A dinâmica social nas senzalas.

Fonte: Desenho adaptado de Florentino e Goes (1997, p. 37).

Para os cativos era vital construir laços de solidariedade para sobreviverem no cativeiro e o parentesco representava o mais importante deles, sendo “o cimento da comunidade escrava”. As relações parentais introduziram a “paz das senzalas” porque criavam uma nova sociabilidade entre pessoas de procedências diversas, retirando-lhes de um estado de guerra de todos contra todos. Contudo, ao constituírem famílias, os escravos fragilizavam-se frente aos desmandos de seus senhores, ou seja, se por um lado a família escrava estabelecia regras de convívio entre escravos, por outro pacificava os mesmos, representando um ganho político significativo para os senhores. Para Manolo e Goes, “o movimento de criação e recriação de parentesco cativo era um elemento-chave no processo pelo qual se produzia o escravo. O cativeiro era estruturalmente dependente do parentesco cativo” (FLORENTINO; GOES, 1997, p. 37). Nesta dinâmica, o Tráfico Atlântico era eficiente em vários sentidos. Além da reposição da mão de obra das grandes fazendas, o ingresso incessante de novos cativos diluía as estratégias escravas, destinadas a criar uma vida comunitária em bases cooperativas, possibilitando o

maior controle senhorial, sem contar a função sociológica de reter os lugares sociais do escravo e da elite branca, e proprietária (reafirmando a diferença internas e externas entre as camadas livres e não livres) na sociedade imperial.

Sobre a composição das famílias escravas, as redes de parentesco e as formas de aliança nas comunidades de senzala, os autores fazem colocações importantes que merecem ser recuperadas. Na primeira metade do século XIX, a constituição de famílias entre os escravos era uma estratégia para fazer aliados políticos. O casamento e o nascimento de descendentes estreitavam laços de aliança no difícil cotidiano do cativo. Porém, os laços parentais extrapolam a consanguinidade e a família escrava abria-se para aumentar a possibilidade de alianças políticas. O caso do compadrio é significativo neste sentido e foi comprovado em 60% das famílias estudadas, podendo se aplicar, inclusive, a escravos oriundos de plantéis distintos das crianças batizadas.

Na região pesquisada por Florentino e Goes, a maioria das famílias escravas era casada oficialmente ou matrifocal, conclusão que coloca em xeque definitivamente o mito da “licenciosidade das senzalas”. A família cativa tendia a assumir a forma nuclear – pai, mãe e filhos –, mas os vínculos de parentesco podiam chegar até a terceira geração (horizontalmente e verticalmente), sendo possível encontrar avós, tios e primos da mesma parentela. Devido à grande quantidade de mão de obra masculina proveniente do Tráfico Atlântico, a distribuição entre os sexos era desequilibrada: havia escassez de mulheres, um alto índice de masculinidade e um grande contingente de homens celibatários. A maioria das mulheres constituía família e tinha o primeiro filho entre 14 e 17 anos, idade bem abaixo da encontrada para as mulheres livres da colônia, mas que seguia o padrão cultural africano. As crianças herdavam os nomes dos pais ou das mães, sendo o primeiro caso o mais recorrente entre os escravos fluminenses. Tal prática reiterava os laços entre pais e filhos, assegurando a continuidade temporal da relação.

As pesquisas de Florentino e Goes, assim como as de Robert Slenes, comprovam que a possibilidade de um escravo constituir família aumentava quanto maior o número de cativos de uma fazenda e o mesmo corria em relação à estabilidade do grupo familiar formado. A morte do patriarca e a partilha eram momentos tensos para a escravaria, pois era grande o medo da separação dos parentes. Para os grandes plantéis, os estudos comprovaram que 3 entre 4 famílias escravas permaneciam unidas, após a partilha dos herdeiros. O casamento religioso era conveniente para o escravo, pois o catolicismo recriminava a separação de casais e famílias, e foi mais recorrente nas *plantations* escravistas de São Paulo do que do Rio de Janeiro. Contudo, apesar da sanção legal e religiosa que protegia os parentes escravos, em pequenos plantéis a separação de parentes era mais recorrente.

Em relação à idade, Florentino e Goes verificaram que os escravos mais velhos concentravam o poder de ordenar e pacificar a vida em comunidade. Este papel de destaque dentro da comunidade de senzala conferia-os uma espécie de monopólio sobre as mulheres mais jovens. Seja africano, seja *crioulo*, quanto mais velho era o cativo, maior a diferença etária entre ele e sua esposa, sempre selecionada entre as mais jovens e férteis. Nesta lógica, ocorria que os rapazes eram permanentemente excluídos do acesso às escravas mais jovens e costumavam casar com mulheres já idosas.

A escravidão instaurava um cenário permanente de tensão entre os escravos, principalmente pela chegada dos “negros novos”, estrangeiros em relação à sociedade luso-americana. Esta tensão traduzia-se na rivalidade entre africanos e *crioulos* no interior da comunidade de senzala e pode ser comprovada pela baixíssima frequência com que se casavam. Na visão dos autores, *crioulos* e africanos viviam, portanto, em um estado social de guerra. Ambos tinham acesso ao casamento, mas, em épocas de aumento no volume do tráfico, percebe-se uma maior dificuldade dos africanos realizarem casamentos dentro da norma. Florentino e Goes notaram a seguinte relação: em momentos de tráfico estável, os africanos

tendiam a constituir o matrimônio com parceiros da mesma etnia e apenas 1 em cada 5 casamentos unia pessoas de comunidades diferentes (congós, minas, cassanges, moçambiques etc.). Contudo, em épocas de grandes desembarques, esta relação alterava-se por completo e quase 4 em 5 casamentos ligavam etnias diferentes. O crescimento do tráfico também ampliava a gama de povos africanos e, portanto, os casamentos entre parceiros africanos de grupos étnicos distintos ocorriam com mais frequência. A condição a qual o escravo estava submetido impedia-o de buscar, no novo contexto, as particularidades culturais africanas de que eram herdeiros. “O que se tornava único estava fadado a dissolver-se através de uniões conjugais, entre outros laços, para ressurgir uma nova identidade, doravante africana” (p. 151).

Ricardo Salles, em seu livro *E o vale era escravo*, aplica a metodologia utilizada por Florentino e Goes (análise quantitativa de dados demográficos sobre a população escrava em inventários *post-mortem*) para estudar as famílias escravas no Vale do Paraíba fluminense, região exportadora central da economia escravista, no período subsequente ao trabalho em *A paz das senzalas*. Segundo Salles, a escravidão foi estruturalmente dependente do tráfico, durante a sua vigência até 1850. Contudo, encerrada a entrada legal de africanos no Brasil, a continuidade da escravidão em Vassouras foi garantida pela reprodução natural do escravo, sendo a família cativa um fator determinante neste processo. Diante desta constatação, o historiador aprofunda sua pesquisa no período pós-tráfico, quando as pressões cativas por mais espaços de autonomia e as formas de controle senhorial ampliaram-se na região, e conclui:

É possível que, após 1850, diante da intensificação do comércio interno de escravos, os senhores tenham visto a estabilidade das famílias como um obstáculo importante à administração dos negócios. A impossibilidade de separar cônjuges geraria problemas de mobilidade de mão de obra. Mobilidade necessária para atender às novas demandas: abertura de novas terras, compra de propriedades, partilha de

bens, liquidez de capital etc. (...) A situação teria começado a mudar, a partir de meados de 1860. Então, os plantéis e as comunidades de senzala passaram a tender à estabilidade. Nessa situação, as famílias cativas ganharam mais segurança, fosse pela pressão que os próprios cativos exerciam em sua defesa contra a lógica do mercado, fosse porque passaram a ser mais valorizados pelos senhores, como base para a expansão ou manutenção numérica de seus plantéis. O casamento ou união estável entre cativos em Vassouras era uma realidade pós 1860. (...) A constituição de uma família era, ao mesmo tempo, uma situação a ser conquistada e um patamar para o alargamento dos espaços de autonomia. Nesta busca, a escala era a liberdade: liberdade de mais tempo de lazer, de trabalhar em roça própria, liberdade de acumular pecúlio, liberdade de ver crescer os filhos junto a si, enfim, romper o jugo da escravidão, para si ou para algum membro da família (SALLES, 2008, p.178).

Segundo ele, nos primeiros anos após o fim do tráfico negreiro, houve uma diminuição da mão de obra disponível no mercado, devido à interrupção da entrada de novos africanos. Nesta nova conjuntura, ocorreu um aumento dos preços reais dos escravos e uma consequente valorização do patrimônio dos grandes fazendeiros, o que desencadeou uma forte tendência à concentração social e territorial da propriedade. A posse de escravos, anteriormente disseminada por todo tecido social nas diferentes regiões do Império, gradativamente, passou a se restringir aos grupos sociais mais abastados e às áreas mais dinâmicas da economia (o Vale do Paraíba, por exemplo). Pouco a pouco, a manutenção da ordem escravista ia se tornando interesse de um grupo social restrito: os grandes proprietários, principalmente do sudeste.

Por outro lado, a interrupção do tráfico representou uma mudança significativa no perfil das famílias escravas. Analise com atenção o gráfico e a tabela a seguir. O que você notou?

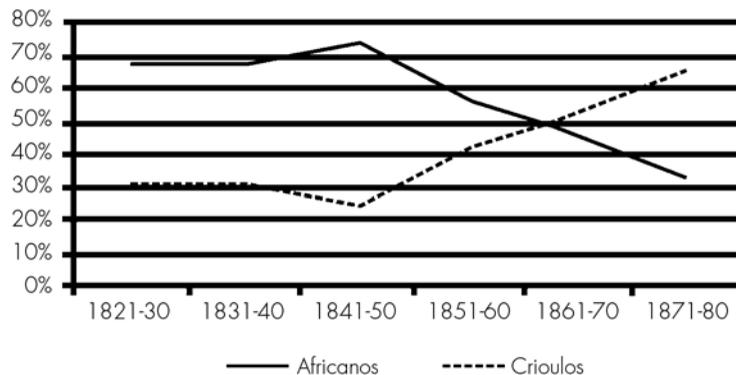


Figura 11.3: Evolução da razão de masculinidade em Vassouras, por décadas – 1821/1880.

Fonte: Desenho adaptado de SALLES (2008, p. 181).

Tabela 11.1

1821-1830	1831-1840	1841-1850	1851-1860	1861-1870	1871-1880
214	231	175	159	151	128

Fonte: Tabela adaptada de SALLES (2008, p 197).

A partir da década de 1860, houve uma forte tendência à *crioulização* e *ladinização* dos grandes plantéis e, conseqüentemente, da própria família cativa. A taxa de masculinidade dos grandes plantéis também sofreu queda, o que significou um maior equilíbrio entre os sexos e um aumentando das possibilidades de uniões estáveis. O número de filhos e a expectativa de vida do escravo também apresentaram crescimento, trazendo uma estabilização das condições naturais de reprodução das comunidades de senzala. Tais alterações, em conjunto, foram representativas para que à época, naquela região se construísse uma sociedade escravista madura, com base na comunidade escrava estável, assentada na família.

Na década de 1860, a maioria dos escravos dos grandes plantéis possuía laços familiares, de amizade e compadrio dentro e fora da comunidade cativa e dominava os códigos sociais vigentes. Diferente do período anterior (pré-1850), onde a entrada recorrente de “estrangeiros”, “negros novos”, nos plantéis colocava

a comunidade escrava em constante estado de tensão; agora, a escravaria tinha maiores chances de conquistar os espaços sociais que julgava importantes, tais como: constituição de pecúlios, compra de alforrias, direito ao cultivo de uma roça familiar ou pessoal. Nos grandes plantéis, a família escrava pouco a pouco ia aumentando o seu poder de barganha junto aos senhores e conquistando pequenos benefícios no contexto do cativo. E os senhores, como agiram nesse processo? Diante do quadro de escassez de mão de obra, muitos fazendeiros aumentaram o controle sobre suas escravarias e dificultaram a concessão de alforrias, porque a reposição do escravo havia ficado mais cara. Nas regiões menos dinâmicas, agora atingidas pela pressão do tráfico interprovincial, muitos escravos viram-se separados de suas famílias porque foram vendidos para as *plantations* cafeeiras do sudeste, que acabavam concentrando a maioria da mão de obra escrava disponível.



Tráfico interprovincial

A experiência desses escravos, arrancados de suas distantes províncias de origem e negociados no sudeste, geralmente para fazendas de café, pode ser melhor contextualizada no quadro mais amplo do tráfico interprovincial na segunda metade do século XIX. Segundo as estimativas de Robert Slenes, esse movimento de população despejou no sudeste, a partir de 1850, cerca de 200 mil escravos. O auge desse movimento de transferência interna de cativos ocorreu entre 1873 e 1881, quando 90 mil negros, numa média de 10 mil por ano, entraram na região, principalmente através dos portos do Rio de Janeiro e de Santos. Só a polícia do porto do Rio registrou a entrada de quase 60 mil escravos nos nove anos de apogeu do tráfico interprovincial (CHALHOUB, 1990, p. 43).



Brecha Camponesa

Em 1975, o historiador Ciro Cardoso chamou a atenção dos estudiosos brasileiros da escravidão no Brasil para a importância da brecha camponesa. Com este termo, emprestado de um especialista do Caribe, ele quis referir-se à produção independente de alimentos pelos escravos, para uso próprio ou para venda do excedente produzido. Cardoso argumentava que a brecha abria ao escravo um maior espaço psicológico e econômico, sem contudo, abalar ou modificar significativamente as estruturas do escravismo. Em trabalho publicado em 1987, no entanto, ele confere ao fenômeno uma importância mais significativa. Sustenta agora que a luta entre escravo e senhor em torno da brecha camponesa era um elemento central na própria formação do modo de produção escravista colonial. A atual posição de Cardoso contrasta com a de Jacob Gorender, que nega qualquer impacto da brecha camponesa sobre o escravismo. “Nem por cultivar seu lote com autonomia, o escravo deixava de ser bem vental, submetido aos interesses mercantis do senhor”, diz Gorender – como se o princípio que definia a escravidão por si só determinasse as relações de produção e instituísse o escravismo. (...) Gorender nega, a priori, qualquer importância à luta de classes no escravismo. A conclusão não deve surpreender já que a metáfora *brecha* no trabalho de Gorender, como no primeiro estudo de Cardoso sobre o assunto, remete a uma “fenda em alguma coisa”, não a uma trincheira, definida por relações de conflito. (...) A brecha

camponesa para Cardoso não é mais nem brecha (fenda) nem, a rigor, camponesa; corresponde ao que tem sido chamado frequentemente na bibliografia norte-americana sobre escravidão de “economia interna dos escravos”, um termo que abrange todas as atividades desenvolvidas pelos cativos para aumentarem seus recursos, desde o cultivo de suas roças à caça, inclusive, ao furto. Como as lutas entre escravos e senhores desenvolveram-se em contextos diferentes, os perfis desta economia interna foram bastante variados. (...) Entender os processos, desvendar sua lógica e suas implicações para o sistema escravista, constitui o objetivo de boa parte da bibliografia mais recente sobre a economia interna dos escravos nos EUA e no Caribe. Não cabe aqui uma resenha dessa nova historiografia; basta dizer que ela é fortemente influenciada por um marxismo thompsoniano, cujo intuito é o de procurar as estruturas nos próprios processos sociais, especialmente nas lutas miúdas (SLENES, 1999, p. 198-199).

A Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871 representou uma grande mudança neste processo. O seu texto afirmava:

“Art. 1.º – Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

§ 1.º – Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o

senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Govêrno receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei” (para ler o texto da lei na íntegra, ver: http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/lei_ventre_livre.htm).

The image shows a handwritten document titled "Relação N.º 23 dos escravos pertencentes a Joaquim Ribeiro de Avellar". The document is a table with several columns. The columns are labeled: "Nomes", "Idade", "Estado Civil", "Naturalidade", "Filiação", "Profissão", and "Observações". The entries are handwritten in ink and include names, ages, marital status, places of origin, and other details. The document is dated 1876 and is a record of enslaved people belonging to Joaquim Ribeiro de Avellar.

Mariana Muozze

Figura 11.4: Após 1871, todos os escravos tiveram de ser registrados para que o Estado Imperial pudesse controlar o número de ingênuos nascidos. O registro acima pertenceu à fazenda Pau Grande e foi realizado, em 1876. Nele foram anotados os seguintes dados: nome, cor, idade, estado civil, naturalidade, filiação, aptidão para o trabalho e profissão dos escravos de Joaquim Ribeiro de Avellar. Fonte: Coleção Ivone Barros Franco.

A determinação de que não nasceriam mais escravos no Brasil estancou o crescimento vegetativo natural da população escrava e criou a figura do ingênuo, ou seja, filhos de escravas nascidos depois da Lei do Ventre Livre. Na região de Vassouras, a sociedade escravista madura, estabelecida com base na família escrava, tinha seus dias contados. Como concluiu Ricardo Salles, na década de 1870:

A escravidão no Brasil vivia um paradoxo. Ao mesmo tempo em que era claro para alguns – principalmente para o imperador e a maioria dos grandes dirigentes imperiais reunidos no Conselho de Estado – que o país estava isolado no cenário internacional por conta de sua permanência, nas fazendas do sudeste – em especial na bacia do Paraíba – a instituição vivia um período de estabilidade social, com perspectiva de consolidação e autorreprodução (SALLES, 2008, p. 255).

Os trabalhos aqui citados e outras pesquisas correlatas legitimaram a existência e a importância da família. Suas formas, composições e associações sofreram modificações no tempo e no espaço, e atualmente conformam um campo de pesquisa consolidado, mas que apresenta muitos desafios e possibilidades a explorar.



Atende ao Objetivo 2

2. A partir da leitura da entrevista abaixo e do que você entendeu do item *Família escrava: resistências ou paz nas senzalas*, apresente os pontos de aproximação e distanciamento entre as perspectivas de Robert Slenes, Manolo Florentino, Roberto Goes e Ricardo Salles sobre a família escrava.

Entrevista com Robert Slenes

Folha: Como a família escrava ajuda a desestabilizar o sistema escravista?

Slenes: A família cativa emerge de um processo de conflito entre escravo e senhor. O senhor é forçado a ceder um certo espaço para os escravos formarem famílias, encarando isso, porém, como parte de uma política de desmonte de revoltas. A política

funciona até certo ponto, pois, ao dar ao escravo algo a perder, ela o torna mais vulnerável, transforma o cativo em refém. A médio e longo prazo, contudo, o espaço acaba sendo altamente subversivo, pois é usado pelos escravos como lugar de criação e transmissão de uma identidade própria, antagônica a dos senhores e forjada, a partir da descoberta de tradições africanas compartilhadas. Por isso, resisto à ideia de que a família escrava deva ser entendida agora como uma condição estrutural do escravismo, como sustentam Manolo Florentino e José Roberto Góes, invertendo o argumento de Florestan Fernandes.

Folha: Qual a herança da família escrava para a família brasileira de hoje?

Slenes: Talvez a mesma da família escrava nos EUA para a família negra norte-americana. Quando Alex Haley escreveu o romance “Negras Raízes”, a partir dos relatos orais de sua própria família, imaginou que a história fosse excepcional. Ao longo do livro, seus personagens encontram-se com outros negros que estranham o fato de eles saberem o nome de seus pais e avós. Logo em seguida à publicação do livro, o historiador Herbert Gutman mostrou que a saga da família de Haley era bastante típica. É importante para os negros de hoje saberem que seus antepassados não foram vítimas passivas, submissas. Por outro lado, não se pode mais argumentar que um “déficit cultural” negro, centrado na família e criado na escravidão, seja uma causa importante para a marginalização do ex-escravo e de seus descendentes. A escravidão foi duríssima. Mesmo assim, os escravos emergiram do cativeiro com um forte sentimento da importância de laços familiares. Se não tiveram o mesmo sucesso que os imigrantes no pós-abolição, isso se deveu à criação pela “sociedade de classes” de novos mecanismos de exclusão.

Folha: Em 1988, correu o boato de que a Lei Áurea seria revogada ao fazer cem anos. A sociedade brasileira ainda não está livre do trauma da escravidão?

Slenes: Ao trauma da escravidão, sucedeu-se o trauma da nova sociedade de classes e finalmente o de um capitalismo selvagem e altamente discriminatório. Em 1950, a desigualdade da distribuição de renda no Brasil era grande, mas o país ainda não havia chegado à situação extrema da África do Sul. Já na época em que foi derrubado o regime do *apartheid*, o Brasil estava praticamente empatado com a África do Sul como recordista em má distribuição de renda. Sabemos a cor da maioria dos excluídos em ambos países.

Fonte: Entrevista realizada por Haroldo Ceravolo Sereza e publicada na *Folha de S. Paulo*: Ilustrada; 12 de fevereiro de 2000.

Resposta Comentada

Ambos os autores citados trabalham na perspectiva da História Social da Escravidão e reconhecem a existência e a importância da família escrava para o entendimento da sociedade escravista no Brasil, porém há diferenças de ponto de vista. Para Robert Slenes, a família cativa emerge da dinâmica conflituosa entre escravo e senhor. O senhor cedia certo espaço para os escravos formarem famílias e adquirirem outros pequenos benefícios na situação de cativo, pois acreditava que assim os mesmos seriam menos passíveis a se revoltarem. Esta crença fazia parte, portanto, de uma política de domínio senhorial que colocava o escravo numa situação de “ter algo a perder” para assim o tornar mais vulnerável. Contudo, a médio e longo prazo, a aquisição de famílias foi altamente subversiva. Ela cria um espaço onde se forjam identidades próprias, baseadas em tradições africanas compartilhadas, que reforçavam seus antagonismos com os interesses senhoriais. Diferente desta perspectiva, Manolo e Goes defendem que a família escrava foi um elemento estrutural na manutenção e reprodução do escravismo no Brasil, pois, através dela, os senhores conseguiram manter a “paz nas senzalas”. Mais do que as funções de resistência e criação de identidades, Manolo e Goes defendem a família escrava como um importante instrumento político de dominação da elite senhorial. A documentação usada pelos historiadores também é diversa. No que concerne à documentação, Robert Slenes trabalhou com processos criminais e relatos de viajantes para analisar o sudeste cafeeiro, Manolo e Goes analisaram inventários *post-mortem* de regiões de agricultura periférica do Rio de Janeiro, de 1780-1850, e Ricardo Salles manteve a mesma documentação e metodologia para estudar a região de Vassouras, enfatizando o período pós-tráfico até 1880. Nos dois últimos casos, os ritmos e fluxos de Tráfico Atlântico de escravos no século XIX foram analisados como variantes de extrema importância, para se entender a composição das famílias escravas.

A título de conclusão: resistências escravas e possibilidades de negociação

Escrevendo, em 1858, para o seu correspondente comercial na Corte, Bernardo Ribeiro de Carvalho, o barão de Paty do Alferes comentou que, ao desativar uma de suas fazendas de café já improdutiva, resolveu manter juntos os 140 escravos que lá trabalharam. Segundo ele, a decisão de enviar todos para a fazenda Conceição de sua propriedade, justificava-se por não “separar aqueles escravos uns dos outros e dividi-los pelas fazendas, estando acostumados a viverem juntos em família, seria impolítico desgostá-los, separando-os de uma tribo”.

As palavras do barão demonstram o reconhecimento da importância da família escrava para a pacificação dos plantéis pelos senhores e deixavam claro que a separação de seus membros era vista negativamente pelos escravos. Esta demanda escrava era reconhecida como legítima por Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, que percebia aquele grupo de escravos há tanto tempo juntos como um “todo”, o que o fez chamá-los de “tribo” (mesmo que pejorativamente) e decidir não separá-los. Mas, não é só isso. As palavras daquele grande chefe político do Vale do Paraíba Fluminense também apontam os limites tênues da paz e as tensões sociais sempre presentes no sistema escravista. Da parte dos senhores, havia o reconhecimento da possibilidade iminente de resistência direta dos escravos e dos prejuízos que poderiam advir dela, o que justificava a manutenção de certas “conquistas” cativas, a exemplo da decisão tomada pelo Barão do Paty. Da parte dos escravos, as rebeliões, fugas, aquilombamentos, e outras atitudes que poderiam vir acompanhadas de violência, promoviam o “medo branco” e garantiam aos escravos um clima favorável para a negociação cotidiana.

No sistema escravista se vivia uma espécie de guerra não convencional, onde tanto escravos quanto senhores buscavam ocupar posições de força e as negociações entre eles nada tinham

a ver com relações harmoniosas. As cartas deste jogo de forças eram distribuídas dentro das regras paternalistas que colocavam os senhores em grandes vantagens em relação aos escravos por deterem não só o monopólio da violência, mas também por terem o aparelho de Estado ao seu lado.

O Barão do Paty não ignorava esta lógica social vigente, pelo contrário, sabia que o escravo, aparentemente submisso hoje, podia se tornar um rebelde perigoso no futuro, dependendo das oportunidades e circunstâncias que dispusesse. As formas de resistência ao seu alcance eram múltiplas: fugas, justiça de feitores e senhores, revoltas nas fazendas, insurreições urbanas, quilombos etc. Na sociedade Imperial, as práticas de enfrentamento mais direto e violento misturavam-se com resistências endêmicas, disseminadas no cotidiano das relações entre senhores e escravos. No dia a dia, as interferências escravas podiam se apresentar desde a sabotagem individual da unidade produtiva, roubos, barganhas, fugas provisórias, até as fugas definitivas ou insurreições abertas privilegiadas quando as possibilidades de negociação falhavam (GOMES, 2006).

A fuga era “a unidade básica de resistência no sistema escravista (REIS, 1989, p. 62). Os escravos fugiam pelos mais variados motivos: abusos físicos e/ou morais, separação de entes queridos por vendas ou transferências inaceitáveis, pelo simples prazer de namoro com liberdade, para procurar um padrinho que lhe negociasse melhores condições, dentre outros. As chamadas *fugas-reivindicatórias* objetivavam pregar um “susto” no senhor para depois voltar e reforçar o espaço de negociação escravo. Seus protagonistas justificavam suas atitudes pela quebra de acordos por parte dos senhores. Um exemplo do que estamos falando é o caso do escravo Benedito que, em 1854, fugiu para ir ao encontro de sua amante, a escrava Perpétua. Portanto, as fugas eram frequentes e possuíam temporalidades diversas. Muitos cativos passavam algum tempo evadidos para depois retornarem à casa dos senhores. Contudo, houve outros casos em que os escravos almejavam uma

vida livre em definitivo, através de uma ruptura real com o domínio senhorial. As *fugas-rompimento* estiveram presentes durante toda existência da escravidão. Sua ocorrência podia desencadear as insurreições coletivas, como foi o caso da revolta dos Malês, na Bahia, ou a revolta de Manoel Congo, em Vassouras, ou a formação de quilombos. Após 1870, houve a intensificação destas formas de resistência, devido ao crescimento das ideias abolicionistas e ao adensamento dos núcleos urbanos que favoreceram o refúgio material e ideológico dos fugitivos.

Como demonstra Flávio Gomes, os cativos não fugiam com o único objetivo de gerar prejuízos a seus senhores ou escapar do trabalho rigoroso e dos castigos; este era um artifício para organizar suas vidas, culturas e comunidades, inclusive a família, dentro do próprio sistema escravista. Há de se entender que as fugas faziam parte do sistema, sendo, inclusive, previstas e reconhecidas pelos senhores e pela legislação vigente. Portanto, essa era uma prática presente nos espaços urbano e rural, e constituía um dos aspectos mais reveladores dos mecanismos de resistência escrava. Nesta perspectiva, as comunidades quilombolas foram um importante mecanismo de resistência escrava, mas sua sobrevivência não se deu por fora do sistema, isolando-se dele. Pelo contrário, as comunidades quilombolas travavam contato com grupos livres, como pequenos comerciantes e taberneiros, além de manterem relações com outros cativos. A rede de contatos e trocas mantinha os aquilombados informados dos perigos, abastecidos e, ao mesmo tempo, dava aos assenzalados maior poder de barganha ao fomentar o “medo branco”.



Quilombos

Um dos aspectos fundamentais na formação dos quilombos foi a tentativa de forjarem comunidades camponesas. (...) Os quilombos estabeleciam-se não muito distantes de locais

onde pudessem realizar trocas mercantis e conexões com os assenzalados. Frequentemente, desenvolveram práticas econômicas integradas à economia local e relações sociais complexas que poderiam contar com a participação de taberneiros, libertos, pequenos lavradores e escravos de determinadas regiões. Uma outra característica importante pode ter sido a paulatina integração das práticas camponesas dos quilombos com as atividades agrícolas realizadas pelos escravos nas parcelas de terras e no tempo a elas destinadas por seus senhores. (...) As práticas econômicas autônomas dos cativos destacam-se ao cultivo de roças próprias e o acesso a um pequeno comércio informal, deram origem, ao longo do tempo, à formação de uma economia camponesa. Um campesinato, predominantemente negro, formado ainda na escravidão, constituído e articulado por libertos, mascates, escravos, taberneiros, lavradores, vendeiros, roceiros, pequenos arrendatários e quilombolas. Em muitas regiões, alguns quilombolas foram praticamente identificados como comunidades camponesas. Os quilombolas de Iguacu”, por exemplo, “participaram do comércio de lenha daquela região ao longo de quase todo o século XIX. Através dos negócios com taberneiros e vendeiros locais, e de relações com os escravos das fazendas circunvizinhas a até mesmo com os escravos remadores das embarcações que navegavam nos rios que banhavam aquela área, esses quilombolas faziam com que seus produtos, no caso, principalmente a lenha, chegasse à Corte. (...)Em torno de fazendas, vilas e quilombos, desenvolvia-se um pequeno

comércio no qual tomavam parte vendeiros, escravos e fugitivos. Em torno desses espaços de autonomia agenciados por cativos, libertos e quilombolas – roceiros negros -, constituía-se uma outra face das comunidades de senzalas. As atividades camponesas e, conseqüentemente, a economia própria, desenvolvida em várias situações complementavam-se e protegiam-se mutuamente (GOMES, 2006, p. 292-297).

Tendo convivido bem de perto com a escravidão, o escritor Machado de Assis reconheceu a fuga como algo inerente ao sistema escravista, ao escrever o conto "Pai contra mãe", editado em 1906, no livro *Relíquias da casa velha*:

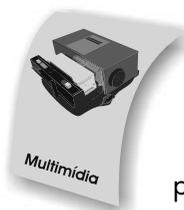
Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. A fuga repetia-se, entretanto. Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo, deitava a correr, sem conhecer as ruas da cidade. Dos que seguiam para casa, não raro, apenas ladinos, pediam ao senhor que lhes marcasse aluguel, e iam ganhá-lo fora, quitandando. Quem perdia um escravo por fuga, dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: "gratificar-se-á generosamente", ou "receberá uma boa gratificação". Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao

lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoitasse. Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo.

Fonte: www.dominiopublico.gov.br.

As palavras de Machado apontam não só a previsibilidade da fuga no sistema escravista, mas também as estratégias de negociação dos escravos e de controle dos senhores no espaço urbano. Enquanto os primeiros fugiam, mudavam de nome e de roupa para não serem encontrados, recorriam a padrinhos ou negociavam com os senhores para trabalhar por aluguel, a fim de acumular pecúlio, seus proprietários usavam de violência no cotidiano e ofereciam recompensas através de anúncios de jornais para encontrá-los. Mas a escravidão envolvia outros personagens que não os citados, como por exemplo, o capitão do mato e outros homens livres que, devido ao seu estado de pobreza, dedicavam-se a caçar fugidos para sobreviver, como é o caso de Cândido Neves, protagonista do conto acima citado. Sem emprego fixo, morando de favor, em situação de extrema miséria e com a esposa grávida, ele parte em busca da captura da escrava Arminda, que teve seu reclame publicado no jornal, a fim de receber a recompensa e evitar que seu filho seja entregue a Roda dos Expostos. Depois de muitos esforços, tendo sido bem sucedido em sua empreitada, Cândido Neves devolve a escrava ao dono, recebe a recompensa, mas presencia o aborto da escrava que esperava um filho. A conclusão de Machado vem sob forma de crítica social nas últimas palavras de Cândido Neves: “nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração”.

A família, as identidades e as diferentes formas de resistência cativa são ainda hoje objeto de estudo de várias pesquisas. Os escravos, a despeito da violência e opressão senhorial, organizaram suas vidas, recriaram estratégias de sobrevivência, teceram sociabilidades e formas de solidariedade, interagiam e reinventaram práticas culturais. Recuperar o papel do escravo, enquanto agente transformador da escravidão, continua sendo um desafio para nós historiadores.



Machado de Assis

Se você gosta de Machado de Assis, vale a pena entrar no *site* <http://machado.mec.gov.br> e assistir ao filme: *Machado de Assis: um mestre na periferia*. Bom filme!



Atende ao Objetivo 3

3. Com base nos três anúncios de jornal a seguir e no que você leu nesta aula, analise as formas de resistência escrava no Brasil Oitocentista.

ES CRAVA FUGIDA

Ao abaixo assignado, fugio, do Engenho do « Itaguá », no dia 23 de Maio proximo passado, a escrava Eulalia, mulata, e consta achar-se acoutada nesta cidade, por seducção ; pelo que protesta-se haver, na fórma da lei, seus jornaes. Também previne-se que ninguem lhe dê transporte para fóra da cidade, e se alguem fizer sujeita-se a indemnisar ao annuciante os prejuizos e perdas que d'ahi lhe resultar.

Antonio Martins de Castro.

Iguape, 16 de Junho de 1879.

1854

CRIOULO FUGIDO.

RS. 500000



DE ALVICARAS

Ainda fugido, desde o dia 18 de Outubro de 1854, o escravo crioulo de nome

FORTUNATO,

de 20 e tantos annos de idade, com falta de dentes na frente, com pouca ou nenhuma barba, baixo, reforçado, e picado de bexigas que teve ha poucos annos, é muito pachola, mal encarado, falla apressado e com a bocca cheia olhando para o chão; costuma ás vezes andar calçado intitulado-se forro, e dizendo chamar-se Fortunato Lopes da Silva. Sabe cozinhar, trabalhar de encadernador, e entende de plantações da roça, donde é natural. Quem o prender, entregar á prisão, e avisar na corte ao seu senhor Eduardo Lammert, rua da Quitanda n.º 77, receberá 300000 de gratificação.

Rio de Janeiro.—Typ. Universal de LAMMERT, Rua dos Lavadores, 61 D.

E. J.

Fonte: Typ. Universal de Lammert: Rio de Janeiro, 1854 – http://consorcio.bn.br/MidiView/MidiView.asp?url=/slave_trade/iconografia/iconv107laemmert.jpg

Escravo Fugido
Gratifica-se generosamente a pessoa que aprehender o escravo mulato de nome Belzário, pernambucano ou bahiano, idade 20 annos, principando a buçar, e poucos fios de barba, tem um signal branco no tornozelo do pé esquerdo.
Este escravo fugio de Itú á José Galvão de França Pacheco Junior no dia 25 de Janeiro proximo passado, e foi encontrado no dia 29 na Varginha em direcção para São Paulo, trazendo camisa de chita, e calça de casimira, e cobertor francez branco. Poderá ser entregue em Itú ao dito José Galvão ou em S. Paulo aos snrs. Redondo e Coelho na Rua do Commercio n. 42, que se satisfará a gratificação. 3-1

Figura 11.5: Correio Paulistano, 5 de fevereiro de 1867.

Fonte: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/pdfs/jornais/CR18670205.pdf>

Resposta Comentada

Os anúncios revelam em diferentes tempos, dois personagens escravizados em fuga: Fortunato e Belzário. Nos anúncios, os reclamantes colocam detalhes físicos ou da personalidade dos escravos para ajudar na identificação e devolução dos mesmos. No primeiro anúncio, o reclamante dá a entender que não é a primeira vez que o cativo foge, quando afirma: “costuma as vezes andar calçado, intitulando-se forro. As estratégias para se manter fora do alcance dos senhores também aparecem: muitos possuem ofício e poderão trabalhar em lugares longínquos, usar sapatos, ir para a cidade de São Paulo, receber ajuda de alguém para se esconder etc. Portanto, a fuga era endêmica ao próprio sistema escravista e fazia parte dele, podendo significar um instrumento de barganha com o senhor por melhores condições no cativeiro, ou almejar uma

situação de liberdade duradoura, quando o fugido conseguia alcançar algum quilombo ou ficar acoitado. Da mesma forma, os quilombos devem ser entendidos como comunidades que faziam parte do sistema escravista e não fora deles, já que mantinham relações comerciais com pequenos comerciantes e lavradores e laços de solidariedade com escravos assenzalados. Tais práticas de resistência constituíram um importante instrumento para fomentar o “medo branco”, garantindo, assim, pequenas barganhas da parte dos cativos.

RESUMO

Nesta aula, você acompanhou os principais debates historiográficos em torno da família cativa e como a História Social foi importante no sentido de pensar o escravismo na sua historicidade, ou seja, como um sistema construído por agentes sociais múltiplos, senhores, traficantes de escravos, feitores, escravos, dentre outros. Em seguida, foram apresentadas as pesquisas de Robert Slenes, Manolo Florentino, Góes e Ricardo Salles sobre o tema da família escrava no Oitocentos. Por fim, foi levado a pensar sobre as diferentes formas de resistência escrava, analisando com mais cuidado o caso das fugas de escravos.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula – “Como se constrói uma nação?” – você irá aprender sobre as relações entre a construção do Estado imperial e o projeto de uma escrita da história nacional, bem como o papel do movimento Romântico neste processo.

Aula 12

Como se constrói uma nação?

Kaori Kodama

Meta da aula

Apresentar os principais debates sobre o problema da nação e da constituição de uma história do Brasil no período monárquico.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar o papel do movimento romântico no processo de construção dos discursos sobre a nação;
2. reconhecer as relações entre a construção do Estado imperial e o projeto de uma escrita da história nacional;
3. avaliar os limites e problemas que envolvem o conceito de nação no Brasil Império.

Pré-requisitos

Para que esta aula seja bem aproveitada, é fundamental que você tenha em mente o que foi aprendido na Aula 3, sobre história e historiografia da Independência.

INTRODUÇÃO

Apesar de a Independência do Império do Brasil ter ocorrido em 1822, criando um novo Estado soberano, tal fato não correspondeu de imediato à formação de seu “corpo” político e civil, unido e identificado como uma Nação. O sentimento de ser “brasileiro” não estava dado pela mera separação política da antiga metrópole, nem era algo preexistente àquele evento, como consciência identitária clara e intelectualmente elaborada. Até as primeiras décadas do século XIX, nem mesmo o termo “brasileiro” estava tão bem consolidado para designar os “portugueses” nascidos em terras americanas. O jornalista Hipólito da Costa, por exemplo, nomeara seu periódico de Correio Braziliense [ver box] e não de “Correio Brasileiro”, em 1808. Hipólito da Costa, que defendera enfaticamente as ideias liberais, e posteriormente a autonomização do Brasil frente a Portugal em 1822, justificou o nome do jornal da seguinte forma:

Chamamos brasiliense o natural do Brasil; brasileiro, o português europeu ou o estrangeiro que lá vai negociar ou estabelecer-se; seguindo o gênio da língua portuguesa, na qual a terminação *eiro* denota a ocupação; exemplo: sapateiro, o que faz sapato, ferreiro, o que trabalha em ferro, cerieiro, o que trabalha em cera, brasileiro, o que negocia em brasis ou gêneros do Brasil etc.; por outra parte, o natural do Porto chama-se portuense e não portueiro; o natural da Bahia, baiense e não baieiro. A terminação em *ano* também serviria para isto, como por exemplo, de Pernambuco, pernambucano; e assim poderíamos dizer brasiliano, mas por via de distinção, desde que começamos a escrever o periódico, limitamos o derivado brasiliano para os indígenas do país, usando do outro, brasiliense, para os estrangeiros e seus descendentes ali nascidos ou estabelecidos e atuais possuidores do país (DA COSTA, 2001).

Assim, para ele, o termo “brasileiro”, devido ao seu sufixo, estava associado mais a uma atividade, como era no início da colonização: brasileiros eram todos aqueles que trabalhavam na extração do pau-brasil.

O que nos importa notar neste depoimento é que era a própria ideia de “brasileiro”, bem como a de Nação, como o conjunto dos cidadãos unidos por uma origem, um território e costumes em comum, que precisou ser construída.

Mas criar esse “artefato” – a Nação – era tarefa extremamente complexa, uma vez que isso significava transformar as múltiplas identidades políticas coletivas existentes desde o período colonial, e sobretudo dar conta da pluralidade social e racial que existia na América portuguesa. No país recém-independente, havia muitos “mulatos, cabras, e crioulos; os índios, os mamelucos, e os mestiços”, como observava o “brasileiro” da Bahia, Cipriano Barata nas Cortes Extraordinárias Portuguesas em 1822. Estes, que demandavam um lugar na construção da Nação, se punham lado a lado com escravos africanos e seus descendentes, também presentes na população.

Assim, para as elites que compuseram o Estado imperial, dele participando ou dele se servindo como o resto da boa sociedade, de modo algum a “população” poderia ser tomada como equivalente à “Nação”. Os dois termos não queriam dizer a mesma coisa, e nenhum deles expressava as identidades de pertencimento anteriores à autonomização política do Estado. Como notam István Jancsó e João Paulo Pimenta, não foi simples para as elites luso-americanas despirem-se de algo tão profundamente arraigado como a identidade portuguesa, já que ela expressava sua diferença e superioridade diante dos muitos para quem essa condição estava fora do alcance. Portanto, e de um modo muito profundo, as identidades que ligavam uns aos outros correspondiam muito mais à separação por segmentos sociais como de cor e de condição do que por noções abstratas como de sociedade civil.

Não obstante, pensar o novo corpo político por um viés nacional era fundamental para a legitimação mesma do Estado imperial. Ainda, tomando as palavras de Jancsó e Pimenta,

é preciso ter em mente que nas primeiras décadas do século XIX, o conceito de nação, ainda que carregado de enorme fluidez, espalhava-se rapidamente pelo universo atlântico, deslocando-se para o centro dos ideários políticos. Ainda que comportando grandes variações de conteúdo, essa ideia sempre contemplava duas variáveis definidoras da comunidade, cuja natureza pretendia expressar: uma herança (memória e história) e um território, ambos comuns aos membros da nação (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 159).

Essa ideia de nação começou a vigorar mais fortemente no Brasil na década de 1830, e, como veremos, se desenvolveu plenamente a partir do Segundo Reinado, quando foram controladas as forças sociais e políticas heterogêneas que reivindicavam conteúdos diversos para a “Nação”.

Fundar a nação. O contexto do romantismo e os debates em torno do caráter nacional

Nos anos subsequentes à Independência, alguns homens letrados do Império do Brasil se perguntavam: Quando começa nossa história? Em que e de que maneira a nossa cultura se diferencia da de Portugal?

A questão, para tais homens de letras, envolvia pensar basicamente os elementos da “alta cultura”, e não se estendia às manifestações da cultura popular. Devido ao grande fosso que existia entre as camadas letradas e a grande maioria da população iletrada, era possível discutir o caráter da nacionalidade no campo da expressão artístico-cultural, sem levar ao pé da letra as graves questões que envolviam as diferenças e hierarquias sociais e raciais que comentamos. Ainda assim, essas questões voltariam à tona, de um modo ou de outro, como veremos.

Como dizíamos, é na poesia, no romance e nos escritos “históricos” que encontraremos as bases para traçar as particularidades ditas nacionais. A eclosão dessas manifestações ocorre sob o Romantismo. O movimento romântico no Brasil, como observou Maria Helena Rouanet, teve como característica coincidir com o processo de Independência do país, embora as relações entre o Romantismo e a questão da nacionalidade não fossem de maneira alguma privilégio só do Brasil (ROUANET, 1999). É nesse contexto, portanto, que surge uma questão muito debatida pelos literatos, e que se tornaria um imperativo para a geração romântica: era preciso que a produção literária – e também a histórica – fosse tingida com a “cor local”. Como diz Temístocles Cezar:

Derivada da técnica pictorial do século XVII, associada de um modo ou de outro às metáforas provenientes dos domínios da pintura, do desenho, da paisagem, a cor local é um recurso narrativo que encontra suas primeiras teorizações no contexto do romantismo e do romance histórico. Walter Scott (1771-1832), René Chateaubriand (1768-1848), Augustin Thierry (1795-1856), Prosper Barante (1782-1866) e Victor Cousin (1792-1867) são referências importantes desse movimento.

A ideia de “cor local” presente em narrativas como nos romances históricos, na poesia e em textos de caráter histórico, envolvia principalmente a descrição dos elementos de uma dada paisagem, pensada como uma cena ou quadro que dão um efeito de realidade por sua referência à visão, ou ao campo do olhar. A referência às artes pictóricas sugere, no caso do Brasil, a atenção voltada para a natureza local, tema que será exaustivamente explorado pelos românticos. O conhecimento da paisagem natural brasileira e a habilidade de bem caracterizá-la forneceriam a chave para alcançar o verdadeiro espírito da nacionalidade. Mas ela também requeria a capacidade imaginativa do narrador. Ora, tanto a literatura quanto a história se veriam engajadas na reprodução da cor local, e ambas tomaram, como afirma Rouanet, uma participação efetiva na construção da nacionalidade (ROUANET, 1999).

Temístocles Cezar delimita essa relação entre os campos literário e histórico para o período referente ao início do romantismo ou, em termos cronológicos, para a primeira metade do século XIX, quando a transformação dos estudos históricos como disciplina científica ainda estava em processo. Este tema será explorado mais abaixo com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

De início, são estrangeiros que tiveram um peso fundamental na definição do tema da paisagem natural brasileira como fator distintivo para a inspiração da literatura, muito embora não queiramos nos ater com essa afirmação à mera noção de primazia ou enfatizar uma oposição entre nacionais e estrangeiros.

Sobre a influência estrangeira, vale lembrar o que Antônio Candido destacou sobre a vinda de viajantes naturalistas europeus que, após a abertura dos portos, explorariam cientificamente e artisticamente a paisagem local tornando-a passível de uma contemplação que contribuiria “para delimitar entre nós certas áreas de sensibilidade pré-romântica” (CANDIDO, 1993, p. 262). Assim, fora o francês Ferdinand Denis, que visitou o Brasil entre 1817 e 1821, quem chamava a atenção para a exploração poética que a natureza brasileira poderia suscitar para a literatura nacional, configurando-a como algo distinto da produção de Portugal. Outra figura importante neste momento foi o português Almeida Garrett, que tratando da literatura portuguesa, em seu *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, de 1826, salientou as diferenças dos escritos portugueses com o dos brasileiros recomendando aos últimos que procurassem sua fonte de inspiração nas coisas da terra.

A presença dos estrangeiros no debate sobre a constituição de uma literatura nacional – e também de uma história nacional, como será abordado no próximo item – nos remete a uma ponte importante que se estabelecia entre homens de letras e cientistas da Europa e do Brasil. Tal ponte pode ser percebida no próprio nível das redes de sociabilidade, nas trocas constantes entre brasileiros e europeus que cruzavam o Atlântico, e, sobretudo, pode ser averiguada na reflexão que esses intelectuais produziam sobre os contornos do

conceito de “civilização”. Em outras palavras, discutir uma nova “tradição” literária e histórica no Brasil, ou a possibilidade de uma “civilização nos trópicos”, para utilizar a expressão de Manuel Salgado Guimarães, ao mesmo tempo em que reforçava os caminhos seguidos pelo ideário de civilização europeia, trazia novos desafios, ao ser dimensionada sua extensão para o continente americano. Podemos lembrar aqui como Alexis de Tocqueville, no início do século XIX, se interessaria pela forma com que se implantava a civilização na América do Norte e se constituía sua democracia, ou como o romântico Chateaubriand indagaria sobre os males cometidos pela colonização europeia aos índios americanos.

Tratava-se mesmo de pensar a “implantação” da civilização europeia no Novo Mundo e a criação de uma nação ou “povo” com caráter próprio, derivada de uma história particular. É essa imagem botânica que está presente no texto “Discurso sobre a história da literatura do Brasil”, de Domingos José Gonçalves de Magalhães, de 1836:

Cada povo tem sua história própria, como cada homem seu caráter particular, cada árvore seu fruto específico, mas esta verdade incontestável para os primitivos povos, algumas modificações, contudo, experimenta entre aqueles cuja civilização apenas é um reflexo da civilização de outro povo. Então, como nas árvores enxertadas, vêm-se pender dos galhos de um mesmo tronco frutos de diversas espécies. E, posto que não degenerem muito, os do enxerto brotaram, contudo algumas qualidades adquirem, dependentes da natureza do tronco que lhes dá o nutrimento, as quais os distinguem dos outros frutos da mesma espécie (MAGALHÃES, 1836).



A revista *Nitheroy* (1836)

Era editada em Paris por Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre e Francisco Salles Torres Homem. Os três brasileiros eram estudantes na França no início da década de 1830 e pertenceram ao círculo letrado de Ferdinand Denis. Foram sócios do Instituto Histórico de Paris e, nessa instituição, apresentariam em 1834 o “Résumé de l’histoire de la littérature, des sciences et des arts au Brésil, par trois brésiliens, membres de l’Institut Historique”, do qual fez parte uma versão do “Discurso sobre a História da Literatura do Brasil”, publicado na *Nitheroy*. No artigo em francês, os três dissertavam sobre a produção literária e científica do novo país para o público francês, já com vistas a ressaltar a nacionalidade.

Apesar da revista *Nitheroy* ter tido somente dois números, ela é considerada um marco do início do romantismo no Brasil. O título da revista é o nome da cidade vizinha ao Rio de Janeiro, Niterói, fundada na região onde se estabeleceu o chefe indígena Arariboia, que venceu junto com os portugueses a França antártida de Villegagnon no século XVI. Como se vê, o título fazia menção a um dos mitos fundadores da “nacionalidade”, por meio da evocação à união de portugueses e índios nos primórdios da colonização.

Árvores, enxertos, galhos e frutos: as metáforas tiradas da agricultura ou da botânica em Gonçalves de Magalhães reforçam a ideia de que a nação é como uma planta, uma entidade viva. E assim como todo organismo vivo, a nação, ou o povo que a constitui, possuiria um desenrolar no tempo, carregando consigo uma

origem – e, portanto, uma *história*. Para Magalhães e para outros românticos, o que haveria de original na história do país – no duplo sentido, como matriz ou começo e como adjetivo que atribui uma distinção – estaria ligado aos indígenas e à natureza. É a grandeza da sua natureza que é exaltada, bem como a nobreza indígena que reabilitaria o passado nacional.

Versos como os da “Canção do exílio” (1843), de Gonçalves Dias, exploravam as ideias dessa riqueza natural majestática:

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

Versos que não por simples acaso foram parar na letra do Hino Nacional. As imagens acerca dessa natureza em sua imensidão nos remetem a outro ponto em que se fundamentava o ideário nacional então em elaboração: elas criavam um discurso sobre a identidade física do território, visto em sua inteireza como uma peça única dentro do continente americano. Este seria o outro ponto que necessariamente deveria ser abordado na ideia de nação emergente: ela se faria corresponder a um corpo territorial.

Demétrio Magnoli (1997) avalia que a importância da questão territorial era concomitante ao Estado independente, devido à necessidade desse mesmo Estado congregar as elites regionais na representação de seus interesses no cenário internacional. Pode-se também dizer que a partir da centralização monárquica conduzida pelo grupo saquarema em fins da década de 1830, essa identidade geográfica reforçaria a afirmação da integridade e da unidade territorial do Estado imperial. Ainda assim, a ideia de correspondência de um território a uma dada nação foi também um construto, como argumenta Ilmar Rohloff de Mattos. A correspondência entre o Estado e um território definido não se fez de imediato.

O Estado imperial durante muito tempo não quis abrir mão de seus anseios expansionistas, fosse pelas fronteiras com seus vizinhos

no continente americano, fosse nas aspirações do outro lado do Atlântico, envolvendo o continente africano. O que é importante frisar é que a questão da nação esteve estreitamente relacionada com o debate sobre o território.

Se o governo imperial até a primeira metade do século XIX procurou não abrir mão de possíveis anexações territoriais, na medida em que iam se impondo as restrições à expansão causada pela Inglaterra, perseverou acima de tudo a defesa da integridade do território, impedindo de todas as formas sua fragmentação. No contexto em que essa defesa se fortalecia é que se verificaria uma produção de conhecimento sobre o território, que, como afirmara Manoel S. Guimarães, tratava

de definir com precisão os contornos físicos dessa Nação, integrando na imagem em elaboração os elementos [de] continentalidade e riquezas inumeráveis, capazes de viabilizarem num futuro não definido a realização plena de sua identidade (GUIMARÃES, 1989, p. 23).

Da mesma maneira que a natureza, os “primitivos habitantes do país”, como no dizer de Gonçalves de Magalhães, ganhariam destaque como elemento construtor daquela distinção nacional. Sabe-se que foi o indianismo o movimento que mais propriamente expressou o romantismo brasileiro. Mas a centralidade do índio nas representações artísticas tinha razões mais profundas, ainda que simbólicas. Afinal, associar a nacionalidade aos indígenas significava também a possibilidade de uma legitimação dessa mesma nacionalidade. Isso por dois motivos interligados: a) o índio era importante pela sua ligação com a natureza, o que jogava o discurso sobre um território, cujas fronteiras ainda eram ocupadas por inúmeros grupos indígenas; b) ele também era valorizado por se remeter a um “passado americano”, ou seja, a um passado que se estendia para tempos anteriores à própria colonização, legitimando a história brasileira. E é, sobretudo, ao passado que se reportava a imagem do índio para os construtores do Império e da Nação.



Atende ao Objetivo 1

1. A partir do que foi exposto na aula sobre as relações do movimento romântico com a questão nacional no Brasil, leia esta passagem do “Discurso sobre a história da literatura do Brasil”, de Gonçalves de Magalhães, e observe o quadro *Moema* (1866), de Victor Meirelles. Cite um exemplo da visão da natureza brasileira presente em ambas as fórmulas e o relacione com o problema da nação.

Este imenso país da América, situado debaixo do mais belo céu, cortado de tão pujantes rios, que sobre leitos de ouro e de preciosas pedras rolam suas águas caudalosas; este vasto terreno revestido de eternas matas onde o ar está sempre embalsamado com o perfume de tão peregrinas flores que em chuva se despenham dos verdes doces (sic) formados pelo entrelaçamento de ramos de mil espécies; estes desertos remansos onde se anuncia a vida pela voz estrepitosa da cascata que se desempenha, pelo doce murmúrio das auras e por essa harmonia grave e melancólica de infinitas vozes e quadrúpedes; este vasto Éden, entrecortado de enormíssimas montanhas sempre esmaltadas de copada verdura, em cujos topos o homem se crê colocado no espaço, mais perto do céu que da terra, vendo debaixo de seus pés desenrolar-se as nuvens, roncar as tormentas e rutilar o raio; este abençoado Brasil com tão felizes disposições de uma pródiga natureza, necessariamente devia inspirar os seus primeiros habitantes; os Brasileiros – músicos e poetas – nascer deviam. E quem o duvida? Eles foram e ainda o são (MAGALHÃES, 1836).



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f9/Vitor_meirelles_-_moema02.jpg

Obs.: Para responder à questão, tenha em mente algumas informações gerais sobre a pintura. O quadro de Victor Meirelles retrata a lenda de Moema, personagem indígena que teria sido uma das esposas do colonizador Diogo Álvares, que viveu no século XVI. Ele tematiza o contexto no qual Caramuru parte para a Europa, levando consigo a esposa principal – Paraguaçu, com quem teve numerosa descendência. Ao partir, Caramuru teria deixado em terra outras mulheres, entre as quais estaria Moema. Apesar de Moema ser uma lenda, Diogo Álvares é um personagem histórico que foi e continua sendo explorado na perpetuação do mito de fundação nacional, como analisou Janaina Amado (2000).

Resposta Comentada

Os elementos presentes no quadro apresentam de forma sintética e eloquente os aspectos que podem ser observados no texto de Gonçalves de Magalhães. O quadro eterniza cenas originárias da nação, na qual ganha destaque a figura indígena, assim como o discurso de Magalhães. A eleição do indígena como símbolo nacional também alude à colonização e mestiçagem, embora negros não façam parte desse mito inaugural da nação. A imagem ilumina o texto, pois a personagem central está integrada à cena natural, como se dela fizesse parte. Nessa cena de origem, vê-se configurada as imagens grandiosas da natureza retiradas do “Discurso sobre a história da literatura do Brasil”, de Magalhães: “debaixo do mais belo céu”, “este vasto terreno revestido de eternas matas”. Como um mito de fundação, as imagens do texto e do quadro têm o intuito de se eternizarem, refletindo-se um no outro ao se replicarem mútua e indefinidamente, formando um discurso de longa duração.

O projeto de uma história do Estado imperial: o IHGB e as instituições imperiais

No esforço de estabelecer referências para a nação brasileira, a história tem papel central. Na verdade, o passado, reconstruído intelectualmente, é, de maneira geral, uma importante fonte de legitimação para o poder político e a ordem social existente. Basicamente, seleciona-se entre os acontecimentos e as estruturas do passado aquilo que pode dar suporte a uma narrativa que dote de significado a experiência da comunidade nacional (RICUPERO, 2004, p. 113).

Um espaço institucional dedicado à história seria concretizado por meio da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, em 1838. O momento não seria para menos. Algumas das principais instituições imperiais, como o Colégio Pedro II e o Arquivo Público Imperial não somente foram criadas no mesmo período que o IHGB, como participaram do mesmo projeto englobante de forjar a nação, seja na recuperação/criação de um passado nacional, seja na garantia de seu futuro, por meio da formação daqueles que seriam os cidadãos do Império. Como notou Arno Wehling, essas instituições deveriam contribuir para consolidar a educação, a cultura e a administração pública do país e se coadunavam com o momento de consolidação das instituições liberais, que ocorriam também na França de Guizot.

A fundação do Instituto, conduzida por letrados eminentes do Império e por políticos ligados ao círculo mais próximo do imperador menino, ocorreu justamente no período da consolidação da ordem monárquica e situa-se no processo de centralização política de fins do período regencial. Ela se identifica, portanto, com o momento do Regresso conservador.



A criação do IHGB

A concepção de uma instituição dedicada aos estudos históricos teve lugar nas reuniões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, agremiação criada em 1827 e composta por uma parcela importante de políticos e intelectuais, que procuravam “promover a indústria” e defender os interesses da produção nacional, sobretudo agrícola. Em uma das reuniões da Sociedade Auxiliadora, em agosto de 1838, seu secretário, o marechal Raimundo José da Cunha Matos e o secretário adjunto, o cônego

Januário da Cunha Barbosa, proporião a criação da nova sociedade voltada para os estudos históricos, sob os moldes do Institut Historique existente em Paris desde 1834. Essa agremiação a ser criada deveria se ocupar de “centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias do Império” (RIHGB, 1839, p. 6). Nessa reunião, cuja ata seria publicada no primeiro número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico, em 1839, ficavam registradas as bases em que se fundariam os estatutos da nova sociedade. Seu principal objetivo, conforme o artigo primeiro de seu Extrato dos Estatutos, seria o de

coligir e metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia Império do Brasil; e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público, logo que o seu cofre proporcione esta despesa (RIHGB, 1839, p. 18)

Junto a essa missão, o Instituto se comprometia a manter correspondência com o Instituto Histórico de Paris e outras sociedades estrangeiras da mesma natureza, reforçando a ideia de que a instituição brasileira deveria ser um centro propagador das luzes no Império (GUIMARÃES, 1989).



Figura 12.1: Capa da Revista do IHGB, editada desde 1839.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5b/IHGB_revista_1889.jpg

O perfil socioprofissional indica que a instituição, reunindo 27 sócios fundadores, em seu primeiro corpo de associados, agremiaria políticos e personagens da alta burocracia do Império, do magistrado formado em Coimbra, ou da corporação militar. Conforme lembra Lúcia Guimarães, os membros principais do Instituto eram identificados com a “facção áulica”, que se viram ofuscados do poder com a ascensão de Bernardo Pereira de Vasconcelos e buscavam sua sobrevivência política reunindo-se em torno da figura do imperador. O que nos interessa salientar aqui é que, acima dos interesses partidários, os membros do IHGB se concentravam na construção de uma imagem para a nação e de uma memória da monarquia nos trópicos. Assim, embora a instituição não pretendesse promover de forma explícita um posicionamento partidário ou ter fins políticos diretos, fica claro por meio de seus discursos que ela defendia a centralidade do Estado monárquico no processo que visava colocar o Brasil no caminho da civilização, cravando um lugar para o país no “concerto das Nações”.

Em uma sociedade profundamente marcada pelas hierarquias e pelas distinções sociais, fica patente no IHGB a composição de seus membros por uma elite intelectual e política, que, não obstante os desacordos no plano dos projetos partidários, confluíam na saída conservadora da manutenção da ordem imperial em construção. Os “construtores da nação”, portanto, pertenciam a uma camada da população distante tanto do “mundo do trabalho” como do “mundo da desordem” para utilizar as expressões de Ilmar Rohloff de Mattos. É importante ressaltar ainda que muitos desses homens, ao mesmo tempo, compartilhavam redes de sociabilidade comuns formadas por parentesco ou amizade, por educação, e pela circulação em instituições artísticas e de saber criadas pelo Estado, como a Academia Imperial de Belas-Artes, o Colégio Pedro II e o Museu Imperial.

Um importante aspecto da relação de proximidade entre os homens de letras do IHGB e o poder monárquico estava no mecenato de dom Pedro II. Logo depois da criação da instituição, ela funcionaria sob os auspícios do imperador em um dos aposentos do Paço imperial. A partir de 1849, quando ganharia instalações definitivas no terceiro andar do antigo Convento do Carmo em parte contígua ao próprio Paço, o imperador passou a presidir todas as sessões na qual estaria presente.

Uma das ações que atesta a interpenetração constante entre o desenvolvimento da esfera cultural por intermédio da história e da própria consolidação dos ideais monárquicos do Segundo Reinado é a promoção, fomentada pelo financiamento direto ou indireto do monarca, de prêmios concedidos no Instituto para monografias e trabalhos sobre a história e geografia do país. Não se enfatizavam aí somente questões concernentes à história do Brasil, mas também o conhecimento das províncias, em todos os aspectos sobre cada região, possibilitando realizar um “inventário” das diferentes localidades do Império, inventário necessário ao projeto de centralização monárquica e à produção de documentos para a defesa das fronteiras e da integridade do território, ainda fragilmente constituída.

Dos primeiros laureados pelo Instituto, tem destaque o trabalho “Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão”, escrita por Domingos José Gonçalves de Magalhães em 1840, que acompanhara Alves de Lima e Silva e suas tropas para estrangular o movimento de rebelião que ficou conhecido como a Balaiada. O prêmio concedido à memória, considerada como a melhor monografia de história, foi oferecido em 1847. Não obstante tratar-se de um tema contemporâneo, a memória, ao traçar a vitória da Ordem levada pelas forças imperiais a uma região carente da Civilização como um exemplo histórico edificante, teria afinidades tanto com o projeto de uma história do Império do Instituto quanto com suas próprias concepções historiográficas – de uma história como “mestra da vida” –, como salientou Manoel Guimarães (1988, p. 19).

A integração do território – outra faceta da história do Império a ser pedagogicamente afirmada – igualmente mereceria destaque na concessão do prêmio de melhor trabalho de geografia a Conrado Jacob Niemeyer por sua *Carta Corográfica do Império do Brasil*, organizada em 1846. A “Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro”, escrita por Norberto de Souza e Silva e premiada em 1852, endossa o lugar fundamental dos estudos indígenas no discurso histórico do Instituto, ao articular o próprio campo da História (na qual os índios poderiam ser tomados como *documentos* para o estudo do passado do país) ao campo da geografia (no qual os índios surgem como objeto de investigação contemporâneo, vistos como parte da *população* do território do Império). Também receberia prêmio de melhor monografia a dissertação de Karl Friedrich Philipp von Martius, “Como se deve escrever a história do Brasil” em 1847, do qual trataremos mais adiante.

Outro aspecto que ilustra o mecenato está no projeto do Instituto desde sua fundação, de coleta de documentos referentes à história do Brasil. Este recebeu apoio direto do Estado, em ações como a de comissionar membros do corpo diplomático para coligir documentos em diversos arquivos estrangeiros. Um dos primeiros

encarregados nesta missão foi o diplomata José Maria do Amaral, que a pedido do governo imperial, e atuando na legação brasileira em Washington, fora transferido para Lisboa e Madri a fim de “coligir documentos que possam interessar à História do Brasil”, conforme as instruções do Instituto Histórico, como revelava em carta ao secretário Cunha Barbosa. Francisco Adolfo de Varnhagem teve papel preponderante nesta tarefa, muitas vezes por ele relatada em cartas a Cunha Barbosa. Antes mesmo da criação do Instituto, em 1835, já iniciava suas pesquisas individuais sobre Gabriel Soares de Souza, vindo a editar mais tarde o *Tratado descritivo do Brasil*. Seu ingresso no serviço diplomático, substituindo José Maria do Amaral na tarefa de coligir os documentos nos arquivos espanhóis e portugueses, em 1842, viria a facilitar seus trabalhos de pesquisa.

De fato, o próprio funcionamento da instituição marcava as estreitas relações entre os letrados e o poder. Como notou Guimarães, “são os cargos públicos e as bolsas concedidas pelo próprio imperador que frequentemente viabilizaram materialmente o trabalho intelectual”. Lília Schwarcz acrescentou que essa prática de financiamento não valia somente para os intelectuais ligados ao Instituto Histórico, como envolvia todas as categorias artístico-culturais imperiais. De forma semelhante ao IHGB, a Academia Imperial de Belas Artes também se manteria à custa do auxílio do monarca, que concederia bolsas de estudos para alunos, além de promover prêmios e de distribuir medalhas. Esses fatores, que evidenciam as relações de proximidade entre homens de letras e o Estado, tornam também problemática a noção de um espaço público, ou de uma “República das Letras” que fosse independente e crítica desse mesmo Estado.



Academia Imperial de Belas-Artes

Criada no contexto da vinda da Missão Francesa em 1816 como Real Escola de Desenho, a Academia receberia o título de Academia Imperial de Belas-Artes a partir de decreto, em 1826. Dela participaram artistas como Félix Émile Taunay e Manuel de Araújo Porto Alegre, que passou a dirigir a instituição em 1852. Ambos foram sócios do IHGB, sendo que o primeiro foi professor de pintura do monarca e de suas irmãs. Foi por intermédio da Academia que Vítor Meirelles, autor de quadros como *A primeira missa no Brasil* (1860) e *Moema* (1866), recebeu bolsa para estudar pintura na França. Também passaram pela Academia pintores como Pedro Américo e Rodolfo de Amoedo, todos artistas que auxiliaram a consagrar uma “iconografia oficial” do Império.



Figura 12.2: Foto da Academia Imperial de Belas-Artes, que ficava na travessa do Sacramento, tirada por Marc Ferrez. Hoje, o pórtico da imagem encontra-se no Jardim Botânico. Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/ff/MarcFerrez-AIBA-1891.jpg>

período pós-independência e as forças dispersivas do período regencial foram contornadas com a centralização política direcionada pelos conservadores saquaremas. Ao mesmo tempo, reconhece-se que tal autonomia cultural não poderia ocorrer sem o “apoio e proteção” das altas ilustrações do país, sobretudo do monarca. Essa ambiguidade gera tanto o comprometimento da ideia de que os homens de letras seriam sujeitos neutros e livres das disputas políticas, afirmadas primeiramente, como ainda indicam o comprometimento que tinham com a expansão do ideário sustentado pelo próprio Estado.

“Qual nação?” A escrita da história nacional no século XIX e seus limites

Foi nesse ambiente de consolidação do Estado imperial e de criação das instituições imperiais que lhe davam suporte que se encaminhava o debate sobre uma escrita da história nacional dentro do IHGB. Não que histórias do Brasil não tivessem sido redigidas antes. No período colonial, já teria esse título a obra de frei Vicente do Salvador de 1627, e, em 1730, Rocha Pita publicava uma *História da América portuguesa*. No começo do século XIX, alguns estrangeiros escreveram histórias que tratavam especificamente da colônia portuguesa na América, como o livro de Robert Southey, *History of Brazil* (1810) ou de Alphonse de Beauchamp, *Histoire du Brésil* (1815) – obras, que, diga-se de passagem, sofreram críticas daquele que viria a se consagrar como o grande historiador do Brasil naquele século: Francisco Adolfo de Varnhagem. A questão não era, portanto, a existência de textos que tratassem da história do Brasil, mas, sim, de imprimir um novo caráter a tal história, que fosse a um só tempo filosófico e nacional. Um dos fundadores do Instituto, o marechal Raimundo da Cunha Matos sintetizava o problema em sua pergunta: “Como será possível escrever a história filosófica do Brasil tomando por farol os livros estrangeiros impressos antes

da declaração da independência do Império?” Vale lembrar que a “história filosófica” é uma concepção de história que surge no Iluminismo, com Voltaire, e que pretende revelar, por meio de uma narração particular dos fatos históricos, um “sentido” que serve para a reflexão e para o aprendizado, o qual deve priorizar o progresso da razão, o que significava também a civilização. A expressão utilizada por Cunha Matos, “história filosófica”, portanto, não surge à toa no IHGB, e reflete a necessidade de criar fundamentos apropriados para a história do Brasil. O debate do IHGB sobre as bases conceituais da história, pensando sua metodologia, ocorre, assim, no momento em que o campo da história começa também a se desenvolver como uma disciplina científica na Europa.

Mas, sem dúvida, a expressão “história filosófica” remete a um legado da Ilustração, e esse aspecto reforça a ideia de que existiam fortes traços iluministas nas concepções historiográficas e na organização do Instituto, como argumentou Manoel Salgado Guimarães (1989). A história, para os membros do IHGB, deveria ainda “ensinar” e servir como exemplo na tomada de ações presentes e futuras dos brasileiros. Ela deveria ser, portanto, uma *historia magistra vitae*, ou seja, uma história “mestra da vida”, uma instrumentalização que seria importante para reforçar o sentimento nacional. Essas perspectivas estavam presentes na dissertação “Como se deve escrever a história do Brasil” (1843), do botânico alemão Karl Friedrich Philipp von Martius (ver boxe), em resposta ao concurso promovido em 1840 pelo secretário do Instituto, Januário da Cunha Barbosa, para premiar quem melhor apresentasse um plano para escrever a história antiga e moderna do Brasil.



Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868)

Nasceu em Erlangen, no antigo reino da Baviera, um dos atuais estados da Alemanha. Formado em Botânica pela Universidade de Frederico Alexander, onde ingressou com apenas 16 anos, passou a trabalhar no Jardim Botânico de Munique quando foi nomeado membro da expedição científica bávara ao Brasil, juntamente com o zoólogo Johann von Spix. Ambos embarcaram com a comissão austríaca que acompanhava a futura princesa Leopoldina, então consorte de D. Pedro de Alcântara. Spix e Martius permaneceram no país entre 1817 e 1821, realizando diversas pesquisas sobre a fauna, a flora, a mineralogia, a etnografia e os costumes do país. Martius publicou o resultado da expedição em 1831, com os três volumes de *Reise in Brasilien*, dedicando ao coautor Spix, que falecera anos depois de seu retorno à Europa. Martius escreveu e publicou inúmeros trabalhos sobre a flora brasileira e etnografia, ligando-se aos assuntos relativos ao Brasil até a sua morte. Seu trabalho mais importante foi a edição da Flora brasiliensis, ambicioso projeto de publicação que foi continuado após sua morte e finalizada somente em 1906. Travou também laços de amizade com figuras importantes ligadas à monarquia bragantina, entre eles, Paulo Barbosa, o mordomo da Casa Imperial, com quem manteve farta correspondência. Foi sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



Figura 12.3: Karl Friedrich Philipp von Martius.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/47/CFPhVonMartius.jpg>

A influência do texto de Martius foi enorme, a tal ponto de ser considerada por diversos historiadores e críticos um ponto de partida para a moderna historiografia brasileira iniciada no século XIX (CEZAR, 2003, p. 178-9). A monografia de Martius, de fato, introduz e sintetiza a discussão sobre diversos aspectos gerais que caracterizariam a história nacional a ser seguida. Em especial, aponta o caminho da tematização das três raças que contribuiriam para a formação do homem brasileiro. Vale a pena lermos a passagem em que o autor apresenta essa ideia:

Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem. São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou

etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular (MARTIUS, 1845, p. 382).

Já desde logo podemos notar que o autor aborda um sentido de nação com referências à sua composição populacional. Ora, não era tão simples equivaler nação e população, como havíamos mencionado no início desta aula. Não obstante os vieses raciais essencialistas da época, o texto de Martius estatua de certa maneira a importância de abordar a participação dos componentes indígenas e negros ao lado dos europeus, no processo de constituição da história brasileira.

Para o autor, por certo, cabia ao branco a condução do desenvolvimento dessa história particular, trazendo a civilização para a Terra de Santa Cruz. Seria o elemento português como um “poderoso rio” que deveria absorver os pequenos afluentes indígena e “etiópico”. Apesar da menção às contribuições não europeias, a dissertação não se atém muito aos negros, limitando-se a dizer que seria importante estudar aspectos da colonização portuguesa na África e o impacto do tráfico na agricultura e no comércio, bem como observar seus costumes e usos, comparando-se índios e negros. A tematização do africano no Brasil foi muito pouco ou nada tratada nos textos de época do IHGB, o que refletia a visão do elemento negro como fator impeditivo da civilização. Os letrados do Instituto não contestaram de forma enfática a ordem escravista, o que não era difícil de entender, já que a escravidão era um dos alicerces do Estado imperial e estava arraigada nas relações de sua sociedade. Quando muito, encontramos nas páginas da revista do IHGB textos como de Januário da Cunha Barbosa na qual discute “se a introdução dos escravos africanos no Brasil embarça a civilização dos nossos indígenas”. No Instituto, a questão indígena passou a ganhar destaque, mas principalmente por meio de um campo de saber que se formava naquela época: a etnografia. O historiador Varnhagem dizia que dos povos na infância, como eram os índios, “não há história: há só etnografia” (VARNHAGEM, 1979, p. 38).

A monografia de Martius trata de outras questões, como, por exemplo, a atenção a ser dada à formação das instituições religiosas, de ensino, do comércio e da indústria, aos costumes, aos mitos, à literatura, à vida militar, à formação das vilas e cidades. Ele ainda reflete sobre a forma que deveria ter seu texto. Esta não deveria ser a das crônicas, cheias de fatos insignificantes; a história do Brasil deveria ser escrita como um todo articulado, considerando cada uma das regiões do vasto Império, de modo a alcançar as “particularidades da sua natureza e população”. Enfim, a narrativa deveria saber empolgar, satisfazendo tanto “ao coração quanto à inteligência”, gerando o sentimento de união.

Todos esses elementos foram centrais na discussão de um projeto de história nacional debatido no IHGB. A forma mais acabada desse projeto historiográfico pode ser encontrada na obra de Francisco Adolfo de Varnhagem, em sua *História Geral do Brasil*, cuja primeira edição vem a lume entre 1854 e 1857. Apesar de Varnhagem se distinguir dos fundadores do IHGB por uma visão de história que rompia com a perspectiva iluminista, enfatizando os documentos e o empiricismo, sua *História Geral* confluía para a consolidação da unidade e da monarquia constitucional. Sua história reforçaria a visão de que o Brasil era a continuidade em terras americanas da civilização vinda de Portugal, cujo resultado era a constituição do Estado imperial. Para isso, Varnhagem elegeu temas, além de propor uma ordenação dos períodos históricos. Ele procurou minimizar ou negligenciar todos os movimentos separatistas e rebeliões contrárias à imposição da colonização primeiramente metropolitana, e, posteriormente, do Estado monárquico brasileiro. Assim, ao tratar da resistência de Palmares, por exemplo, chamava sua derrota como uma “conquista”, e não acreditava que os quilombos dos Palmares pudessem estar organizados “em república constituída com leis especiais, e subordinados a um chefe que denominavam Zumbi”. Tais sinais de “civilização”, ele não admitia entre negros.

O legado varnhageniano da história, que elencaria fatos como a “expulsão dos holandeses” ou “a independência do

Brasil”, ajudaria a consolidar a ideia de uma nação como entidade identificada com as ações do Estado, primeiro português e depois brasileiro. Assim, a nação surge como se fosse preexistente à construção que implementavam os articuladores simbólicos do próprio Estado imperial, como discutimos na Aula 2.



Atende ao Objetivo 3

3. Leia atentamente o texto abaixo, extraído de uma carta de Francisco Adolfo de Varnhagem ao imperador quando da publicação da *História Geral do Brasil*:

[...] era para ir assim efeixando-as [as províncias] todas e fazendo bater os corações dos de umas províncias em favor dos das outras, infiltrando a todos nobres sentimentos de patriotismo de nação, único sentimento que é capaz de desterrar o provincialismo excessivo, do modo que desterra o egoísmo, levando-nos a morrer pela pátria ou pelo soberano que personifica seus interesses, sua honra e sua glória [...] Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustrações; tratei de por um dique à tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas ideias soltas de nacionalidade (VARNHAGEM, 1857 apud GUIMARÃES, 1989).

Com suas palavras, procure relacionar o texto de Varnhagem com as propostas de Martius, indicando os aspectos que orientavam uma escrita da história nacional e refletindo sobre os limites de sua execução durante o período imperial.

Resposta Comentada

As orientações que Varnhagem destaca em sua carta ao Imperador para a composição de sua história salientam a estreita relação que esta deveria ter com o Estado monárquico, enfatizando seus vínculos com um ideal de Nação. Tanto Varnhagem quanto Martius abordam a necessidade dessa escrita histórica alcançar um sentimento nacional. Esse aspecto em Varnhagem é enfatizado na ideia da integridade e unidade do Império, desenraizando o sentimento provinciano, meramente local. No entanto, para que fosse possível vigorar esse projeto de criar uma história da Nação que se confundisse com a do próprio Estado, seria necessário criar uma interpretação sobre todos os movimentos dissolventes desse mesmo Estado, excluindo também a participação ativa dos elementos que iam contra os ideais civilizatórios. Nessa história não caberiam todos, com o mesmo peso e a mesma medida, em particular, os escravos e os índios.

CONCLUSÃO

Conforme vimos nesta aula, pensar a Nação foi um dos problemas que ocupou a geração de letrados que se reuniu em torno do Estado imperial em vias de sua consolidação. O movimento romântico teve papel-chave na constituição das imagens sobre a

nacionalidade e das ideias sobre um passado histórico brasileiro. Como românticos, tinham um interesse no passado, e lançaram mão em grande parte da sensibilidade romântica e da imaginação para alcançá-lo. Nesse passado, no qual se destaca a sua idealização do encontro entre o indígena e o europeu, as riquezas naturais da terra tornaram-se discursos muito eficazes, e sobrevivem às vezes até hoje. Essa eficácia foi possível pelas profundas relações que o projeto de história nascente teve com o Estado e a ordem imperial. Tal projeto de construção da Nação, entretanto, não surge separado da institucionalização dos estudos históricos, por meio da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (nascido Instituto Histórico e Geográfico do Brasil). O instituto nasce com o intuito de ser o lugar privilegiado do conhecimento histórico no Brasil, e de levar tal saber de seu centro iluminado para as outras regiões do país. É nesse espaço que se desenvolveriam os debates historiográficos que fundamentariam a história como saber legitimado, com base em orientações científicas.

No século XIX, a história se faz como ciência e se calca profundamente na pesquisa documental arquivística. No Brasil, seria Varnhagem o historiador que melhor executaria essa orientação da disciplina histórica, e sua obra ajudaria a consolidar os valores monárquicos e centralizadores que víamos no IHGB. Como também foi visto, sua história ajudou a criar esse ideário sobre a nação, identificado com o próprio Estado. Nessa formulação estavam inerentes os problemas da cidadania e da participação social que se delineou na ordem imperial.

A construção da nação refletiu os limites da própria constituição dessa ordem. Para terminarmos com o que disse Bernardo Ricupero, que abriu a última parte da nossa aula: sob o verniz da civilização, o Brasil Império sustentava a barbárie da escravidão.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você irá aprender sobre o processo de modernização e as questões relativas à imigração durante o Segundo Reinado.

Aula 13

Modernização e imigração

*João Carlos Escosteguy Filho
Ricardo Salles*

Meta da aula

Apresentar as principais modernizações ocorridas no Império do Brasil na segunda metade do século XIX e as modificações causadas pela entrada maciça de imigrantes no país.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as principais mudanças que ocorreram no Brasil, em especial na região Sudeste, em relação à ideia e aos processos de modernização;
2. reconhecer as relações entre a modernização do Império e os interesses escravistas;
3. avaliar o papel da falta de mão de obra escrava para novas áreas de expansão cafeeira, como o Oeste Novo Paulista, na intensificação da imigração europeia para o Império do Brasil.

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XIX iniciou-se com otimismo para os grupos dirigentes do Império do Brasil. A vitória das forças da ordem sobre a Revolta Praieira, última ação revoltosa de grande porte a remeter às rebeliões que desde a Independência ameaçavam a integridade do Império, garantiu a vitória e a consolidação do projeto conservador e o consequente encaminhamento para a resolução pacífica das disputas entre os grupos políticos no interior do mundo do governo, de acordo com regras estabelecidas. Por outro lado, o fim do tráfico de escravos garantiu a tranquilidade externa, ameaçada pela ação britânica, e liberou capitais antes empregados no comércio negreiro para serem investidos em outras áreas. O governo imperial vislumbrava um futuro promissor. A imagem do Império do Brasil que permaneceu para a posteridade como época de prosperidade, como época de ouro da nossa história, começou a se desenhar a partir desse momento.

Era uma época de busca pelo progresso, uma época de expansão do café e da escravidão (não obstante o fim da entrada de cativos), uma época também de grandes bailes e eventos sociais, com a penetração de valores e modas europeias, especialmente francesas, traçando as linhas gerais do que se entenderia como uma vitória da civilização sobre a barbárie. Uma época, sobretudo, de articulação entre o ingresso do Império no mundo do capital, que se tornava hegemônico, e a submissão desse ingresso à manutenção das estruturas sociais e econômicas da escravidão.

Nesta aula, veremos dois dos grandes temas que pautaram esse momento da história do Império brasileiro: a modernização e a imigração.

Modernização, progresso e interesses escravistas

A história do Brasil Império ligou-se constantemente a uma dialética entre a ideia de um país moderno e a realidade de um país arcaico. Dito de outra maneira, a ideia de Brasil que os grupos dirigentes pretendiam construir sempre esteve ligada à noção de civilização; à noção de participação do Brasil no conjunto das nações civilizadas do mundo ocidental. Por outro lado, essa ideia de nação civilizada o tempo todo teve de se relacionar à permanência de uma sociedade identificada com a noção de barbárie, isto é, considerada por esses mesmos dirigentes como atrasada e afastada de qualquer referência civilizacional. Tal oposição era, para muitos autores, uma diferença entre um “país ideal” e um “país real” (NEVES; MACHADO, 1999). Usaremos esse livro como base ao longo de toda a aula; porém, para evitar sobrecarregar o texto de referências, nós nos remeteremos a ele apenas nas citações diretas e ao final, na bibliografia. Usaremos essa dupla definição nesta aula, porém num sentido um tanto distinto.

Segundo a definição que propomos nesta aula, os membros do “país ideal” tinham, na célebre formulação de Ilmar Mattos, “os olhos na Europa”, enquanto os membros do “país real” tinham “os pés na América” (MATTOS, 1987). Os olhos na Europa acompanhavam o desenvolvimento das sociedades inspiradas nas ideias liberais, que cada vez mais concebiam a nação como o conjunto de cidadãos participantes, identificados ao *éthos* de uma burguesia ascendente e forjando uma oposição sistemática aos valores da “velha ordem”, que entendiam como absolutista, clerical e não racional. Os pés na América, por outro lado, compreendiam a importância da singularidade que a sociedade imperial brasileira apresentava-lhes: escravista, fundada economicamente e principalmente na produção cafeeira, e hierarquizada segundo os princípios que consagravam seus padrões de diferenciação social, conforme vimos em aulas anteriores: a separação entre os mundos do trabalho, da desordem e do governo. Os pés na América, por outro lado, encaravam um país

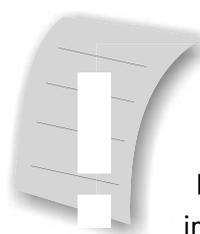
não só em precárias condições de higiene, obras públicas e qualidade de vida. Encaravam também um país permeado por redes de favores e clientelismo no lugar de qualquer organização racional das estruturas estatais. Era o lugar da falta de instrução, do esmagador analfabetismo e da rala presença popular, junto aos canais oficiais de participação política (em grande parte devido à divisão entre cidadãos ativos e passivos). Era, sobretudo, o país que não se identificava com força a nenhum ideal de “nação” que pudesse contemplar o Império como um todo. O país ideal buscava identificar o Império à nação brasileira; o país real dedicava sua fidelidade, no máximo, às pátrias particulares. Dito isso, precisamos definir com mais precisão os termos de que estamos tratando, para evitar confusões. Distinguiremos “país real” e “país ideal” não como oposições absolutas, não como se fossem mundos inteiramente desconectados. O país ideal era construído e sustentava-se graças ao país real. Não havia plena separação. Por isso, dizemos que a relação entre ambos era *dialética*. Os membros do país ideal eram, simultaneamente, membros do país real. O país real impunha os limites sobre os quais agiam os dirigentes imperiais. O país real era a base sobre a qual buscava sustentar-se a estrutura e a civilização imperial. O país ideal não era uma antítese do país real, embora numa primeira vista tal impressão possa se dar. Pelo contrário: a realidade “da América” redefinía os “olhos na Europa”.

É a partir desse ponto de vista que devemos entender a questão da modernização, projeto constante nos planos dos dirigentes imperiais. Modernizar o país era uma ideia correntemente tratada nos discursos e nas ações desses dirigentes. Modernizar o país significava, *grosso modo*, aproximá-lo dos padrões que definiam as potências europeias, tomadas como exemplo de civilização. Mas modernizar o país era, sobretudo, adequar essa civilização, esses padrões, às peculiaridades do país real. Era, sobretudo, manter os pés na América.

Modernizar era, especialmente, produzir mais, a menor custo, melhorar a capacidade administrativa e militar da máquina governamental, e também sofisticar os padrões de consumo e

comportamento dos grupos dominantes. Tudo isso implicava melhorar serviços, modernizar as cidades, as moradias etc. Tudo era feito, é claro, dentro de um ideal de civilização e progresso. Na verdade, civilização equivalia cada vez mais a progresso técnico.

Os capitais que primeiro impulsionaram a modernização no Império, como vimos, foram oriundos do fim do tráfico negreiro. Tomando o Rio de Janeiro como exemplo (duzentos mil habitantes em meados do século), podemos perceber as mudanças e as permanências. O setor de transportes e o comércio sofreram investimentos, aumentando, ainda que de maneira incipiente, a urbanização e a criação de manufaturas. Diversos serviços, como iluminação a gás e bondes puxados a burro, e posteriormente elétricos, tomaram a capital. As lojas, as confeitarias e os anúncios nos jornais multiplicavam-se, oferecendo as últimas novidades inglesas e francesas em moda e produtos. O Rio de Janeiro integrava-se à Europa por meio da multiplicação do serviço de paquetes (*packet boats*), que ligavam a cidade às demais regiões litorâneas do Império e conectava Liverpool, na Inglaterra, à corte, em 27 ou 28 dias. Tais mudanças ajudaram a expansão da urbe carioca, que atingiu quatrocentos mil habitantes no início da década de 1880 (dobrou sua população em aproximadamente trinta anos!).



A Era Mauá

Irineu Evangelista de Souza (1813-1889) participou intensamente da diversificação de investimentos que tomou o Império, após 1850, a ponto de esses anos receberem a alcunha de “Era Mauá”. Barão em 1854 e visconde de Mauá em 1874, nascido no Rio Grande do Sul, Irineu Evangelista visitou fábricas e estabelecimentos comerciais na Inglaterra, na década de 1840, e firmou, a partir de então, laços profundos com o

capital inglês, em especial a partir da firma Carruthers. A admiração de Mauá pela industrialização inglesa e sua associação ao capitalismo britânico levaram a uma série de investimentos que visavam à modernização do Sudeste. Mauá participou de diversos setores produtivos, como fundição de ferro e bronze, calderaria, serraria, estaleiro (o estaleiro de Ponta d'Areia, em Niterói) etc. Além disso, graças a contatos junto ao Estado imperial, conseguiu o monopólio, por 30 anos, da navegação no rio Amazonas, fundando a Cia. de Navegação e Vapor do Rio Amazonas. Destacou-se o empresário ainda no setor de serviços públicos (como abastecimento de água e iluminação a gás), transportes (em especial em relação a linhas de bondes e ferrovias) e comunicações (sendo, inclusive, o introdutor do telégrafo submarino, ligando o Brasil à Europa). O Banco Mauá, MacGregor e Cia. contava, em meados do século, com 19 sucursais em todo o Império, além de Londres, Paris, Nova York, Montevidéu, Buenos Aires e outras cidades platinas.

A partir da década de 60, Mauá começou a sofrer concorrência pesada de outros investimentos e produtos estrangeiros, que começavam a entrar no país mais baratos. Além disso, a histórica dependência econômica do setor agroexportador, na figura do café, contribuiu para que o papel de Mauá não fosse mais do que incipiente em termos de industrialização no país. Em 1875, Mauá foi à falência e a Era que leva seu nome permanece como símbolo de uma efêmera tentativa de industrialização. Pesquisas mais recentes, em especial as levadas a cabo pelo professor Carlos Gabriel Guimarães,

apontam para a possibilidade de relações entre a firma Carruthers, que contava com participação de Mauá, e traficantes negreiros. As relações entre o “mito modernizador” de Mauá, considerado por parte significativa da historiografia como símbolo do empreendedor capitalista, empresário moderno num Império atrasado e escravista, e a escravidão ainda estão por ser melhor estudadas.

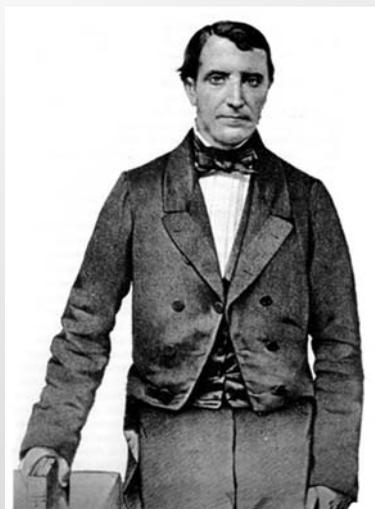


Figura 13.1: Visconde de Mauá – "Do meu canto, seja qual for o local onde tenha de ser depositado em nove palmos de terra, levarei comigo a consolação de ter procurado toda a minha vida fazer algum bem e trabalhar por meu país".

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4e/Visconde_Mau%C3%A1.jpg

Os costumes da cidade em processo de modernização também mudaram. Os trajes passaram a seguir a moda europeia. Chapéus, bengalas, cartolas e luvas passaram a fazer parte das vestimentas dos homens elegantes. As damas acompanhavam de perto as

novidades ornamentais dos salões franceses. Perfumes e essências importados contrastavam com o odor fétido provocado pelos barris de fezes, levados diariamente por escravos (os chamados “tigres”), na ausência de qualquer rede de esgotos até 1862, quando uma firma inglesa, a Rio de Janeiro City Improvements Company Ltd., iniciou um empreendimento na cidade, logo espalhado para outras, como São Paulo, Recife, Manaus e Salvador. Aliás, o Rio de Janeiro tornou-se pioneiro e referência civilizacional para o restante do Império. A corte difundia um determinado conceito de civilização a ser seguido pelas demais regiões, alterando costumes e integrando os grupos dominantes das várias partes do Império, o clube dos principais dirigentes imperiais.

Sob a civilização do “país ideal” mantinha-se o “país real”, junto aos baldes dos “tigres”, em suas ruas estreitas e tortuosas, com cortiços e barracos espalhados pela cidade, em constante contato e na presença de escravos de ganho que atuavam em diversas áreas da cidade. Ficavam, em geral, à margem dessas melhorias, embora delas pudessem, ainda que indiretamente, se aproveitar. A maior riqueza em circulação acabava por expandir as oportunidades de atuação.

A imagem da cidade seria ainda profundamente transformada a partir das décadas finais do Império, com o intuito de dar cabo do que era considerado uma atrasada herança colonial. Sob inspiração das reformas efetuadas na época do barão Haussmann, prefeito de Paris, cujo modelo foi seguido pelos dirigentes imperiais, avenidas foram abertas, novas construções foram erguidas e medidas saneadoras foram aplicadas, num frenesi que adentrou a República. Desnecessário endossar que tais reformas dirigiam-se essencialmente aos membros da “boa sociedade” e a seus olhos na Europa. Além disso, o alcance de tais reformas, em termos geográficos, foi muito pequeno. Não obstante os melhoramentos urbanos, o Brasil continuaria sendo um país eminentemente rural.



Figura 13.2: Escravo brasileiro, 1865.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/ba/Escravo_brasileiro_1865.jpg

E é exatamente a partir da ótica do campo que devemos analisar aquelas inovações que eram, à época, símbolo maior da ideia de “modernização”: as ferrovias. Ao longo do século XIX, ferrovias, progresso e modernização caminharam juntos. A ferrovia era considerada símbolo maior do progresso porque encurtava distâncias e otimizava o escoamento de produtos destinados ao mercado, em especial o externo. No caso brasileiro, as ferrovias facilitaram o escoamento do produto principal de exportação: o café. Basta acompanhar a distribuição dos trilhos para perceber essa íntima relação: os trilhos concentraram-se no Sudeste, em especial nas regiões cafeeiras de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro.

As primeiras iniciativas para a construção de ferrovias vieram de Feijó, em 1835, com projetos para a construção de trilhos ligando o Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul, a Minas Gerais e ao sul da Bahia, e da Assembleia Provincial de São Paulo, que, em 1836,

aprovou um plano para a ligação do porto de Santos ao interior paulista. Ainda houve um projeto do inglês Thomas Cochrane – primo do almirante que liderou a repressão aos movimentos anti-independência, na década de 1820 – que objetivava construir uma linha que ligasse o Rio de Janeiro a São Paulo passando pelo Vale do Paraíba. Contudo, por falta de recursos, apoio governamental mais incisivo ou condições políticas necessárias, tais projetos não foram levados adiante.

O café mudaria esse quadro drasticamente. No início da década de 1850, os cafeicultores do Vale já percebiam a importância das ferrovias num contexto de interiorização cada vez maior da produção cafeeira, da tendência decrescente da população escrava e da insuficiência das estradas existentes e das tropas de muares para escoar a produção. Capitaneados pelos Teixeira Leite, de Vassouras, a Princesinha do Café, os cafeicultores começaram a pressionar o governo com o intuito de dar prosseguimento aos projetos existentes, e, 1855, foi afinal constituída a Companhia Estrada de Ferro Pedro II (posteriormente, Central do Brasil). É digna de nota a força dos interesses cafeicultores na tomada dessa decisão, principalmente devido à falta de capitais ingleses disponíveis para a empreitada devido à Guerra da Crimeia (1853-56), levando o governo a tornar-se o principal acionista da companhia.

A estrada de ferro só foi inaugurada em 1864. O primeiro trecho, que foi iniciado ainda em 1855, com 61 quilômetros, partia da corte, de onde hoje se encontra a Central do Brasil, e atingia a região do rio Guandu. Vencer a serra foi uma etapa difícil, mas completada. Em 1862, atingiu Barra do Pirai e daí alcançou ainda Entre Rios (atual Três Rios), em 1867, e São Paulo, em 1875. Em São Paulo, aí então já com a região do Oeste Paulista consolidando sua presença na produção cafeeira, as ferrovias direcionaram-se essencialmente para o porto de Santos, já a caminho de se tornar o principal porto escoador de café, superando o Rio de Janeiro. A Santos–Jundiaí foi inaugurada em 1867, causando uma queda no preço do transporte de café de 35%. A partir da década de 1870,

outras ferrovias, como a Paulista, a Ituana, a Sorocabana e a Mogiana, foram construídas, sempre com o intuito de beneficiar as novas zonas de expansão cafeeira paulistas. Logo outros municípios, como Rio Claro, Limeira etc., foram incluídos nessa expansão. A Mogiana estendeu-se até o sul de Minas e ao Triângulo Mineiro.

Segundo apontam alguns dados, as ferrovias no Brasil espalharam-se por outras regiões. De 15 quilômetros em 1855, alcançou 9.937 em 1890. Boa parte dos capitais provinha dos britânicos, que tinham 11 companhias em atividade no Brasil no fim da década de 1880 (número que subiria para 25 no final dos anos 1890). Metade dos investimentos ingleses no Brasil até a Primeira Guerra Mundial era em estradas de ferro. As ferrovias, assim, são o melhor atestado das integrações entre o mundo capitalista dos capitais ingleses e o mundo escravista da produção cafeeira no Império. Não havia, assim, uma dicotomia entre progresso e escravismo, entre modernização e produção cafeeira. Pelo contrário: no Brasil, a expansão e a modernização tecnológica, na figura das ferrovias, foram feitas a partir dos interesses cafeicultores e escravistas, como forma de otimizar a produção e o escoamento.

As ferrovias ainda auxiliariam na busca por alternativas, quando a escravidão entrasse em sua crise definitiva. Em especial no Oeste Paulista, as ferrovias seriam a porta de entrada de levas de imigrantes, chegados com a dupla intenção de substituir os braços escravos e de continuar o processo de modernização e civilização do Império.



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Diversos autores trataram o tema da modernização no Império do Brasil como algo oposto à escravidão. A fórmula clássica “país ideal” x “país real” é simbólica dessa separação. Nesta aula, usamos a fórmula não no sentido de oposição, mas no sentido dialético. Fazemos isso porque não consideramos que havia uma oposição entre um país “ideal” (ligado à modernização) e outro “real” (ligado à estrutura social escravista). Consideramos, pelo contrário, que ambos estavam interconectados, com o país modernizado construído sobre o escravista.

Tendo isso em mente, explique por que os dirigentes imperiais, em sua busca pela modernização, mantinham firme a conexão com a escravidão.

Resposta Comentada

Os principais investimentos que simbolizaram as modernizações no Império do Brasil, como as ferrovias e o maquinário, estavam intrinsecamente ligados à ideia de aumentar a produtividade cafeeira e melhorar o escoamento do produto da serra para o porto. Nesse sentido, modernizar o Brasil passava pela dinamização da produção escravista cafeeira. Não à toa, a escravidão não arrefeceu com os investimentos; pelo contrário, ela se manteve firme no Vale do Paraíba fluminense até o seu final.

O Oeste Novo Paulista e a questão da imigração

A partir de 1870, o café começou a expandir-se para o Oeste Paulista, transformando a região em um novo polo dinâmico da produção. A farta disponibilidade de terras ajudou a montagem do sistema de *plantation* na região, mesmo num contexto de baixa na oferta de escravos, duas décadas após o fim definitivo do tráfico internacional.



O Oeste Paulista

O Oeste Paulista, de que tratamos aqui, não corresponde ao oeste geográfico. Dividia-se, na verdade, em duas regiões: o Oeste Velho, que tinha centro em Campinas e foi a região primeiramente ocupada, à mesma época da ocupação do Vale do Paraíba, e o Oeste Novo, a partir de Ribeirão Preto, que chegou ao auge da produção no Império décadas depois.

Conforme vimos, a presença de capitais, em especial ingleses, e os investimentos ferroviários auxiliaram na montagem da cafeicultura na região. Tais investimentos, somados à disponibilidade de terras férteis (as chamadas “terras-roxas”, ricas em nutrientes), em contraste com o esgotamento do solo no Vale do Paraíba e a escassez de mão de obra escrava, mudaram a dinâmica da produção cafeeira no Império e forneceram as bases sobre as quais iria assentar-se a economia do país mesmo após a República.

A ocupação do Oeste Paulista foi semelhante ao mecanismo de ocupação do Vale do Paraíba: expulsão gradual dos indígenas que ali habitavam e criação de entrepostos para as tropas de muare

que se dirigiam a minas em Mato Grosso. Com o desenvolvimento da lavoura açucareira, ainda no final do século XVIII, posseiros foram expulsos ou submetidos a proprietários detentores de títulos de sesmarias. O trabalho escravo, nesse momento, era generalizado. Embora a região sofresse a concorrência de outras áreas açucareiras, em especial Campos, no Rio de Janeiro, e do Nordeste, os canaviais espalharam-se, alcançando seu apogeu por volta de 1836. Alguns anos depois, o açúcar começou a dar lugar ao café.

Essa primeira região ocupada era o *Oeste Velho*, isto é, a região de Campinas, Rio Claro etc. O *Oeste Novo* era visto ainda – e em larga medida correspondia à realidade – como sertão.

Com o aumento cada vez maior da demanda por café, muitos fazendeiros da região deixaram o cultivo de cana e migraram para os cafezais. As primeiras mudas surgiram em Campinas, em 1817, e dali se espalharam até começar a produção em larga escala, em 1840. Cabe lembrar que o que acontece em Campinas acontece na mesma época no Vale do Paraíba, embora o Velho Oeste tenha incorporado muito menos investimentos que o Vale. Os capitais para a expansão da produção no Velho Oeste eram oriundos essencialmente de capitais internos, transferidos do açúcar, e dos investidos por exportadores ingleses e alemães de Santos. Em Rio Claro, por exemplo, grande polo de produção cafeeira, cerca de 80% dos recursos foram investidos por negociantes de fora da região na década de 1850. Além disso, muitos recursos eram dedicados a inovações técnicas, com o intuito de aumentar a produtividade da região.

Não se trata, é bom ressaltar, de uma diferenciação essencial entre “mentalidades”, como por algum tempo se pensou, entre o cafeeicultor paulista, dotado de “espírito empresarial e capitalista”, contra o cafeeicultor “reacionário e arcaico” do Vale do Paraíba. A diferença entre ambas as regiões não era na mentalidade dos fazendeiros, mas no modo de formação das lavouras em cada área. Como o apogeu do Oeste Paulista deu-se num contexto de plena expansão do capitalismo pelo mundo, na década de 1880,

pôde valer-se mais da absorção de inovações que incentivavam a produtividade. Não obstante, a mentalidade escravista permaneceu no Oeste enquanto durou a escravidão, e sua matriz senhorial manteve-se mesmo depois.

Mas não se pode desprezar que a consolidação da cafeicultura no Oeste Paulista deu-se concomitantemente ao início da crise da escravidão, num contexto após a Lei do Ventre Livre, conforme veremos em aula futura. Nesse sentido, as grandes fortunas oriundas do café desde cedo buscaram soluções para o problema. A mentalidade escravista buscou soluções no tráfico interno, transferindo cativos de áreas menos produtivas do Império para o Oeste. Logo, porém, a obtenção do trabalho escravo tornou-se mais dispendiosa e outras fórmulas foram buscadas. No começo de 1881, por exemplo, em sequência de semanas, as três principais províncias cafeicultoras – Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo – aprovaram taxas exorbitantes sobre a importação de escravos de outras províncias. Os legisladores visavam evitar que a continuidade do tráfico interno viesse a “esvaziar” a escravidão, nas províncias do norte e do sul, que, pelos preços dos cativos, seriam levadas a se desfazer de seus escravos em proveito das províncias do Sudeste. Tal situação, mais cedo ou mais tarde, mas certamente muito em breve, levaria a que os representantes dessas regiões na Assembleia do Império se tornassem mais sensíveis, se não favoráveis à abolição. Temiam que, nestas condições, se reproduzisse no Brasil a situação que levava os Estados Unidos à Guerra de Secessão e ao fim violento e imediato da escravidão. No Oeste Paulista, além das dificuldades para obtenção de escravos, o solo em plena produtividade acabou tornando a região atrativa para a imigração, que passou a conviver com a escravidão como força de trabalho nas fazendas paulistas.

A imigração sempre fora uma ideia constante no Império do Brasil, porém, até aquele momento, nunca tratada realmente como uma política continuada. As primeiras experiências datam do início do século XIX, quando levas de imigrantes, em especial portugueses, suíços e alemães, foram estabelecidas, com destaque

para as colônias de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, Blumenau e Joinville, em Santa Catarina. Essas primeiras experiências, em época de plena expansão da escravidão, destinavam-se à simples ocupação de áreas inexploradas e tinham um peso econômico meramente local. A ideia, aqui, nos grupos dirigentes, era civilizar o Império, introduzindo imigrantes europeus nos quadros de uma ideia de “embranquecer” a população brasileira. Os proprietários, porém, preocupavam-se mais com questões de mão de obra, antecipando que a expansão escravista não duraria muito tempo, e a política de incentivo à pequena propriedade, feita pelo governo, chocava-se com essa preocupação.



Figura 13.3: Pintura retratando a chegada dos primeiros imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul, em 1824.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c4/Alem%C3%A3es2.jpg>

Os diversos projetos sobre imigração persistiam em conflito ao longo das décadas. Para atender aos interesses da cafeicultura, crucial seria dirigir os imigrantes para os campos e restringir-lhes o acesso à terra. Apenas a partir da Lei de Terras essa restrição ficou mais visível, dificultando a posse pelos imigrantes. As dificuldades criadas na Europa com a expansão da Revolução Industrial também contribuiria para deslocar milhares de pessoas de suas terras de origem e as obrigaria a buscar soluções em outros países. Nesse

sentido, crucial seria a vinda de braços para substituir o escravo, independentemente da origem da população. Há, portanto, duas concepções predominantes em relação à imigração: uma destinada a civilizar o Brasil, priorizando, portanto, brancos (de preferência nórdicos), de alguns recursos, capazes de contribuir para a melhoria do país, e outra, destinada somente à substituição da mão de obra, sem grandes pré-requisitos.

Após 1850, com o fim do tráfico negreiro, a segunda concepção fortaleceu-se. O fundamental era buscar trabalhadores para o café em expansão. A busca por escravos de áreas menos produtivas era limitada, já que não produziria novos braços, mas somente os realocaria. O uso do trabalhador nacional, por outro lado, esbarrava numa série de obstáculos que iam do preconceito contra o trabalhador nativo, considerado preguiçoso e indolente, ao preconceito contra o trabalho manual, associado, após séculos de escravidão, ao africano inferior. Concebeu-se, na época, a possibilidade de uso da mão de obra oriental, especialmente chinesa, considerada inferior à raça branca, porém superior à africana. Seu uso era pautado pela defesa da provisoriedade, como uma forma de transição da mão de obra cativa para a livre, sem qualquer intenção de permanência.

Percebe-se que a questão racial, em voga na Europa, permeava as discussões. Os olhos na Europa dos membros do “país ideal” levavam-nos a lidar com a questão de forma continuada: não adiantaria introduzir braços que degradassem, a médio ou longo prazo, a sociedade brasileira. Os pés na América, porém, os obrigavam ao imediatismo: a curto prazo, a crise na agricultura poderia ser fatal, caso faltasse a solução adequada para o problema futuro da escravidão. Daí a entrada, mesmo com resistências várias, de aproximadamente dois mil chineses entre 1854 e 1856.

Mas, felizmente, para os membros da elite imperial, a conjuntura europeia favorecia a vinda de europeus. De início, tentou-se trazê-los a partir do sistema de parceria, introduzido pelo senador Nicolau de Campos Vergueiro. Por esse sistema,

utilizado em suas fazendas em 1847, os colonos assinavam ainda na Europa “um contrato no qual se comprometiam a pagar o adiantamento, feito pelos proprietários, para cobrir suas despesas de viagem e os gastos iniciais de manutenção até a instalação das fazendas” (NEVES; MACHADO, 1999, p. 176). Por esse adiantamento, os imigrantes já começavam sua nova vida em dívida com os fazendeiros.

Os contratos entre senhores e colonos definiam obrigações e direitos para ambas as partes. Os senhores deveriam pagar aos colonos um salário mensal, mais cobrir despesas de moradia, alimentação, assistência médica e roupas no primeiro ano, além de fornecer terras para cultivo de subsistência, instrumentos agrícolas e limitar o trabalho a dez horas diárias, além de não obrigá-los a trabalhar junto aos escravos. Em contrapartida, os colonos deveriam trabalhar com assiduidade, zelo e não poderiam quebrar o contrato, nunca inferior a 24 meses.

O sistema causou muitos atritos entre senhores e colonos, em especial, mas não somente, no Vale do Paraíba. As piores terras eram geralmente entregues aos imigrantes, que também reclamavam da “justiça” na avaliação dos preços dos produtos, sempre em seu prejuízo. Também se queixavam de não poder abandonar a fazenda antes de quitar todas as dívidas, que só cresciam, devido aos artigos que acabavam adquirindo nos armazéns das fazendas, geralmente a preços acima da média. Questões religiosas e de moradia (muitas casas de colonos eram senzalas transformadas) também causavam problemas. Os senhores, por sua vez, rotulavam os imigrantes de preguiçosos e indisciplinados, acostumados como estavam com o sistema escravista. Reclamavam da carga diária de trabalho, que consideravam baixa, e queixavam-se das constantes fugas e do desinteresse pelo trabalho. Revoltas de colonos não foram raras, e notícias da situação dos imigrantes chegadas à Europa estimularam alguns governos a proibir a vinda de seus habitantes para o Brasil. Assim, o sistema de parceria foi incapaz de sustentar-se, perdendo rapidamente prestígio.

A retomada da imigração, e desta vez como política concreta de Estado, deu-se a partir da década de 1870. Não é coincidência que tenhamos aqui o ponto de articulação de três tendências: consolidação da produção cafeeira no Oeste Paulista, início da crise da mão de obra escrava e recrudescimento da imigração. A região do Oeste Paulista, pelas razões que já expusemos, era mais capaz de atrair imigrantes que as demais áreas necessitadas. Somou-se a isso o início de um processo de imigração subvencionada, com vistas a suprimir o malogro do sistema de parceria. A esse processo dedicou-se com especial afinco o governo provincial de São Paulo, que desenvolveu um intenso programa de propaganda na Europa e passou a custear a passagem dos imigrantes (o endividamento prévio dos colonos era uma das principais reclamações). As linhas de ferrovias, transportando os colonos até as fazendas, com passagens e hospedagens iniciais também custeadas pelo Estado, aumentaram a atratividade da área.

Os proprietários bancavam as despesas iniciais dos colonos e forneciam um salário fixo anual, em geral baixo, somado a um percentual de acordo com a colheita. Os contratos também incluíam a cessão de pequeno espaço de terras para cultivo de seu sustento e moradias. Em 1886, a Sociedade Promotora da Imigração, também criada pelo governo paulista, incentivou ainda mais correntes migratórias para a província, em especial portugueses e italianos. Os panfletos distribuídos na Europa atraíram grandes grupos de imigrantes. Num momento de destruição do escravismo, isso era fundamental para manter a pujança do Oeste Paulista. E deu certo: segundo dados um tanto precários mas indicativos, os estrangeiros totalizavam aproximadamente 30 mil na província de São Paulo em 1872, número que subiu para 75 mil dezoito anos depois.

A migração para as fazendas paulistas do Oeste, assim, resultou de todo o processo de implantação e consolidação da cafeicultura na região que vimos ao longo da aula.

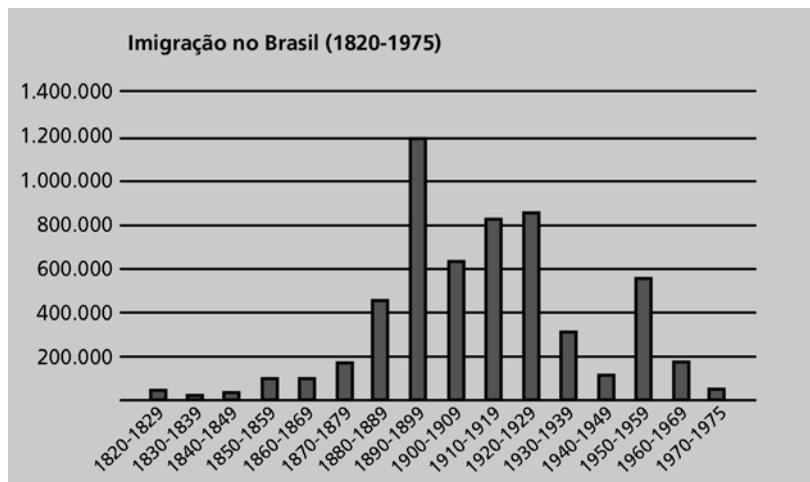


Figura 13.4: Imigração no Brasil, 1820-1975.

Fonte: Adaptado de *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de povoamento, p. 225.

Imigração no Brasil, por nacionalidade – períodos decenais 1884-1893 a 1924-1933					
Nacionalidade	Efetivos decenais				
	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.723
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779	52.405
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177
Japoneses	–	–	11.868	20.398	110.191
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252	233.650
Sírios e turcos	96	7.124	45.803	20.400	20.400
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493	164.586
Total	883.668	852.110	1.006.617	503.981	717.223

Fonte: Adaptado de *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de povoamento, p. 226.



Atende ao Objetivo 3

2. Explique qual é a relação existente entre a crise da mão de obra escrava e o recrudescimento da imigração subvencionada.

Resposta Comentada

O aumento na entrada de imigrantes com apoio, especialmente financeiro, do Estado Imperial associa-se ao aumento nas dificuldades para obtenção de mão de obra escrava. Tais dificuldades resultavam, por um lado, do fim do tráfico negreiro, em 1850, que impediu maior entrada de africanos escravizados, e, por outro lado, do aumento nas restrições no tráfico interno, devido à busca, pelos governos provinciais do Nordeste, em especial, de maneiras de impedir a saída de cativos de suas localidades, o que aumentaria seus já preocupantes problemas econômicos. Nesse sentido, a imigração subvencionada surge como medida para garantir a manutenção de braços nas lavouras do Oeste Paulista, em franco processo de expansão.

CONCLUSÃO

Conforme vimos nesta aula, os temas da modernização e da imigração são de profunda importância para a compreensão da formação do Brasil.

Tentamos aqui impedir uma visão que considera a busca pela modernização do Império e a manutenção de sua estrutura escravista como polos opostos. Buscamos, aqui, uma visão que integre ambos: o Império moderniza-se para modernizar a produção escravista. A escravidão é o sustentáculo da modernização. O Império não busca modernizar-se *apesar da escravidão, mas a partir dela*.

Em relação à imigração, buscamos destacar seus dois momentos fundamentais: aquele que via a imigração como um agente civilizador do país, portanto restrito a alguns poucos povos e a partir da fundação de colônias, e aquela da segunda metade do século, que visa à garantia de manutenção de braços nas lavouras. Entre um e outro modelo está, novamente, a escravidão como referência para os dirigentes imperiais: no modelo civilizador, busca-se impedir as consideradas nefastas consequências da “crioulização” da população, devido à presença dos africanos “bárbaros”; no modelo de manutenção de braços, busca-se impedir que a falta crescente de braços escravos prejudique a estrutura exportadora baseada no café.

Desnecessário ressaltar que ambos os modelos não são separados em absoluto. Eles se intercalam, complementam-se, atuam segundo as condições vigentes. O modelo ideal para os dirigentes imperiais seria a manutenção de braços, oriundos de povos considerados civilizados. Mas o imperativo de manutenção da produção obrigou-os a agir como podiam, sem se dar ao luxo de muita escolha.

Aula 14

Relações internacionais

*João Carlos Escosteguy Filho
Ricardo Salles*

Meta da aula

Apresentar as relações internacionais construídas pelo Império do Brasil.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as principais questões envolvidas nas relações do Brasil com as Repúblicas americanas na era das independências;
2. reconhecer as tensões que fizeram parte das ligações do Brasil com a Inglaterra;
3. avaliar as razões que levaram à Guerra do Paraguai e os desdobramentos do conflito.

Pré-requisito

Para que esta aula seja aproveitada, é importante que você tenha compreendido bem o conteúdo das aulas anteriores de História do Brasil II.

INTRODUÇÃO

Como vimos nas aulas anteriores, o Império do Brasil formou-se em um século de grandes mudanças. Os Estados europeus, cada vez mais construíam suas políticas em termos de referência às diversas formas de nações, entendidas como expressões de processos históricos formativos de povos e territórios definidos como nacionais e não de dinastias de reis, como no Antigo Regime. Nesse mesmo contexto, na era das independências, os Estados americanos consolidavam suas independências tendo por referência máxima de governo o regime republicano. Nessa conjuntura, o Império do Brasil, monarquia isolada num mar de repúblicas, governado por um imperador que estava longe de ter papel meramente figurativo, construiu sua presença e fortaleceu sua posição no “concerto de nações” a partir de relações nem sempre amistosas com seus vizinhos e com aqueles países com os quais mantinha fortes ligações econômicas. Para um Império que mantinha a escravidão num mundo cada vez mais antiescravista (como vimos na Aula 1, a segunda escravidão desenvolveu-se a partir de espaços isolados territorialmente), que se apegava a tradições dinásticas em um mundo cada vez mais politicamente liberal, sua posição em termos de estabilidade dependia de como construía seu equilíbrio a partir das relações mantidas com outros Estados nacionais.

Esta aula tratará de algumas dessas relações ao longo do tempo de existência do Império, principalmente daquelas que foram cruciais para a consolidação do Estado imperial e aquelas que mais ameaçaram essa mesma consolidação. Dividiremos a aula em três partes. Na primeira, trataremos das questões ligadas às Repúblicas americanas no contexto de consolidação da Independência. Na segunda, trataremos das relações do Império do Brasil junto ao Império britânico, principal potência europeia que mantinha ligações com o Brasil. Por fim, trataremos das questões ligadas às razões e aos desenvolvimentos do principal desdobramento armado das relações internacionais do Império no século XIX: a Guerra do Paraguai.

O Império e as Repúblicas

O primeiro cuidado que se deve ter ao analisar as relações entre os Estados em formação na América na primeira metade do século XIX é evitar a ideia de pensar a formação nacional como destino inexorável daqueles países. As diferentes formações nacionais não seguiram um plano determinado, tampouco o sentimento nacional era algo presente desde os tempos coloniais, tendo passado por um amadurecimento até a Independência. Pelo contrário, os Estados-nação na região sofreram diversas idas e vindas, foram alvo de intensas disputas entre diferentes grupos e ensejaram conflitos duradouros que se estenderam século XIX adentro. As nações não surgiram na América do Sul prontas e acabadas. Foram, em vez disso, produtos de lutas entre grupos com distintas ideias sobre como organizar os novos Estados e as novas sociedades.

Nesse sentido, um fator que contribuiu para o estabelecimento de diversos projetos nacionais no continente foi o conjunto de relações que cada governo mantinha com seus vizinhos. A divisão entre soberanias espanhola, francesa e portuguesa, vigente na era colonial, dava cada vez mais espaço aos anseios por soberania das diversas regiões, que, mais ou menos consolidadas com determinadas características ao longo do período colonial, buscaram autonomia e mesmo independência a partir da fragmentação do domínio metropolitano.

No caso do Brasil, desde a vinda da corte, em 1808, o governo teve uma postura atuante no que tange às relações com seus vizinhos americanos. No contexto das invasões napoleônicas, Dom João, tão logo assentou a corte no Rio de Janeiro, ordenou ataques às possessões francesas na Guiana e às possessões espanholas da Banda Oriental do rio Uruguai, tradicional área de disputa entre as monarquias ibéricas, pelo menos desde o século XVII.

Localizada no norte da América do Sul, a Guiana era a base de onde poderiam partir penetrações francesas mais agudas na Amazônia e nas demais regiões ao norte do Brasil. A ocupação militar, com auxílio de efetivos ingleses, se deu em 14 de janeiro de

1809, sendo nomeado um governador militar para a região, além de órgãos administrativos ligados à capitania-geral do Grão-Pará e Rio Negro. Tal conquista, que conferia uma ação firme ao estado de guerra junto à França, durou até 1817, quando tratados de paz com os franceses determinaram a devolução das possessões e a garantia de divisão fronteiriça do Oiapoque.

Mas de todos os países em formação naqueles anos, nenhuma região foi mais importante para definição de fronteiras e espaços de atuação nacional do que a região do Prata, alvo das maiores atenções internacionais na América do Sul. Conforme você já viu anteriormente, a região do Prata, em especial a Banda Oriental do Uruguai, foi alvo de grandes embates desde os tempos coloniais, quando portugueses e espanhóis revezavam-se no domínio do território e na implementação da colonização. Na entrada do século XIX, os conflitos na região platina continuaram, não mais entre europeus, mas entre a corte portuguesa no Brasil e logo o Império do Brasil e as diversas nacionalidades que ali se constituíam, em especial a argentina.

A atuação do governo joanino desde o início buscou afirmar os interesses luso-brasileiros na região, ainda levando-se em conta a conjuntura napoleônica. A invasão da Espanha por Napoleão e a posterior substituição do monarca espanhol por um parente indicado do imperador francês gerou um vácuo de poder e de referências que atingiu em cheio a organização administrativa das colônias espanholas. Desse modo, as possessões coloniais da Espanha logo se viram envolvidas em disputas internas com o objetivo de criar novas referências governativas ou fazer ascender ao poder velhos grupos dominantes. O governo joanino acompanhava com atenção essas disputas, em especial na região do Prata. A perspectiva de formação de uma República independente atingia em cheio os nervos do governo português, pois abria-se a possibilidade de instalação de um governo que pudesse difundir ideias revolucionárias (simultaneamente ideias de separação política e de uma forma republicana de governo), o que poderia influenciar diretamente as possessões portuguesas.

Por outro lado, para garantir a manutenção da ligação política entre Espanha e suas colônias, Carlota Joaquina, esposa de D. João VI e irmã do rei espanhol deposto, passou a conspirar com alguns grupos ainda fiéis ao trono espanhol para garantir a manutenção da autoridade espanhola contra os partidários da independência. Mas as juntas governativas formadas, com ideias de autonomia governamental, ganhavam mais e mais adeptos naqueles anos. Interessava a alguns grupos partidários da Independência, especialmente ligados aos interesses comerciais da praça de Buenos Aires, a formação de uma grande República federalista no Prata, com a junção dos hoje Estados da Argentina, Paraguai e Uruguai. A situação no Uruguai – à época, a “Banda Oriental” – interessava particularmente ao governo joanino, dando seguimento à tradicional política expansionista portuguesa para a região. Essa política tinha como marco a fundação da colônia do Sacramento, à beira do Rio Prata e defronte para Buenos Aires, situada na margem oposta, em 1680. Desde então, a colônia fora objeto de diversas disputas militares entre as duas coroas ibéricas, mudando de mãos diversas vezes ao sabor dos tratados internacionais que se sucederam aos conflitos internacionais do século XVIII. Em 1801, pelo tratado de Badajoz entre Espanha e Portugal, mais uma vez uma divisão fronteiriça e uma paz precárias foram estabelecidas na área, cabendo a posse da maior parte da Banda Oriental à Espanha.

As guerras napoleônicas, com a ocupação da Espanha pelas tropas francesas e deposição da dinastia, e a vinda da corte portuguesa para América reacenderam os conflitos na região. Sucederam-se as intervenções portuguesas na Banda Oriental. Inicialmente, tais intervenções contaram com o apoio britânico, fosse por conta da guerra contra Napoleão, fosse por conta de seus próprios interesses comerciais na região, que faziam com que a Inglaterra se opusesse a qualquer projeto que fortalecesse a formação de um Estado federado sob o domínio de Buenos Aires. Assim, uma tropa anglo-portuguesa foi enviada a Montevideu para garantir a sustentação de uma junta governativa fiel à Espanha ali

formada em 1811, a fim de resistir às investidas de Buenos Aires pela incorporação da região. Com a derrota de Napoleão, no entanto, tampouco a presença luso-brasileira era bem vista. O melhor para os ingleses era que a Banda Oriental se mantivesse independente, tanto de Buenos Aires quanto do Rio de Janeiro. Dessa forma, a Inglaterra forçou um armistício que retirou ambos os soldados do Brasil e os da Argentina. O armistício garantia por mais algum tempo a paz, mas mantinha a situação da região em aberto. Em 1820, Dom João anexou a área, como Província Cisplatina, ao Império português. Tanto a anexação quanto a designação foram mantidas em sua incorporação ao Império do Brasil a partir de 1822.

Em novembro de 1823, houve a capitulação do *cabildo* de Montevideú frente às tropas brasileiras. Em maio de 1824, o *cabildo* jurou a Constituição brasileira. A questão, porém, longe estava de ser resolvida, e os interesses argentinos (à época, “Províncias Unidas do Rio da Prata”), não obstante os conflitos internos que prejudicavam o encaminhamento de uma política mais eficaz pelo governo platino, atuavam com força na região. Os próprios habitantes da Banda Oriental não haviam desistido da independência – agora não mais frente a espanhóis ou portugueses, mas aos brasileiros e sob a ameaça das Províncias Unidas.

Os interesses na região não eram à toa. Além da localização estratégica, porta de entrada para as regiões da bacia do Prata, ainda havia ali o desenvolvimento de uma riqueza própria e fundamental: a pecuária. Mais tarde, ainda se desenvolveriam a produção de carne-seca e a de mulas e cavalos, respectivamente importantes para o abastecimento interno e o transporte. Entre 1825 e 1828, o impasse resultaria em uma guerra entre as Províncias Unidas e o Império do Brasil pela Banda Oriental, guerra que acabou com a independência da região, tanto do Rio de Janeiro quanto de Buenos Aires, com a formação de um novo Estado nacional, o Uruguai. A Inglaterra foi a fiadora dessa independência.

A guerra trouxe consequências também para o Brasil e para a Argentina. No primeiro caso, a derrota na Guerra da Cisplatina

contribuiu para o desgaste da imagem de Pedro I e sua posterior abdicação. Na Argentina, as negociações de paz acabaram levando à queda do presidente em 1827 e a uma guerra civil. O encaminhamento do conflito acabou beneficiando a Inglaterra, maior interessada na paz, como vimos, e a própria Banda Oriental, que, na Convenção Preliminar de Paz, assinada em agosto de 1828, sob mediação inglesa, erigiu-se Estado independente, “uma espécie de ‘Estado-tampão’ interposto entre o Brasil e as Províncias Unidas”, conforme explica Gabriela Ferreira (2009, p. 331). A partir de 1830, com a promulgação da Constituição, o novo Estado passou a chamar-se República Oriental do Uruguai.

O novo país, contudo, continuaria a ser palco de disputa entre Brasil e Argentina, e o Prata continuaria a ser, nas décadas seguintes, região explosiva para a diplomacia brasileira. A região continuou a ser objeto de projetos políticos de vários grupos dominantes, com interesses também econômicos na região. Dentro do Uruguai a situação também não era calma: desde cedo formaram-se dois partidos políticos, Blancos e Colorados, que mantinham alianças com grupos locais e também com forças políticas de fora do país. Os blocos constituídos por esses dois partidos junto à Argentina e ao Brasil, a partir da década de 1840, reintroduziriam os dois países nos assuntos internos do Uruguai e levariam a região a uma nova situação conflituosa. Veremos esse ponto com mais vagar adiante. Antes, precisamos nos voltar para outra direção das relações internacionais do Império do Brasil, precisamente aquela direção que era a sua principal ponte de ligação com a Europa: as relações com a Inglaterra.



Atende ao Objetivo 1

1. Cite e explique quais eram os principais interesses impulsionadores da política externa joanina em relação à América.

Resposta Comentada

A atuação joanina em relação à América não portuguesa pautou-se por dois eventos principais: a ocupação militar da Guiana Francesa, em 1809, e as intervenções na região do Prata. Em relação ao primeiro evento, as motivações ligam-se à conjuntura das guerras napoleônicas. Nesse sentido, a Guiana poderia servir como base para uma possível invasão francesa aos territórios portugueses na América. Em relação às ações ao sul do Brasil, a região do Prata sempre fora alvo de intensa disputa entre as Coroas portuguesa e espanhola, já que constituía importante região de penetração para o interior da América. Além disso, à época joanina, o Prata ainda constituiu-se em uma série de governos republicanos e tendentes à independência, já que a Coroa espanhola encontrava-se nas mãos de Napoleão, e tal poderia causar influências consideradas negativas sobre o governo de D. João VI.

O Império brasileiro e o Império britânico

Como vimos, a Inglaterra jogou um papel importantíssimo na resolução da Guerra da Cisplatina e na organização territorial da região do Prata. Mas não apenas isso. A forte presença inglesa no Brasil se fez desde cedo, fosse econômica, fosse política, fosse socialmente. O governo inglês era grande referência internacional para o Império e, no contexto da era das Independências, seu reconhecimento era de grande valia, visto ser a principal potência europeia. Por outro lado, as intenções inglesas contra o tráfico de africanos eram um obstáculo aos interesses dos senhores brasileiros, sendo esse assunto um ponto de grande tensão entre os governos até a década de 1850.

A presença inglesa junto ao governo do Brasil se deu desde antes da Independência. Aliás, desde antes da vinda da corte joanina. Por volta de 1800, o número de navios ingleses no porto do Rio de Janeiro, com vistas ao contrabando, já era significativo. O apoio do governo inglês à transferência da corte, em 1808, significou, para os britânicos, a oficialização de tais relações econômicas, não mais em termos de contrabando, mas a partir de favorecimentos alfandegários. A própria abertura dos portos às nações amigas, em 28 de janeiro de 1808, antes mesmo de Dom João aportar no Rio de Janeiro (estava ainda na Bahia), favorecia enormemente os interesses da Inglaterra, visto que apenas os ingleses, na conjuntura europeia da época, dispunham dos necessários recursos para envio de navios recorrentemente à América.

Dois anos depois, a assinatura de dois tratados iria fortalecer ainda mais a presença britânica no Brasil. O primeiro deles, de 18 de fevereiro de 1810, foi o famoso Tratado de Comércio e Navegação, cujo artigo XV estabelecia que “Todos os Gêneros, Mercadorias, e Artigos, quaisquer que sejam, da Produção, Manufatura, Indústria ou Invenção dos Domínios, e Vassallos de Sua Majestade Britânica” seriam admitidos em “todos, e em qualquer um” dos portos dos domínios do príncipe regente de Portugal pagando somente os

direitos de 15% sobre seu valor (para efeitos de comparação, as demais nações amigas pagariam 24%, segundo os termos da abertura dos portos, e mesmo Portugal pagaria mais: 16%). O segundo tratado, de 19 de fevereiro, foi o também famoso Tratado de Amizade e Aliança, que envolvia assuntos pendentes da política europeia, como o apoio português na recuperação de espaços perdidos nas guerras napoleônicas, além de tratar, em seu artigo X, da questão do tráfico de escravos, quando Portugal comprometia-se a adotar “os mais eficazes meios para conseguir em toda a extensão dos Seus Domínios uma gradual abolição do Comércio de Escravos”.

O tráfico negreiro e as relações comerciais, aliás, foram os fios condutores das relações entre Brasil e Inglaterra mesmo depois da Independência. Após 1822, tendo em vista a necessidade de reconhecimento de sua Independência, o Brasil buscou na Inglaterra, maior potência à época, um aliado para seus intentos. Envolvida também nas questões das Independências da América espanhola, a Inglaterra aproveitaria a oportunidade para atrelar como condição para o reconhecimento a exigência de comprometimento dos novos países com o fim do tráfico negreiro. Apesar de resistências dos proprietários e dos negociantes de escravos, o Brasil conseguiu o reconhecimento inglês, em 1825, por meio da aceitação da assinatura do tratado anglo-brasileiro de 1827, que estabelecia um prazo de 3 anos para a ilegalidade do comércio negreiro. A partir de 1830, portanto, o tráfico se tornaria ilegal e passaria a ser considerado ato de pirataria. O tratado anglo-brasileiro também manteve a tarifa privilegiada de 15% para as mercadorias inglesas por um prazo de 15 anos, o que acarretou sérios problemas financeiros para o novo Império.

Ao longo das décadas seguintes, os temas do tráfico e das tarifas continuariam a ser objeto de conflitos entre Brasil e Inglaterra. Como vimos nas aulas anteriores, esses dois tópicos foram de grande importância para a construção da ordem no Brasil Imperial. No início de 1840, com a previsão de expiração para o tratado de 1827, liberais e conservadores atacavam-se, acusando-se mutuamente de

inabilidade na condução do processo. Era preciso que o Império do Brasil resistisse ao Império britânico. A tarifa Alves Branco desagradou à Inglaterra, da mesma forma que a revogação, em 13 de março de 1845, da convenção de 1817, que concedia à marinha inglesa o direito de busca e apreensão de navios suspeitos de fazer tráfico negreiro ilegal. Em parte como resposta a essas medidas, a Inglaterra decretou, em 8 de agosto do mesmo ano, o *Bill Aberdeen*, concedendo, unilateralmente, o direito aos navios ingleses de busca e apreensão, além da faculdade de poder tratar o crime de contrabando como ato de pirataria, permitindo o confisco dos bens e o julgamento dos infratores pelos tribunais do almirantado. Em 1850, ano do fim definitivo do tráfico negreiro para o Brasil, as ações inglesas junto aos navios brasileiros, com apreensões sendo feitas inclusive na baía de Guanabara, atingiram tamanho estado de tensão que alguns estadistas não deixaram de apontar a possibilidade, embora de forma retórica, de um conflito armado entre os países.

Mas não apenas de conflitos viviam as relações entre Brasil e Inglaterra. A presença inglesa no Brasil, em termos econômicos, foi uma constante desde mesmo antes da abertura formal dos portos. Embora haja uma ampla discussão historiográfica a respeito da força e do papel dos comerciantes ingleses no Brasil, indo daqueles que enxergam nessas relações uma ação imperialista britânica até aqueles que recusam uma ingerência maior dos ingleses na política imperial, fato é que capitais ingleses circularam amplamente pelo Império ao longo de toda sua existência. Os ingleses investiam em negócios tão diferenciados quanto importantes, como no comércio de tecidos e café, tráfico de escravos (mesmo com a política oficial do governo britânico de combate a essa atividade), investimentos bancários e em infraestrutura, em especial portos e ferrovia. Por volta de 1880, os capitais ingleses investidos no Brasil representaram aproximadamente 45% do total aplicado na América Latina. Apesar de abalados pela adoção da tarifa Alves Branco (que elevou a taxa alfandegária de milhares de artigos importados de 15 para 20-60%

ad valorem), os investimentos ingleses continuaram presentes. Após a Lei Eusébio de Queirós, boa parte dos antigos capitais aplicados no comércio negreiro direcionou-se para outros negócios. Foi uma era de expansão comercial, conforme visto em aula anterior.

Com a expansão comercial e com a questão do tráfico resolvida, depois de 1850, as relações entre Brasil e Inglaterra entraram em outro nível. Como indicado na recusa à renovação das tarifas preferenciais, o Império buscava uma posição de menor atrelamento à política inglesa. A própria população do Império, em grande parte, não se dava bem com os ingleses, os quais não gozavam de boa reputação. Os anos sob os tratados de 1810, com as preferências legais e econômicas conferidas aos ingleses, geraram sobre estes uma imagem de arrogância e prepotência. Era uma situação na qual questões menores poderiam gerar grandes atritos diplomáticos.

Foi o que aconteceu em 1861, na chamada “questão Christie”, o incidente diplomático mais grave ocorrido entre o Império do Brasil e a Inglaterra. Em junho daquele ano naufragou no Rio Grande do Sul o navio inglês *Prince of Wales*. Denúncias do cônsul inglês no Rio Grande do Sul, Henry Vereker, apontaram para o saque e conseqüente assassinato da tripulação. A Legação britânica, em nota de outubro do mesmo ano, declarou que “está suficientemente demonstrada” a participação da população local no roubo, e acusava as autoridades brasileiras de negligência, inclusive insinuando conivência.

Em março de 1862, W. D. Christie, embaixador britânico, em nota agressiva, dizia que o governo inglês considerava as explicações do governo insuficientes, e novamente acusava de criminosas as autoridades locais. Exigia ao mesmo tempo uma indenização pelo roubo, a punição das autoridades envolvidas e a interferência de comandados britânicos na condução das investigações.

No momento em que a situação se complicava, um outro incidente, em junho daquele ano, agravou as relações. Três oficiais britânicos do navio *Forte*, alcoolizados e à paisana, insultaram alguns guardas e iniciaram um conflito. Foram presos e depois soltos, quando identificados. Christie, em dezembro de 1862, além de continuar as exigências de indenização pelas perdas do *Prince of Wales*, agora acrescentava exigências de censuras públicas e pedidos formais de satisfação por parte do governo imperial, além de punições aos envolvidos no incidente do Forte. Por fim, ainda no mesmo ano uma esquadra de guerra inglesa, sob comando do almirante Warren, seguindo determinações de Christie, apresou cinco navios mercantes brasileiros como represália, de forma a serem retidos os navios como garantia das indenizações, não constituindo a atitude ato de guerra. Alertou ainda que outras contrarrepresálias poderiam ser feitas, caso o governo brasileiro retaliasse.

A situação desagradou ao governo imperial, que, não obstante, afirmou o pagamento da indenização pelo *Prince of Wales*, enquanto escolhia o rei Leopoldo, da Bélgica, para arbitrar a questão dos oficiais do *Forte* e dos navios apresados. Sobre estes, exigia o governo brasileiro indenizações pelos prejuízos e pela violação da soberania nacional. Diante da recusa do governo inglês, em 1863 o governo do Império do Brasil rompeu formalmente relações diplomáticas com a Grã-Bretanha. Ainda naquele ano, o posicionamento do rei belga seria favorável ao Brasil.

As relações entre os dois Impérios permaneceriam rompidas até 1865, quando, finalmente, o governo britânico apresentou desculpas formais ao Império do Brasil. Naquele momento, porém, as relações internacionais do Brasil já se ocupavam e quase totalmente com outro assunto de suma importância: a Guerra do Paraguai.



Atende ao Objetivo 2

2. As relações entre Inglaterra e Brasil foram, desde o início do Império, marcadas por fortes tensões. Essas tensões fundavam-se em um aparente paradoxo: de um lado, a necessidade brasileira do apoio inglês; de outro, a necessidade brasileira de resistir às investidas inglesas. Cite e explique as causas desse aparente paradoxo.

Resposta Comentada

O aparente paradoxo era fundado por duas direções. De um lado, desde a Independência o Brasil sentiu necessidade do apoio da maior potência da época para consolidar sua emancipação. Tal necessidade era fortalecida, ainda, pela presença inglesa desde os tempos coloniais no comércio com o Brasil, presença que se fortaleceria nas décadas seguintes. Por outro lado, o apoio da Inglaterra condicionava-se ao compromisso, assumido pelo Brasil, de dar fim ao comércio de escravos, base para a reprodução do elemento de coesão essencial do Império, a escravidão. O encaminhamento desse paradoxo entre a necessidade de aproximação e necessidade de afastamento dos ingleses só começou a ser resolvido a partir de 1850, quando o Brasil dá cabo em definitivo do tráfico negreiro.

A Guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado da América do Sul, tendo raízes nas disputas em torno da região do Prata entre os países egressos da situação colonial, conforme vimos na primeira parte desta aula.

Para compreendermos e melhor situarmos a guerra, precisamos voltar à situação no Prata após a independência do Uruguai. Mesmo após sua emancipação, o Uruguai continuou sendo foco de disputas e influências, principalmente entre Brasil e Argentina. Como vimos, a divisão em dois partidos, Blancos e Colorados, que mantinham alianças e contatos com os dois países, apenas acirrou as tensões no Uruguai.

A Argentina, como vimos, formou-se numa situação de intensa disputa entre unitários, adeptos do centralismo, e federalistas, adeptos da distribuição de poder pelos grupos locais. As Províncias Unidas do Rio da Prata, como era chamada a Argentina, nasceu sob o signo dos embates entre esses grupos. A ascensão de Juan Manuel Rosas ao poder, em 1835, significou a tomada de uma direção em favor dos centralistas e a formulação de uma política de imposição de Buenos Aires sobre as demais províncias. Tal situação desagradou sobremaneira o Império do Brasil, que via em uma Argentina unida e militarmente forte uma ameaça à navegação no Prata. Rosas apoiou com firmeza os Blancos no Uruguai, cuja ascensão política significaria apoio às pretensões argentinas na região. O Brasil, por outro lado, apoiou os Colorados, também apoiados por grupos federalistas das províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes. No início da década de 1850, a situação levou a uma guerra civil, na qual houve uma intervenção militar brasileira, em 1852. O confronto armado culminou na vitória de Justo José Urquiza, de Entre-Rios, sobre os blancos e na derrota das forças de Rosas pelas forças brasileiras, sob o comando de Luís Alves de Lima e Silva, então conde e logo marquês (título que recebeu exatamente por sua atuação no conflito) de Caxias. A queda de Rosas afastou os perigos de uma direção argentina sobre a região e tranquilizaram os grupos aliados ao governo brasileiro no Uruguai.

A situação na Argentina, porém, não se estabilizou. A ascensão de Urquiza ao poder na recém-formada Confederação Argentina não foi reconhecida por Buenos Aires. A guerra civil se reabriu. Em 17 de setembro de 1861, Bartolomeu Mitre, líder político e militar da província de Buenos Aires, derrotou as tropas de Urquiza, na batalha de Pavón. No ano seguinte, Mitre era eleito presidente da nova República Argentina.

No meio das disputas entre Buenos Aires, Rio de Janeiro e Uruguai no Prata, o Paraguai mantinha um desenvolvimento à parte. Nesse país, a formulação de uma identidade nacional foi marcada pelo isolacionismo em relação aos demais Estados, devido, principalmente, a sua peculiar forma de colonização, que foi marcada por uma situação periférica em relação às zonas centrais de colonização espanhola (isto é, era uma região situada no interior do continente, que interessava apenas como zona de passagem, e assim mesmo de forma precária, entre duas grandes áreas de colonização, a região mineradora dos Andes e o estuário do Prata); pelo fato de sua ocupação ter se processado, até meados do século XVIII, pela ação missionária da Igreja, particularmente da ordem dos jesuítas, sendo sua população majoritariamente composta de índios guaranis aldeados; pela pouca presença de representantes das autoridades espanholas e por ter um fraco grupo mercantil.

Mesmo com a expulsão dos jesuítas em meados do XVIII, essas características se mantiveram. Na conjuntura das independências, estas circunstâncias pesaram para que a independência fosse conduzida por um pequeno grupo de letrados *criollos*, amparados pelo apoio da população guarani contra a Espanha e, principalmente, contra as pretensões de Buenos Aires de estender seu domínio sobre a região. Derrotada uma expedição portenha enviada para submeter o Paraguai, o governo, capitaneado por Dom Gaspar de Francia, promoveu uma política de isolamento externo e manutenção interna do sistema de aldeamentos, agora administrado pelo Estado. Assim, sua precária ligação com o Prata, sua composição étnica majoritariamente guarani e seu receio do clima de instabilidade que

marcava a trajetória política da Argentina e do Uruguai levaram o Paraguai a certa interrupção nos contatos com o exterior e à percepção, segundo o historiador Vitor Izecksohn, de um difuso “senso de excepcionalidade” pela sua população. Ao mesmo tempo, a anarquia argentina era creditada às disputas entre federalistas e centralistas, o que levou o Paraguai a optar por um caminho de estabelecimento da ordem a partir do fortalecimento do centro estatal. A experiência republicana do Paraguai, até ao menos o fim da guerra, em 1870, foi marcada por forte controle estatal da distribuição de terras, da Igreja e do comércio.

Essa era a situação na região no início da década de 1860. Logo, porém, mudaria: em 1862, enquanto Mitre ascendia na Argentina, os Blancos novamente chegavam ao poder no Uruguai, na figura de Bernardo Berro. A política de Berro era de forte nacionalização das fronteiras e cobrança de taxas sobre estrangeiros, o que prejudicava enormemente os interesses de brasileiros na região, especialmente gaúchos, que compunham de 10 a 20% da população no Uruguai e controlavam cerca de 30% das terras. Tal prejuízo de interesses levou-os a pressionar o governo imperial para nova intervenção no Uruguai. Havia forte presença comercial e financeira brasileira na praça de Montevideú. Por tudo isso, o Brasil era visto e tratado com crescente hostilidade pelo novo governo Blanco. O Império, por sua vez, em defesa dos interesses dos grupos de estancieiros e comerciantes brasileiros e na busca por uma hegemonia na região, praticava uma diplomacia agressiva e demandava constantes e crescentes exigências ao governo uruguaio.

A guerra civil no Uruguai e a pressão brasileira, que contava com o apoio cada vez menos discreto do governo argentino de Mitre, acabaram levando à renúncia de Berro, porém, com a ascensão de outro Blanco, Atanasio Cruz Aguirre, em seu lugar. Este, vendo-se pressionado pelo apoio brasileiro aos Colorados, não viu saída senão apelar a Francisco Solano López, ditador do Paraguai. López não via com bons olhos a intervenção brasileira e temia que esta fosse apenas um primeiro passo para uma futura ação contra

o Paraguai, país com o qual o Império tinha pendências sobre as fronteiras com o Mato Grosso e sobre a abertura da navegação do rio Paraguai, que era essencial para as comunicações do Rio de Janeiro com aquela província. López ameaçou intervir militarmente, caso o Brasil invadisse o Uruguai.

Nada disso impediu que o Brasil invadisse o Uruguai em 1864. A nova intervenção brasileira no Uruguai conduziu ao poder um governo provisório aliado e reverteu as medidas nacionalistas dos Blancos. Solano López, além dos temores que a invasão brasileira fosse apenas um prelúdio para uma próxima agressão ao Paraguai, via na intervenção a oportunidade para expandir-se na região e conseguir um livre acesso ao Prata. Contava com as históricas rivalidades entre Rio de Janeiro e Buenos Aires para seu sucesso, bem como com a também histórica instabilidade política e social dos dois países (a “anarquia” argentina e a escravidão brasileira em particular) para vencer uma guerra com recursos infinitamente menores. Porém, a situação de ambos os países havia mudado muito nos anos de 1860. A Argentina, após ascensão de Mitre, começava um processo de estabilização a partir da ação de Buenos Aires. O próprio Mitre apoiava, no momento, também os Colorados e aliava seus interesses aos do governo brasileiro. Urquiza, histórico defensor do federalismo, inicialmente apoiou a política de López. Porém, diante da aproximação entre Buenos Aires e Rio de Janeiro e de uma carta de Mitre advertindo-o de, caso se aliasse com López e apoiasse uma ação militar paraguaia na região, a guerra com o Brasil, que se seguiria inevitavelmente, seria travada em seu território, retirou seu apoio, mostrando-se mais disposto a compactuar com o governo de Mitre do que com as pretensões de López. O Império do Brasil, por outro lado, já há anos deixara para trás o risco iminente de fragmentação, e, sob a direção saquarema, conforme vimos em aulas anteriores, consolidava-se política e socialmente.

Em suma, López avaliou mal as chances de vitória em um combate que envolveria todos os países da região. As instabilidades do Prata já haviam sido, em parte, superadas. Ao iniciar a Guerra

em apoio aos Blancos, López levou o Paraguai, segundo Izecksohn, a uma guerra que não poderia vencer.

A ofensiva inicial do Paraguai, contudo, em dezembro de 1864, foi bem-sucedida. Em resposta à intervenção brasileira no Uruguai, em apoio aos Colorados, López ordenou a apreensão e o confisco da embarcação brasileira *Marquês de Olinda*, que levava o recém-nomeado presidente da província do Mato Grosso, Carneiro de Campos. Sua tripulação foi aprisionada. Pouco depois, uma expedição paraguaia desembarcou na cidade de Coimbra, na área do atual Mato Grosso do Sul, iniciando a invasão. A falta de preparo das guarnições brasileiras levou à rápida expansão paraguaia na região, bem como a fugas populacionais e consequentes perdas de vidas por inanição e doenças.

A Argentina entrou no combate algum tempo depois, em abril de 1865, quando, após recusa do governo de Mitre a um pedido de López para cruzar o território argentino, com o intuito de unir-se aos aliados Blancos contra os Colorados e a invasão brasileira, os paraguaios invadiram as províncias de Corrientes e Misiones, arrancando a Argentina de sua neutralidade inicial. A partir da invasão da Argentina, e o consequente fechamento do Rio da Prata aos paraguaios, López perdeu sua única via de comunicação efetiva com o exterior. Isso significou a perda de uma importante fonte de suprimentos, em especial de armas, além de abrir outra frente de combate. Em compensação, a partir dali, invadiu o Rio Grande do Sul por volta de junho.

Surpreende o despreparo brasileiro, que, mesmo com duas províncias invadidas, não conseguia reagir à altura no combate. As décadas de desmembramento do exército imperial, associado a riscos de rebeliões desde o fim do Primeiro Reinado e substituído em diversas funções pela Guarda Nacional, agravou esse quadro. A situação de guerra implicava uma profunda reformulação militar, começando pelo recrutamento, corriqueiramente associado às camadas mais pobres e fonte de resistências, pela fama de maus tratamentos de que gozava o exército. Graças à difusão das

notícias a partir da corte, porém, associando o inimigo paraguaio à barbárie e conclamando a população ao combate, os quadros militares puderam ser preenchidos e a situação pôde ser revertida. Novas formas de incorporação militar foram incluídas no rol de reformas, a mais importante das quais foi a criação dos corpos de Voluntários da Pátria como parte de uma estratégia para tornar o exército imperial aceitável para brasileiros de todas as classes, rompendo com a ideia de sua constituição básica ser feita a partir das classes mais baixas. O próprio imperador tomou para si o simbólico cargo de voluntário número um, reafirmando a igualdade de todos os brasileiros no desejo de desforra frente à humilhação de sua honra nacional.

Auxiliou o grande recrutamento nos corpos de voluntários, também, a perspectiva de uma guerra curta e a promessa de melhorias de vida para os que ali se alistassem. A assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, em maio de 1865, entre Brasil, Argentina e Uruguai (saído da guerra civil sob controle dos Colorados), contendo cláusulas então secretas que se referiam à política a ser seguida após o desfecho do combate, contribuiu para a imagem de que o destino do combate estava selado. Logo as tropas reformuladas iniciaram uma série de avanços que obrigaram López a recuar para o Paraguai, esperançoso de que os países aliados pudessem repentinamente entrar em conflitos por suas diferenças e na expectativa de aproveitar-se de alguma brecha para retomar seus avanços iniciais. Seus cálculos mostraram-se apenas parcialmente corretos: os países aliados não arrefeceram em seus esforços, porém enfrentaram dificuldades maiores do que o previsto.

A invasão do Paraguai, em agosto de 1866, mostrou-se complicada por conta das dificuldades de avanço naval por conta da fortaleza paraguaia do Humaitá. Sem apoio naval, a invasão por terra tornou-se campanha penosa. “Sem mapas, desconhecendo o terreno e sem oportunidades de reabastecimento a partir dos recursos locais, as tropas tiveram praticamente que tatear a cada passo” (IZECKSOHN, 2009, p. 400). A Argentina também voltava

a enfrentar problemas internos: as províncias de Mendoza e La Rioja aproveitaram-se da fragilidade por conta da campanha de guerra e revoltaram-se contra o centralismo de Buenos Aires, retirando Mitre, então comandante-geral das tropas, da guerra. Os soldados argentinos também tiveram de ser deslocados a fim de conter os riscos internos, e o apoio argentino à guerra passou a ser puramente logístico e moral. Por outro lado, as dificuldades de guerra, somadas ao despreparo do exército brasileiro e ao arrastamento da campanha causaram um revés no esquema de recrutamento, aumentando as resistências e o desagrado da população com a guerra. Não demorou para que o número de voluntários caísse e as justificativas para escapar ao recrutamento aumentassem, desde casamentos acelerados (categoria isenta de recrutamento) até o envio de libertos para a luta no lugar dos senhores convocados. Pouco a pouco a atuação do Estado imperial junto às populações para recrutamento passou a ser mal vista pelos grupos dominantes das localidades, os quais, até então, usavam de sua influência para garantir aos seus “protegidos” o escape ao serviço militar. Com a necessidade de manter seus contingentes, o governo imperial começou a atropelar essas “prerrogativas” dos chefes locais, o que causou descontentamentos entre esses grupos e os dirigentes imperiais. O deslocamento de Guardas Nacionais para os corpos militares também causou muitos descontentamentos, visto que os cargos na Guarda até então mantinham um grau de prestígio em suas localidades. A subordinação ao exército passou a ser mal vista pelos membros da Guarda. Passou-se a considerar tal ato verdadeira afronta a práticas de recrutamento vigentes até então.

Tais fatores prejudicavam seriamente a campanha na guerra. Fugas e deserções passaram a fazer parte do cotidiano militar do Império. Ex-escravos, libertados à força para servir ou voluntários nas fileiras em busca de perspectivas de melhor futuro, contribuíam para instaurar no comando militar a sensação de perigo e fracionamento. A presença de libertos e seus descendentes junto a um exército em processo de reorganização preocupava especialmente o marquês de

Caxias, que havia se tornado comandante dos exércitos aliados com o afastamento de Mitre. Formados majoritariamente por escravos da nação, isto é, de propriedade do governo e que foram libertados para a campanha, ou por escravos comprados junto aos senhores, esse grupo de libertos militares – que, no entanto, nunca representou a maioria das tropas brasileiras, como muitas versões querem fazer crer, não ultrapassando a casa dos 10% do total dos contingentes empregados na guerra – constituiu importante foco de tensões principalmente no pós-guerra, visto que muitas foram as tentativas de reescravidão desses combatentes na volta para casa.

Os problemas não cessavam aí. A atuação de Caxias na guerra e junto à reorganização do exército preocupava o gabinete progressista no poder naquele momento. Caxias, além de militar, era proeminente membro do Partido Conservador. Os conflitos entre o comando militar e os ministros progressistas acabaria levando, em 1868, à queda do gabinete, chefiado então por Zacarias de Góes e Vasconcelos, em um primeiro momento de crise do sistema político imperial marcado pela atuação do Poder Moderador. A partir dali e até a queda da monarquia, as críticas se multiplicariam.

Isso não foi tudo: os gastos de guerra acentuaram sobremaneira os rombos no orçamento imperial. Empréstimos foram tomados e créditos foram concedidos para fazer frente às despesas. A prioridade sobre importações desestruturou a incipiente indústria que se vinha formando em certas regiões do país. A “herança maldita” da guerra perduraria no Império por um bom tempo após o fim do conflito.

Não obstante, em agosto de 1868 o exército brasileiro afinal rompeu o bloqueio do Humaitá e tomou o controle sobre o Paraguai. A guerra estava virtualmente vencida, embora López refugiasse-se no interior e insistisse em conclamar soldados, inclusive crianças, à resistência. Milhares de combatentes e civis continuaram a perecer nessa fase da campanha. Em janeiro de 1869, o exército adentrou Assunção, que foi saqueada. Nesse momento, declarando-se cansado dos combates, Caxias abandonou o comando das tropas,

sendo substituído pelo conde d'Eu, genro de Pedro II. O imperador, aliás, declarava que a guerra só poderia encontrar desfecho com a morte ou captura de López. Afinal, apenas em março de 1870, López foi encontrado e morto em combate.



Figura 14.1: A última foto conhecida de López, datada de 1870.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/96/Lopez1870.jpg>

As dificuldades não acabaram. O pós-guerra mostrou-se extremamente problemático. O Paraguai encontrava-se em situação deplorável, após perdas humanas e materiais gigantescas. A resolução dos acordos da Tríplice Aliança manteve tropas no país até 1876. Para o Império do Brasil, o pós-guerra foi momento de refletir sobre os rumos a dar ao exército. Assustava os dirigentes civis que a instituição pudesse se fortalecer. Assombravam esses dirigentes as lembranças do Campo de Santana e a participação da tropa junto

ao povo nos momentos de tensão na capital do Império. A solução foi esvaziar quaisquer manifestações de apreço aos soldados e desmembrar os corpos militares, com o intuito de retorná-los a sua condição de antes da guerra.

Tal atitude foi recebida com indignação pelo oficialato, contribuindo para aumentar as desconfianças destes perante a elite bacharelesca e afastando a caserna dos líderes da monarquia. Nos anos seguintes, esse afastamento redundaria em adesão de parcela significativa dos militares aos ideais de governo republicano. Simbolicamente, não à toa o primeiro presidente do Brasil Republicano foi um ex-combatente da guerra do Paraguai.

No tocante aos soldados, em especial aqueles egressos do cativo, o pós-guerra também não trouxe boas perspectivas. A expectativa de retorno às suas vidas de antes incitavam os combatentes a fugas e resistências. Enquanto a guerra acontecia, nos gabinetes políticos do Império aconteciam discussões a respeito da “questão servil”. A atuação de ex-escravos nos combates e sua recusa a retornar ao mundo servil de antes contribuíram para acelerar o processo de deslegitimação da escravidão no Brasil.



Atende ao Objetivo 3

3. Analise, do ponto de vista das relações entre os Estados nacionais em consolidação na região do Prata, as razões que levaram à Guerra do Paraguai.

Resposta Comentada

A Guerra do Paraguai, conforme vimos nesta aula, encontra suas origens na disputa pela região do Prata entre os países emergentes da “era das independências”. Nesse sentido, fundamental para compreendermos as origens da guerra é atentar para as relações entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, em especial a partir de seus polos econômico-políticos (Rio de Janeiro e Buenos Aires), no que tange às questões concernentes ao Uruguai. A intervenção dos dois países na antiga Cisplatina levou a uma série de alianças que acabaram por resultar na interferência do Paraguai nos conflitos.

Não podemos, porém, deixar de lado as próprias intenções paraguaias, que passavam pela sua formação histórica peculiar e desembocavam no projeto expansionista do ditador Solano López. Diferentemente do que certa versão corrente sobre as causas do conflito aponta, indicando que as razões para a guerra devem ser buscadas nos interesses ingleses, afirmamos que fora dessa perspectiva de disputas políticas e territoriais inerentes à região e aos países que a circundavam, não poderemos compreender as causas da Guerra do Paraguai.

CONCLUSÃO

Conforme vimos nesta aula, a formação histórica do Império do Brasil esteve ligada, desde os primórdios, ao sistema de relações que o país teve de manter com seus vizinhos ou com as principais potências da época.

Essas relações travadas ajudaram a formar um senso de especificidade em relação ao Império do Brasil, o que contribuiu enormemente para, a partir do desenvolvimento de um sentimento nacional próprio, forjar a identidade brasileira. Definição de fronteiras, intervenções em outros países independentes, assinaturas de tratados e obtenção de reconhecimento foram apenas alguns dos tópicos que presidiram as relações internacionais do Império do Brasil no século. A partir dessas relações, o Império marcava uma posição no “concerto das nações”.

Mas, principalmente, as relações com outros países também foram cruciais para a manutenção de certas estruturas seculares, heranças recriadas da época colonial, como a escravidão, e para a transformação essencial de diversos aspectos da sociedade brasileira, em particular a instituição militar. As relações com outros países influenciavam as formas como o Império do Brasil poderia agir, e sua inserção no “mundo civilizado” dependeria enormemente da maneira como suas ações gerariam repercussões positivas ou negativas.

Impossível é pensar em como seria o desenvolvimento histórico da sociedade imperial brasileira sem as relações que mantinha com o exterior. Pensar essas relações significa pensar sobre as próprias mudanças havidas no Brasil do século XIX.

RESUMO

As relações do Império do Brasil com o exterior sempre foram pautadas por algumas questões cruciais.

Em relação aos demais países da América do Sul, as relações sempre levaram em consideração as distinções entre a monarquia e as repúblicas, e entre a necessidade de manutenção da unidade e a fragmentação hispânica. Desde o governo joanino, em especial devido às intenções do governante português em manter as estruturas

do Antigo Regime e ao estado de guerra com a França, as relações brasileiras junto aos demais países americanos foram marcadas por tensões e por guerras, por invasões e planos para expansões e exercício de influência. O foco principal dessas questões foi a região do Prata, em especial a antiga província Cisplatina, que, independente como Uruguai, continuou durante todo o século a sofrer intervenções. Tal atitude culminou na Guerra do Paraguai, envolvendo os países da região no mais sangrento conflito armado da América do Sul.

Em relação à principal potência da época, a Inglaterra, as relações também foram tensas. O comércio e o tráfico de escravos pautavam a agenda política dos dois países, havendo como resultante um misto de aproximações e de afastamentos, que chegaram a momentos de grande risco, como em relação à questão Christie.

Aula 15

A geração de
1870: novos grupos
sociais, novas ideias
e novos movimentos

Kaori Kodama

Meta da aula

Apresentar as principais transformações ocorridas no plano das ideias e dos movimentos político-culturais, no período final do Segundo Reinado.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as relações entre o surgimento da “geração de 1870” e as condições sociais, políticas e culturais do apogeu do Império;
2. identificar as principais características da chamada “geração de 1870” e suas críticas à matriz de pensamento da sociedade imperial;
3. avaliar os significados da renovação no ambiente cultural de fim do Império, em seus avanços e em suas ambiguidades.

Pré-requisitos

Para que esta aula seja aproveitada, é importante que você tenha compreendido bem o conteúdo das aulas anteriores de História do Brasil II.

INTRODUÇÃO

Como vimos em parte na Aula 12, o projeto de construção da nação durante o Império tratou não só de excluir os segmentos sociais que não pertenciam à boa sociedade, como também de se adequar à própria ordem imperial escravocrata. A nação, na concepção levada por letrados e políticos do Império, confundia-se em grande medida com os interesses escravistas vigentes. Os ideais de uma nação branca, de remotas raízes indígenas e alheias à mestiçagem africana criaram a autoimagem do Império do Brasil, ao mesmo tempo em que reforçaram sua estrutura patriarcal e escravista.

Um autor e ator histórico que muito simboliza esse momento e tal projeto de nação é o escritor José de Alencar. Romancista de grande sucesso, escreveu *O guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*, além de várias peças de teatro que ajudaram a difundir o movimento indianista, consolidando os ideais da fundação de uma origem brasileira, a partir da união/dominação do português com/sobre o indígena. Foi também político, seguindo os passos do seu pai – o senador do Ceará José Martiniano Alencar, um dos fundadores do Partido Liberal. De certa forma, a própria trajetória intelectual e atuação política de Alencar Filho, que fora contrário às ações emancipacionistas e à aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871, expõe-nos às contradições e limites do projeto de nação imperial, que ele tanto defendia. Numa série de cartas, destinadas a Dom Pedro II e ao “povo”, que começa a escrever em 1866 para criticar os caminhos que seguiam a política da Conciliação, José de Alencar, com o pseudônimo de Erasmo, dá vários conselhos políticos que visam unir imperador ao povo, sob o manto do Poder Moderador. Embora Alencar não sustentasse a manutenção *ad infinitum* da escravidão, acreditava que ela era um fato, uma realidade social a ser encarada e que representava os interesses vigentes do “povo”. O escritor cearense mostrava todo seu conservadorismo ao qualificar como “fanatismo do progresso”, os novos ideais científicos que orientavam as reivindicações de abolição da escravidão. Em seu

conservadorismo, porém, vaticinou com lucidez os destinos do próprio Império que seria levado pelo fim do trabalho escravo. Assim, advertia Erasmo ao imperador: “A mesma monarquia, senhor, pode ser varrida para o canto entre o cisco das ideias estreitas e obsoletas.”

Era uma forma de o autor chamar a atenção para a correlação entre o Abolicionismo e o Republicanismo, mas, ao mesmo tempo, revelava algo mais profundo. As ações do governo no sentido de dar prosseguimento a um fim “lento, gradual e seguro” do trabalho cativo – para utilizarmos uma expressão criada em outro contexto histórico – iniciavam-se em 1867, no seio do gabinete conservador de Rio Branco, com a proposta de discussão de Pimenta Bueno para a libertação do ventre da escrava; e elas expunham na verdade a fragilidade da ordem política imperial, sustentada pela escravidão.

José de Alencar também se torna um caso interessante para pensarmos as mudanças que geravam o embate de ideias, já na década de 1870. Se ele representava alguns dos valores mais arraigados que nortearam a moldura da nação no Império, a contraposição a este autor significou a contestação de vários aspectos da ordem vigente. As críticas à estética romântica e aos alicerces da ordem imperial eram conduzidas por uma nova geração de letrados que, ainda que diversos entre si, organizavam-se em torno de bandeiras, como o Republicanismo, o Abolicionismo, o cientificismo e o anticlericalismo. É curioso notar que, em certo sentido, a trajetória literária de Alencar, pontuada em seu começo e em sua maturidade por polêmicas literárias, confunde-se com a do próprio Segundo Reinado. O romancista inicia-se nas letras, em 1857, numa polêmica lançada contra José Domingos Gonçalves de Magalhães, futuro visconde de Araguaia, que então publicava *A confederação dos tamoios*. Como foi visto na Aula 12, Magalhães foi considerado o introdutor do movimento romântico. Não obstante seguir como Magalhães o indianismo no campo literário, Alencar o criticava por considerar sua poesia ainda presa aos moldes neoclássicos. Defendia que o romance era a forma com que verdadeiramente se

poderia expressar a nacionalidade, não a poesia épica. De fato, *O guarani* (1857) teria uma grande repercussão junto ao público (sobretudo o feminino), ao propor uma linguagem mais próxima dos leitores, buscando elementos da “cor local”, com descrições de paisagens e tipos que fizeram parte da história do país. No entanto, anos mais tarde, após sua consagração como escritor e político, seria o próprio Alencar o alvo das polêmicas que sinalizavam o fim de sua influência na literatura. Entre 1871 e 1872, o também cearense Franklin Távora, sob o pseudônimo de Semprônio, rechaçaria severamente os romances *O guarani* e *Iracema*. Assim como havia feito o escritor romântico com o visconde de Araguaia, o jovem crítico argumentava que os personagens alencarianos não eram reais e que faltava neles um conhecimento científico e documental. Despontava nessas considerações a chegada do Realismo Literário que se sobrepunha ao Romantismo. Como comentou Ângela Alonso:

Muito embora Távora ainda guarde reverberações românticas, do que é expressão seu elogio a Gonçalves de Magalhães e a Gonçalves Dias, sua demanda é a da geração emergente, formada nos cânones de ciência, para a qual não bastava a verossimilhança do romance alencariano, desejava-se a verdade dos fatos, o que a levaria cedo a uma avaliação científica da realidade nacional, na qual o indianismo fatalmente naufragaria (1996, p. 145).

A “verdade dos fatos”, reivindicada pela nova geração, implicava em rever aspectos da realidade nacional, em particular, o problema da escravidão. Esse é um dos pontos que oporiam o autor romântico a outro adversário: Joaquim Nabuco.

O filho do conselheiro Nabuco de Araújo passa a escrever sua polêmica contra o romancista logo que regressou da Europa, ao tratar de uma peça de Alencar, *O jesuíta*, que teve baixa repercussão. Do ponto de vista da argumentação estética, o novo polemista manteria certa ambiguidade nas investidas contra o seu opositor. Apesar de lançar críticas à sua obra, vista como

representante de um modelo passado de ver as coisas, Nabuco não deixava de se manter preso à moral conservadora. Ao comentar outra peça do consagrado autor, *A mãe* (1860), mostrou-se mais escandalizado com a explícita tematização da escravidão por seus supostos efeitos deletérios no público civilizado do que preocupado com a condição do escravo em si.

Seria, porém, no terreno político que os argumentos de Nabuco ganhariam maior relevância e dimensão. Para ele, a escravidão não poderia ser estetizada; ela deveria ser enfrentada racionalmente, no plano das leis. Com efeito, as questões levantadas pelo autor, desenvolvidas plenamente mais tarde em *O abolicionismo*, adquiriram corpo e amplitude, junto ao movimento abolicionista. Começava então a contestação séria a todo o arcabouço teórico sobre a nação, construído nos anos de ascensão do Segundo Reinado. Com ela, também viria a leitura gerada pela crítica literária do movimento romântico, como idealizado e irreal.

O que nos importa reter deste debate é que, a partir de então, novos agentes intelectuais punham a descoberto duas formas de ver a sociedade e a condução dos problemas nacionais: uma que seria “antiga” e coadunada com a ordem católica, de inspiração filosófica romântico-eclética e escravocrata; e outra tida como “moderna”, “científica”, “materialista” e abolicionista. A emergência desse confronto surge no momento de crise do Império, o qual será o tema das próximas aulas. São esses intelectuais e agentes sociais que representaram os valores orientadores do novo tempo e que culminaria com a República. Por enquanto, ateremo-nos aos agentes que geraram a crítica que se seguiu ao apogeu da ordem imperial, após a Conciliação.



Figura 15.1: A imagem representa Joaquim Nabuco em gravura de Ângelo Agostini, de 1885, quando aquele se elege deputado pelo 5º Distrito. A alegoria é uma referência à “Briosa Província de Pernambuco” que conduz Nabuco para a Câmara, sendo observado por um dos “negreiros” nela existente e que aparece como um típico proprietário de escravos.

Fonte: Fundação Joaquim Nabuco: http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/busca/listar_projeto.php?cod=13&from=10

Mudanças a caminho – as interpretações sobre a geração de 1870

A nova geração e seu contexto

É de Sílvio Romero o texto que se segue, no qual relata, como quem levanta uma bandeira, a chegada de um “novo tempo”, a partir do fim da década de 1860:

Até 1868, o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridades das instituições monárquicas o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais indireta opugnação; o Romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz que havia acabado com o caudilhismo nas províncias e na América do Sul, e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais coesa que já uma vez houve na história em um grande país. De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas mostrou-se e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez. A Guerra do Paraguai estava ainda a mostrar a todas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar e o acanhado de nossos progressos sociais, desvendando repugnantemente a chaga da escravidão; e então a questão dos cativos agita-se e, logo após, é seguida da questão religiosa; tudo se põe em discussão: o aparelho sofisticado das eleições, o sistema de arrocho das instituições policiais e da magistratura, e inúmeros problemas econômicos; o partido liberal, expelido grosseiramente do poder, comove-se desusadamente e lança aos quatro ventos um programa de extrema democracia, quase verdadeiramente um socialismo; o partido republicano organiza-se e inicia uma propaganda tenaz que nada faria parar. Na política, é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico, o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. Um bando de ideias novas esvoaçam sobre nós de todos os pontos do horizonte (ROMERO apud BARRETO, 1926, p. 23-24).

O diagnóstico traçado por Silvio Romero, um dos principais expoentes da “geração de 1870”, sintetizava as condições que propiciavam a contestação das bases da ordem imperial, a qual foi

sendo construída desde fins da década de 1830, com o início do Regresso conservador, pela direção dos saquaremas.

No conjunto de eventos que Sílvio Romero cita, observa-se o processo que levaria ao fim da Monarquia e ao estabelecimento da República, no qual se destaca a atuação dos novos intelectuais. Sobre eles, seria criada certa identidade geracional, movidos por um “clima de opinião”, voltados contra os principais valores culturais e políticos da monarquia: o catolicismo monárquico, a filosofia espiritualista e eclética, o Romantismo, o Poder Moderador, a escravidão... Mas, afinal, quem seriam eles? De onde surgiram? Como podemos entender seu lugar no processo de crise do Império?

Convém, de início, salientarmos que a apreciação de Romero foi feita *a posteriori*, escrita por volta de 1900, e, portanto, anos depois da derrocada do Império. O texto do autor chama a atenção para a importância que os novos grupos e suas ideias tomaram no decorrer de um processo que estava sendo gestado; mas a apreciação era ela mesma parte de uma construção discursiva dos próprios protagonistas. Este fato por si configura a dificuldade de interpretarmos o “movimento”, já que sua importância foi ressaltada, sobretudo no período em que se constituiu a nova ordem republicana. Seu depoimento pretende tecer um caminho progressivo e contínuo da “modernização”, que parece se desenrolar por uma lei natural, infalível e científica. Essa visão, entretanto, é fruto do próprio ideário em que se basearam os novos personagens na vida política e intelectual: o Evolucionismo, o Cientificismo, o Materialismo.

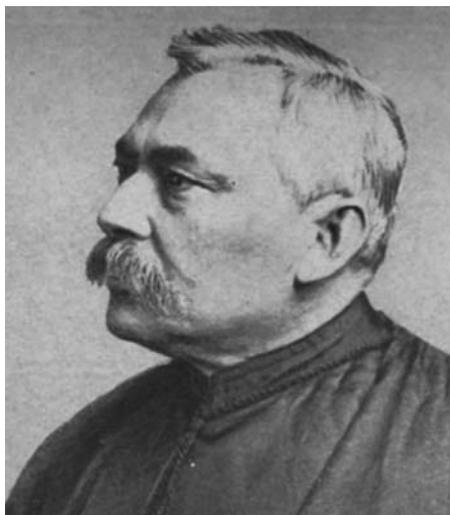


Figura 15.2: Sílvio Romero.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/ff/Silvio_Romero.jpg

Sílvio Romero

Sílvio Romero nasceu em Lagarto, Sergipe, no ano de 1851. Morou durante os primeiros anos de sua vida no engenho de seus avós, no interior da província, de onde retiraria, segundo seu depoimento autobiográfico a João do Rio, a vivência do sentimento popular e nacional que seria a base para seus trabalhos de crítica literária e sobre folclore. Proveniente de uma família proprietária decadente, cujo pai era comerciante português, Sílvio ingressou na Faculdade de Direito do Recife, em fins da década de 1860. Foi lá que entrou em contato com a poesia abolicionista de Castro Alves e conheceu Tobias Barreto, considerado por ele o grande mentor intelectual de sua “geração” e do que veio a nomear de “Escola do Recife”. Foi também autor de inúmeras

polêmicas com autores consagrados no meio letrado da Corte, como Machado de Assis, de quem foi colega na Revista Brasileira. Em 1880, prestou concurso para a cátedra de Filosofia do Colégio Pedro II, obtendo o primeiro lugar. Na ocasião, com a tese “Da interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos”, não deixou de atacar os arguidores, a quem considerava pertencentes à “obsoleta camarilha científica”, desconhecedores do método “histórico-naturalista”. Sílvio Romero foi uma das vozes mais pungentes de crítica ao Romantismo e à sua interpretação da nação. Em 1888, saiu a primeira edição de sua *História da literatura brasileira*, obra em que o autor introduziria a interpretação dos elementos constitutivos da nacionalidade da produção literária pelo viés étnico e social, lançando mão das categorias como “meio”, “raça”, “fatos históricos” e “evolução”.

Por que os ideários da modernização e do progresso colaram-se de tal maneira aos movimentos da geração de 1870, enquanto o regime imperial era cada vez mais identificado com o “atraso”? Essa é uma questão complexa, mas algumas indicações podem ser aqui percebidas, ao considerarmos em que medida aqueles valores da “modernização” foram se constituindo em ferramentas para as ações que impulsionaram os acontecimentos históricos, no último quartel do século XIX.

Não é por mero acaso que os intelectuais que se contrapunham à ordem política, social e cultural do Império fossem depois nomeados no coletivo como “geração de 1870”, não obstante as diferenças internas no que tangia às filiações políticas e intelectuais dos grupos que a compunham. Em Portugal, por exemplo, o movimento intelectual, liderado por figuras como Teófilo Braga, tinha

esse mesmo nome. Dessa forma, a própria atribuição “geração de 1870”, no Brasil, remete ao fenômeno mais global de engajamento dos novos intelectuais nos movimentos nacionalistas e de busca crítica de reafirmação de Estado-nações que se viam às margens da expansão capitalista. Como argumenta Maria Aparecida Rezende Mota, esses letrados no Brasil deram forma

A um movimento renovador que pode ser entendido como a expressão da sensibilidade das elites letradas em relação às transformações que o país vivenciava e às novas necessidades ou aspirações sociopolíticas daí advindas. Ao mesmo tempo em que absorviam e reelaboravam as teorias, vindas do estrangeiro, esses intelectuais, vivendo na província ou na Corte, procuravam entender o Brasil, estudando suas origens e identificando seus problemas (MOTA, 2000, p. 25).

As atitudes contestatórias, por meio de ideias novas desses grupos, inscreviam-se num processo histórico mais amplo de renovação científica e intelectual do Ocidente, processo esse que se alargava e aprofundava-se, na segunda metade do século XIX. Era o tempo das certezas científicas e da crença no progresso indefinido do homem, impulsionado pelo desenvolvimento sem precedentes da civilização mecânica e industrial, e pela expansão constante do capitalismo europeu (MOTA, 2000, p. 25). A teoria da evolução, nas Ciências Naturais, não deixaria de ter respaldo como verdade incontestada a ser aplicada sobre um mundo humano que parecia em contínuo avanço no campo material e intelectual, e em que a civilização ocidental sobrepunha-se na política, na economia e no estilo de vida sobre os povos não brancos.

A certeza no progresso e na derrocada do “obscurantismo” era corporificada, para os jovens que se formavam durante a década de 1870 e 1880, em um arsenal de dogmas ou correntes de pensamento, tais como o Materialismo, o Evolucionismo spencerianista ou darwinista, ou ainda o Positivismo (Ver boxes a seguir). As “ideias novas” de Sílvio Romero, derivadas de teorias

científicas modernas e que se tomadas em si mesmas, muitas vezes se mostravam incoerentes ou contraditórias, abriam a possibilidade de interpretar as transformações que ocorriam na sociedade imperial, bem como se tornavam em instrumento para a reivindicação de reformas mais profundas.



Materialismo, Evolucionismo e Positivismo

O Materialismo, em Filosofia, prega que a realidade só pode ser apreendida pela matéria, que é a substância de todas as coisas existentes. O Materialismo fundamentou fortemente o desenvolvimento de parte do conhecimento científico, durante o século XIX. No Iluminismo, o Materialismo esteve presente no pensamento de alguns filósofos, como Julien de la Mettrie (1709-1751), os pensadores da *Enciclopédia* e o barão de Holbach (1723-1789), que pregavam que o homem é análogo a uma máquina e é negada a existência da alma, em oposição ao Espiritualismo. Essa corrente de pensamento, entretanto, tende a se desenvolver no século XIX, com o Materialismo Científico. Na doutrina materialista, Deus é substituído pela razão e as paixões e pensamentos humanos são explicados como resultantes de um processo natural, emanado da matéria – o cérebro – em detrimento da “alma”. Os principais formuladores do Materialismo Científico foram os alemães Karl Vogt (1817-1895), Ludwig Büchner (1824-1899) e Ludwig Feuerbach (1804-1872).

(Fonte: <http://www.algosobre.com.br/sociofilosofia/materialismo.html>)

O Evolucionismo ou Teoria da Evolução é uma proposta de compreensão da origem dos seres vivos no universo que se contrapõe à Teoria Criacionista, que prega que todos os seres do mundo são fruto da criação divina. O Evolucionismo desenvolveu-se principalmente, a partir das ideias de Charles Darwin (1809-1882), naturalista inglês, que escreveu *A origem das espécies* (1859), uma das obras fundamentais da ciência contemporânea. Nessa obra, Darwin, pregou que todas as espécies e sua variabilidade provinham da evolução de um ancestral comum, através da “seleção natural” e da luta pela sobrevivência.

(Fonte: <http://www.comciencia.br/200407/reportagens/18.shtml>)

Entretanto, o Evolucionismo foi muito além da sua aplicação para a compreensão da diversidade das espécies no planeta e da origem do homem. O Evolucionismo foi proposto por filósofos e também por muitos vulgarizadores, como doutrina explicativa do universo social e humano, o qual seria conduzido, assim como a natureza por leis, estando em contínuo progresso histórico. Um exemplo da perspectiva evolucionista para as sociedades é a de Herbert Spencer (ver boxe a seguir) que foi considerado o “pai” do “darwinismo social”, ao adaptar a ideia de “seleção natural” de Darwin pela de “sobrevivência do mais apto”, cunhada por ele. É possível ainda dizer que tanto o Positivismo como o Marxismo foram correntes que se basearam em alguma forma de pensamento evolucionista.



Figura 15.3: Isidore-Auguste-Marie-François Xavier Comte (Montpellier, 19 de janeiro de 1798-† Paris, 5 de setembro de 1857).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Auguste_Comte

O Positivismo é uma doutrina filosófica de fundo fenomenológico e que foi fundamentada principalmente por Augusto Comte (1798-1857). Comte formou-se pela Escola Politécnica francesa e foi secretário do socialista utópico Saint-Simon, de 1817 a 1824. O Positivismo defende que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. Assim sendo, desconsideram-se todas as outras formas do conhecimento humano que não possam ser comprovadas cientificamente. Tudo aquilo que não puder ser provado pela ciência é considerado como pertencente ao domínio teológico-metafísico, caracterizado por credices e vãs superstições. Para os positivistas, o progresso da humanidade depende única e exclusivamente dos avanços científicos, único meio capaz de transformar

a sociedade e o planeta Terra no paraíso que as gerações anteriores colocavam no mundo além-túmulo. O Positivismo é uma reação radical ao Transcendentalismo idealista alemão e ao Romantismo, no qual os afetos individuais e coletivos, e a subjetividade são completamente ignorados, limitando a experiência humana ao mundo sensível e o conhecimento aos fatos observáveis. Substituiu-se a teologia e a metafísica pelo culto à ciência, o mundo espiritual pelo mundo humano, o espírito pela matéria.

(Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Positivismo>)

Sua teoria mais conhecida é a Lei dos Três Estados, na qual propunha uma teoria histórico-evolutiva das sociedades humanas e do homem, enquanto indivíduo, e que seriam:

- a) O estado teológico ou “fictício”, dividido das subfases: fetichista, politeísta e monoteísta.
- b) O estado metafísico, considerado como uma fase transitória entre o mundo sobrenatural e o estado positivo.
- c) O estado positivo seria o estado em que culminaria com o desenvolvimento da ciência e do mundo industrial. O mundo seria entendido através de leis, que podem ser expressas em linguagem matemática e não por causas.

Reformismo

De certo, a emergência desses novos agentes – pela imprensa, pelo ensino e pela política – derivava das mudanças na estrutura social do Império que começavam a ocorrer depois de 1850. Desde então, o crescimento de uma camada média urbana vinha se

firmando, em consequência do relativo aumento do mercado interno brasileiro. Este crescimento do mercado, por sua vez, depreendeu-se em grande parte do fim do tráfico, da expansão da cafeicultura, da construção das estradas de ferro e da entrada de imigrantes em diversos pontos do país (COSTA, 1998). Se acompanharmos alguns costumes e padrões de consumo das cidades (em especial a Corte) pelos jornais, desde meados do século, podemos notar como os modismos franceses no vestuário, o aprendizado da música e a proliferação de folhas “literárias” e de “diversão” iam se firmando nas formas de socialização urbanizada, ao longo do século XIX. Também fazia parte da configuração desses modos de viver urbanos a participação dos homens cultos em sociedades, institutos e academias diversas. Além das de maior prestígio, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ou a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, havia outras, já na década de 1850, como o Conservatório Dramático, a Sociedade Amante da Instrução, o Instituto dos Advogados, a Academia Imperial de Medicina, onde muitos bacharéis, médicos e outros formados em cursos superiores assinavam seu nome, ganhavam prestígio e tomavam parte dos debates da atualidade. Por volta da década de 1880, como argumenta Maria Tereza Chaves de Mello, o que se verificava era a ampliação do espaço público através de associações, conferências, imprensa, livrarias, confeitarias, clubes, mobilizações populares (MELLO, 2007, p. 11). Ao mesmo tempo em que crescia o peso das camadas urbanas e médias na sociedade, firmando uma opinião pública em seus valores universais e mais mundanos, também se verificava a concentração de escravos em regiões específicas, fator que contribuía para o maior isolamento dos setores escravistas.

Contudo, a urbanização e a modernização econômica que se seguiram depois de 1850 trouxeram à tona demandas sociais que o Estado Imperial não fora capaz de atender. Se, em grande parte, as medidas para a modernização partiram do governo imperial, no sentido de buscar reformas para gerir essa estrutura que mudava, tais ações abriram as brechas para a emergência de reivindicações contestatórias à sua própria ordem.

Pode-se dizer, portanto, que o estudo da “geração de 1870” ganha sentido e relevância, se considerada dentro da “crise do Império”. Num sentido mais propriamente político, esse momento manifestou-se primeiro pela “crise de hegemonia” do Estado imperial (SALLES, 1996, p. 169). Na perspectiva de Alonso, trata-se do momento em que se deflagra uma “cisão da elite política”, quando se gera a oportunidade para a ação efetiva dos novos agentes, que buscariam, em última instância, o reconhecimento de seu espaço na vida intelectual e pública, o qual se verificava ainda exíguo, pouco meritocrático e extremamente personalizado, durante o Segundo Reinado (ALONSO, 2010).

A crise de hegemonia manifestou-se claramente com o fim da Conciliação, quando o Imperador, à custa do Poder Moderador, interferiu no Parlamento, derrubando o gabinete liberal de Zacarias de Góes Monteiro, por pressão do conservador Caxias, na época, o comandante militar da Guerra do Paraguai (SALLES, 1996). Na política externa, o Império do Brasil, nação escravocrata e então representada pelos conservadores, abala-se em seu prestígio internacional, tendo comprometida sua imagem de país civilizado nos trópicos. Dentro do Partido conservador, a condução do projeto para a Lei do Ventre livre, em 1868, deixaria à mostra a cisão interna que separaria os reformistas liberais dos reacionários, fazendo ruir a unidade saquarema.

O sentido das reformas políticas no Império não ganhou a projeção e o impacto esperados pelo Estado, servindo muito mais como catalizadores de tensões latentes. A partir do gabinete conservador de Rio Branco (1871-1875), o governo imperial procurou implementar a reforma eleitoral no campo político, a aprovação da Lei do Ventre Livre no campo social e a reforma do Ensino Superior, que pretendia ampliar e profissionalizar os quadros do serviço público. Como você verá na próxima aula, a Lei do Ventre Livre ajudou a radicalizar as posições, de um lado mobilizando o abolicionismo como luta política e incitando cativos na luta pela liberdade através de ações judiciais e de outro, insuflando os reacionários proprietários, que a ela se agarravam para defender seus interesses escravistas.

A reforma eleitoral de 1881, conhecida como Lei Saraiva, que visava estabelecer a eleição direta, acabou por restringir o eleitorado. Ela instituiu a obrigatoriedade da apresentação de título comprobatório de renda mínima do cidadão ativo e excluiu os analfabetos. Estimava-se que com a lei, o eleitorado, que na década de 1870, chegava a compor 10% da população, foi reduzido para cerca de 1%.

A reforma educacional expandiu potencialmente as possibilidades de ascensão social de uma parcela da população, porém teve resultados menos efetivos pela baixa assimilação dos novos profissionais, dentro do aparato estatal. No gabinete de Rio Branco, a antiga Escola Central foi desmembrada entre a Escola Politécnica e a Academia Militar, visando formar profissionais técnicos para a modernização do país. “A reforma educacional deliberadamente abria os cursos para alunos de menos recursos, abaixando tanto o custo quanto à nota para ingresso e, no caso, da Militar, provendo moradia e um pequeno salário” (ALONSO, 2002, p. 122). O decreto de 1879, de Leôncio de Carvalho, trouxe também mudanças significativas na educação. Essa reforma estabelecia o ensino livre nos cursos superiores em todo o Império e trazia mudanças nos ensinos primário e secundário da Corte. Para o campo das ciências, em particular a medicina, a reforma possibilitou a entrada de novas abordagens e paradigmas, como a bacteriologia, auxiliando a institucionalização de campos de saberes científicos no país.

As reformas que começavam a ser encaminhadas pelo próprio Estado, tanto no plano político como social, repercutiram-se na percepção por essa geração da necessidade de modernização do país. Porém, as reivindicações que foram encetadas pelas reformas esbarravam na própria estrutura estreita da ordem imperial. Algumas das medidas estatais, como a busca de maior arrecadação, encontraram ainda reações inesperadas, pela tomada da palavra pelo povo, como foi no caso da Revolta do Vintém, em 1880. Em síntese, o Estado imperial, embora não fosse de todo contrário ao reformismo, procurando em alguns momentos antecipar algumas medidas modernizadoras, como foi o caso da Lei do Ventre Livre, não conseguiu ficar simbolicamente vinculado às modernizações.

“O povo na rua”

É nesse clima de crítica geral às instituições monárquicas que se observa a emergência de uma disputa política efetivada na rua, espaço público que virava a principal arena de debates e que passava a incluir a participação de populares. Como Chaves de Mello nota, essa atuação popular efetiva e a ampliação real de uma opinião pública que se estendia não só às camadas letradas, mas à chamada *arraia-miúda*, foi fundamental para consolidar os movimentos, liderados pela nova geração de políticos e intelectuais que conduziam as discussões de ordem nacional, em fins do período imperial. Com efeito, na década de 1880, adensa a participação popular nos *meetings*, nas conferências públicas, nas quermesses. Os conflitos que se configuraram entre a Guarda Negra e os que davam vivas à Monarquia, de um lado, e os republicanos, de outro, foram parte dessa tomada das ruas. No processo de emergência da participação popular nos anos finais do Império, o Abolicionismo tornou-se a principal reivindicação. Em seu ensejo, tais manifestações deram ao ativismo coletivo um novo sentido, como algo que fazia parte de uma nova época e maneira de conceber a representação política, e por que não, a cidadania.

A rua foi ressignificada. Adquiriu um sinal positivo como o espaço do uso público da razão – da crítica, nos termos da época – e como lugar da verdadeira representação popular. A rua passou a disputar, e vantajosamente no final da década, com o Parlamento o *locus* do fazer político, num claro avanço do conteúdo republicano que a experiência do Primeiro Reinado e da Regência hesitou em assumir (MELLO, 2007, p. 29).

Com a mobilização nas ruas, ganhava visibilidade a nova geração. Gente como José do Patrocínio, Aluísio Azevedo, Artur Azevedo, Olavo Bilac, Guimarães Passos, Coelho Neto eram os boêmios-literatos que vagavam pela rua do Ouvidor e figuras que se tornavam nomes consagrados por um público que acompanhava

Resposta Comentada

O século XIX viveu intensamente o ideal do progresso materializado nas diversas “descobertas” científicas, na instrumentalização das técnicas com o avanço da industrialização e crescimento dos centros urbanos. Esse movimento mais geral da expansão da civilização europeia e do colonialismo refletiu-se no Brasil, a partir do crescimento econômico e liberalização dos capitais, sentidos após o término do tráfico internacional de escravos. Apesar do empuxe econômico principal ser realizado à custa do braço escravo nas plantações de café, os valores ligados à modernização, que seriam sustentados principalmente pelas camadas médias urbanizadas, em grande parte desvinculadas dos setores escravistas, condenariam essa forma de produção. Desde os anos finais da década de 1860, quando o Estado imperial começa a sofrer de uma “crise de hegemonia”, as reformas por ele implementadas buscaram salvaguardar sua sobrevivência, como regime. Nesse sentido, foi encaminhada a principal mudança que desviaria os rumos políticos: a Lei do Ventre Livre, que teria consequências imprevistas pelos próprios agentes. Também é parte desse momento de mudanças a discussão da reforma do ensino, que procurou ampliar a formação educacional, criando a Escola Politécnica e a Academia Militar. A partir dos elementos de uma realidade em mudança, a modernização passou a ser uma demanda que se identificava com os novos grupos que emergiam, a partir da década de 1870.

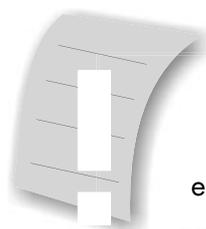
Os conteúdos da crítica e seus agentes: Abolicionismo, “Novo Liberalismo”, Republicanismo, Positivismo

Os grandes temas nacionais – a escravidão, a imigração, o regime político, a separação entre a Igreja e o Estado, a liberdade de consciência, o ensino –, postos e repostos à luz das novas teorias, criavam uma atmosfera de efervescência intelectual, permeada pela crença na transformação do país pela força das ideias. A *intelligentsia*, engajada no projeto renovador, confiava cegamente na ciência, estando convencida, portanto, de que a educação intelectual era o

único caminho para melhorar os homens. A essa herança do iluminismo oitocentista agregava-se a consciência da necessidade de adequar o país à modernidade ocidental. Para tal, era preciso buscar as causas do ‘atraso cultural’ do país e propor soluções, de sorte que a marcha em direção à civilização não fosse retardada. Não é, portanto, obra do acaso que as teorias informadas por uma filosofia progressista da história, como o Comtismo, o Darwinismo e o Spencerismo, dominassem o circuito intelectual.

Na análise de Maria Aparecida Rezende Mota acima transcrita, fica claro como o “bando de ideias novas” tornou-se um instrumento de ação dos jornalistas, escritores, professores e políticos que buscavam a ampliação das reformas de caráter nacional. Tais ideias eram aplicadas para a busca das respostas aos dilemas nacionais e à difícil tarefa de dar completude e modernidade à construção teórica e efetiva de uma “nação brasileira”.

Ao mesmo tempo, era através das novas teorias – como o positivismo de Comte ou os evolucionismos de Darwin e de Spencer (ver boxe a seguir) – que os agentes que delas se serviam procuravam se autoafirmar como “intelectuais”, buscando expandir seu lugar na sociedade e seu campo de atuação, o qual ainda se via ligado aos estreitos limites do próprio Estado imperial e de sua lógica interna de incorporação desses mesmos agentes. Desta feita, para alguns historiadores que deram dimensão às ideias, no geral, elas representaram os passos de uma “Ilustração Brasileira” (BARROS, 1986), trazendo um “pensamento secular e temporal, afastado das concepções religiosas” (VENTURA, 1991).



Herbert Spencer (1820-1903)

Nasceu em Derby, Inglaterra, em 1820, e desde a adolescência mostrou ter uma personalidade anticonformista. Aos 13 anos, tentou fugir da educação, oferecida por um tio que era pastor protestante, mas teve de voltar à escola, onde se manteve até os 16. Depois disso, deu continuidade sozinho à sua formação, com leituras que se concentraram acima de tudo em ciências. Spencer relacionou-se com os principais intelectuais ingleses de seu tempo e manteve um romance com a escritora George Eliot (pseudônimo de Marian Evans). Sua obra teve enorme repercussão dentro e fora da Grã-Bretanha. Alguns dos principais livros de Spencer são *Filosofia sintética* (que publicou em série, com pagamento de assinatura antecipada por seus admiradores), *O homem contra o Estado*, *Educação intelectual*, *Moral e física*, e *Autobiografia*.

Tendo vivido num tempo de grandes avanços científicos, o filósofo inglês Herbert Spencer foi o principal representante do Evolucionismo nas Ciências Humanas. Ele intuiu a existência de regras evolucionistas na natureza antes de seu compatriota, o naturalista Charles Darwin (1809-1882), formular a revolucionária teoria da evolução das espécies. É ele o autor da expressão “sobrevivência do mais apto”, muitas vezes atribuída a Darwin.

O filósofo aplicou à Sociologia ideias que retirou das Ciências Naturais, criando um sistema de pensamento muito influente a seu tempo. Suas conclusões o levaram a defender a primazia do indivíduo, perante a sociedade e o Estado, e a natureza como fonte da verdade, incluindo a verdade moral.

Para Spencer, havia uma lei fundamental da matéria, que ele chamou de lei da persistência da força. Segundo ela, a tendência natural de todas as coisas é, desde a primeira interação com forças externas, sair da homogeneidade rumo à heterogeneidade e à variedade. À medida que as forças, vindas de fora, continuam a agir sobre o que antes era homogêneo, maior se torna o grau de variedade.

Conhecer, só pela razão

Baseado nessa observação, Spencer deduziu um princípio para todo desenvolvimento, que é a Lei da Multiplicação dos Efeitos, causada por uma força absoluta que não pode ser conhecida pelo entendimento humano. Trata-se, para Spencer, de uma lei da natureza, uma vez que ele se recusava a levar em conta, para efeito científico, a possibilidade de forças sobrenaturais. O filósofo, herdeiro da linhagem empirista britânica e também influenciado pelo Positivismo, era agnóstico e combatia a influência religiosa no ensino e na ciência. O próprio termo agnosticismo, para se referir a uma postura filosófica que só admite os conhecimentos adquiridos pela razão, foi criado por um amigo e defensor de Spencer, e Darwin, o naturalista Thomas Huxley (1825-1895).

(Fonte: <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/herbert-spencer-307364.shtml>)zz

Esse aspecto mais geral das “ideias novas”, como instrumentos de crítica para as reformas nacionais e de afirmação dos próprios grupos reivindicantes, ajuda a compreender suas disparidades internas. Os autores em questão apropriaram-se livremente de distintas vertentes de pensamento, defendendo muitas vezes posições

contraditórias, sem que delas possamos retirar matrizes claras. Maria Aparecida Rezende Mota cita o exemplo do próprio autor sergipano, Romero, que rompendo publicamente com o Positivismo, que afirmou ser “uma coisa perigosa”, revelaria em seus escritos e mesmo em suas práticas uma espécie de “positivismo independente”.

Tampouco é possível compreender os agentes como meros representantes de uma camada social, como por exemplo, a “classe média”. Sua origem social poderia ser variada, incluindo realidades diferentes, como a de Joaquim Nabuco, filho de um eminente político do Império e de Antonio da Silva Jardim, filho de um pequeno lavrador de Capivari, ou ainda, a do próprio Sílvio Romero, nascido em uma família proprietária decadente no interior de Sergipe. Variada também seria a faixa etária dos atores dos que tomaram a voz no cenário político e intelectual, na década de 1870. Para Alonso, o lugar social da “geração de 1870” deve ser compreendido por seu papel político, como grupos que de alguma forma sofriam uma marginalização no domínio saquarema. A partir do momento em que o espaço para a incorporação política na estrutura imperial tornava-se restrito, esses grupos canalizariam diversas demandas que atingiam o próprio projeto de nação imperial.

Assim, como já dissemos, é na tessitura da crise que ganharam vulto movimentos que no processo histórico se tornaram uma unidade compreensível: a chamada de “geração de 1870”. Nesse processo, teriam lugar de destaque no campo político o movimento abolicionista (ver Aula 16) e o republicanismo, bem como, no campo intelectual, as interpretações sobre a nação, através das diversas formas de cientificismo.

Refletindo as demandas sociais crescentes, sobretudo após a Lei do Ventre Livre, o Abolicionismo tornou-se ao mesmo tempo um ideário e em um movimento de ação política que, para líderes como Joaquim Nabuco e André Rebouças, deveria ser a própria base para a constituição da nação. Na perspectiva desses agentes, o Abolicionismo era uma escolha radical que não comportava concessões nem gradações. “Ou o campo ou as cidades; ou a

escravidão ou a civilização; ou os Clubes da Lavoura ou a imprensa, os centros intelectuais, a mentalidade e a moralidade esclarecida do país”, exprimiu Nabuco em “O terreno da luta” (BOSI, 1995, p. 222). Nas chaves de oposição colocadas, o Abolicionismo de Nabuco também se afinava com a perspectiva sobre o tempo que já pudemos observar há pouco em Sílvio Romero, antepondo o “moderno” ao “atraso”. A garantia da liberdade nos planos religioso, intelectual, social e econômico, através da subordinação de todos, como cidadãos, à lei civil, é a base constitutiva de uma nação moderna no “novo liberalismo” de Nabuco. Aqui, o trabalho livre é em tudo superior ao trabalho escravo e seria ele mesmo um princípio da existência de qualquer sociedade civil. Para Nabuco, entretanto, a monarquia não conflitava com tais princípios, opinião da qual discordava, por exemplo, Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva. O Abolicionismo nem sempre andou junto com o Republicanismo, embora ambos tenham sido movimentos políticos que marcaram o período. Tanto Rebouças como Nabuco permaneceram fiéis à ideia de um regime monárquico parlamentarista e liberal, mais próximo ao modelo inglês.

Se nem todos os abolicionistas eram republicanos, igualmente, o movimento republicano, nascido no bojo da “crise do Império”, em 1870, com a criação do Partido Republicano, não refletiu necessariamente os ideais abolicionistas, pregados por monarquistas, como Nabuco e Rebouças. Apesar dos ideais democráticos e contrários ao centralismo, e personalismo da monarquia, o Republicanismo incorporou em sua ação política setores menos progressistas e mais afeitos ao federalismo em si do que aos valores igualitários e abolicionistas. Não obstante, a propaganda republicana avolumou a crítica à política imperial e foi nas ruas, muitas vezes associado ao Abolicionismo, como mostrou a pesquisa empírica de Tereza Chaves de Mello.

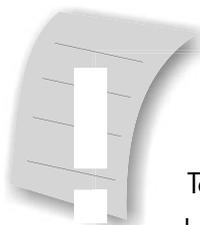
O Republicanismo imprimia outra leitura da história nacional que tinha sido criada pelos saquaremas. Autores e líderes do federalismo em São Paulo e no Rio Grande do Sul, como Alberto

Sales, Francisco Eugênio Pacheco da Silva, Joaquim Fernando de Barros, Martim Francisco, Ramiro Barcelos, Alcides Lima e Assis Brasil, reavivaram o debate sobre o problema histórico do regionalismo, sufocado pelo Império. Além do mais, os principais teóricos da vertente republicana que a autora Ângela Alonso denominou de “federalistas científicos” romperam com as principais formas de pensar da tradição imperial ao buscarem explicações de cunho sociológico e científico para a política, e social da nação, questionando a legitimidade da monarquia católica.

Algumas das interpretações históricas de que lançaram mão vinham das leituras de Auguste Comte, cuja influência foi grande em muitos membros da geração. De fato, federalistas republicanos, abolicionistas e “cientificistas”, de um modo geral, recorreram a diversos conceitos e teorias positivistas em seus escritos. Muitos desses positivistas eram militares. Todos eles se baseavam na premissa de que era possível construir um conhecimento positivo sobre o homem e a sociedade para a resolução dos problemas humanos. Desde a década de 1840, as concepções científicas e a filosofia da ciência de Comte foram apropriadas no Brasil, como um caminho de introdução às áreas científicas. Como observou Maria Amélia Dantes, isso é perceptível pelas diferentes teses, em Medicina e em Engenharia, defendidas até o final da década de 1880, que recorriam aos conceitos positivistas, como referenciais para o estudo de temas propriamente científicos (DANTES, 1996).

O destaque dado por Comte à Matemática e às Ciências Naturais legitimava os novos grupos, frente à tradicional cultura bacharelesca, que pertenceria, segundo os comtistas, a uma fase ultrapassada, o estágio histórico “metafísico”. É certo também que o Positivismo, como movimento político que ganhou força a partir do último quartel do século XIX, tomou conotações antiliberais: chegaram a afirmar a necessidade de uma ditadura republicana. Não obstante, os positivistas defendiam, assim como os “novos liberais” representados por Nabuco, o Abolicionismo. No entender dos positivistas ortodoxos, como Teixeira Mendes e Miguel Lemos

(ver Boxe Igreja Positivista a seguir), o problema do legado da escravidão era parte da questão da formação da classe trabalhadora e dos novos cidadãos, sendo que caberia ao Estado ocupar-se da incorporação dos ex-escravos, proletariados na sociedade. Para os positivistas, o Estado deveria prover o avanço da sociedade, responsabilizando-se pela educação básica e técnica para formar os cidadãos e trabalhadores. Os positivistas ortodoxos, desde 1881 até os primeiros decênios do século XX, publicaram centenas de opúsculos que sustentavam a secularização do Estado e sua separação da Igreja, a instituição do casamento civil, a laicização dos cemitérios, a liberdade de imprensa, a naturalização dos estrangeiros, a austeridade financeira no trato da coisa pública, entre outras reivindicações.



Igreja Positivista

Miguel Lemos (1854-1917) e Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927) eram estudantes da Escola Politécnica na década de 1870, quando participaram da primeira sociedade de estudos positivistas, que contava, entre seus membros, com Benjamin Constant. Os dois ex-alunos foram desligados da Politécnica por terem escrito um artigo de crítica ao visconde do Rio Branco e foram então estudar em Paris, em 1877. Na época, na França, Littré era o mais célebre divulgador dos ensinamentos positivistas. Ao se decepcionarem com Littré, os jovens procuraram por Laffitte, sucessor oficial de Comte, participando dos seus cultos da “religião da Humanidade” que fora o legado deixado pelo filósofo no *Système de politique positive* ou *Traité de Sociologie instituant la religion de l’Humanité*. Mendes voltou logo ao Brasil e Lemos permaneceu até 1881.

Sendo ungido por Laffitte, como iniciado ao sacerdócio da Humanidade, ao retornar, Lemos fundou a Igreja Positivista Brasileira. A fundação da Igreja e a pregação ortodoxa positivista foi motivo de rompimentos com antigos positivistas, como Benjamin Constant, que não concordava com o tipo de pregação agressiva das ideias de Comte pelo discípulo Lemos. Com o lema “Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim, a Igreja Positivista até hoje existe, situada à Rua Benjamin Constant, no Bairro da Glória.



Figura 15.4: Templo da Igreja Positivista em Porto Alegre
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/81/Templo_Positivista_em_Porto_Alegre.JPG

Resposta Comentada

No apogeu do Império, de diversos setores começavam a se ouvir vozes que criticariam os principais pilares da ordem imperial. Uma boa parte dessas vozes provinha dos novos grupos de intelectuais, professores e políticos que passavam a atuar na imprensa e nos cursos de ensino técnico e superior, a partir de 1870, e que Sílvio Romero identifica como a “geração de 1870”. Marcados por ideários cientificistas e utilizando autores como Comte, Spencer e Darwin, esses grupos opuseram-se no campo da produção cultural ao Romantismo das primeiras duas décadas do Segundo Reinado, sobretudo, ao Indianismo. Como sabemos, o Indianismo representou a visão oficial que adequou o ideal de nação para a ordem imperial, ao conceber uma sociedade “nacional” – cuja “cor local” era dada pela natureza e pelo índio – e hierarquicamente estruturada, na tematização da colonização e do subjugado indígena. Os críticos buscariam novas interpretações sobre a nacionalidade, apontando as limitações da perspectiva então vigente, como no Indianismo, que não incluía o elemento negro na composição étnica na formação do povo. Através da introdução do Naturalismo, do Evolucionismo e do Cientificismo, noções como *raça* e *natureza* passaram a ser instrumentos para dar conta da complexidade da formação nacional. Dentro dessa crítica mais geral, a questão da escravidão estaria no alvo da problemática sobre a nação, embora as interpretações e saídas para ela fossem muitas vezes ambíguas, como a teoria do branqueamento que mais tarde seria defendida por Sílvio Romero.

As leituras sobre a nação e suas ambiguidades

Talvez ironicamente, o legado mais duradouro da militância positivista para a República tenha sido a divisa “Ordem e Progresso”, que permaneceu na Bandeira Nacional. O exemplo do grupo positivista bem pode servir para estampar o fim que levou grande parte dos anseios e projetos de mudança pela “geração de 1870”, ao se consolidar a Primeira República. Embora tivessem participado ativamente do processo que levou à Abolição e, pouco mais de um ano depois, à derrocada da Monarquia, os positivistas mais ortodoxos viram-se aliçados das decisões na implantação do regime republicano. No plenário da assembleia que elaborou a Constituição de 1891, a maioria representou as tendências liberais que estavam presentes desde o Império. Ficavam também cada vez mais patentes dissensões internas entre os diferentes grupos que reivindicavam as reformas até 1888.

Se na década de 1880, o movimento abolicionista e a luta escrava confluíram como potências que levaram ao fim da escravidão, revertendo um aspecto histórico que marcou a formação da própria sociedade brasileira, as consequências posteriores do fato diluíram a força dos projetos de transformação social, incutidos nos movimentos da geração de 1870. Essa diluição da força do abolicionismo acontece não só no próprio campo político, quando a unidade, criada entre ação dos escravos e abolicionistas rompe-se, depois da Lei Áurea, como também tem desdobramentos no campo das ideias, a partir do momento em que ganhava terreno a leitura racializada da nação.

A geração da qual Sílvio Romero fez-se arauto releu a interpretação sobre a nação, tecida pelo Romantismo, desde fins da década de 1830. Como vimos na Introdução, essa crítica à estética romântica começa a surgir mais duramente nas polêmicas entre José de Alencar e os jovens escritores, no final da década de 1860. Ela expõe não somente o problema não dito da escravidão

até 1860, como passa a focar os diferentes “desequilíbrios” da razão, da raça, da sociedade e que configuravam a realidade nacional. O naturalismo de Aluísio Azevedo é representativo da mudança de enfoque, já nos anos iniciais da República. Escrito em 1890 e influenciado pelos romances de Émile Zola, *O cortiço*, de Azevedo, retrata o ambiente insalubre das habitações populares do final do século XIX, cujos personagens eram conduzidos por forças atávicas, ligadas ao sangue mestiço e inferior, e às leis biológicas.

Para essa geração, a formação nacional deveria ser decifrada pela leitura científica, fornecida pelo modelo naturalista e evolucionista. Nesses termos, tanto o meio quanto a raça tornavam-se fatores fundamentais para compreender as peculiaridades do Brasil e dos brasileiros. A nação, na visão de críticos, como Araripe Júnior e Sílvio Romero, era fruto da progressiva transformação das matrizes europeias pela “obnubilação tropical” (Araripe Júnior) ou pela mestiçagem (Romero). Os intelectuais que ocuparam o cenário nos anos finais do Império e início da República depararam-se constantemente com o problema da adaptação das ideias e dos valores civilizatórios de origem europeia à realidade local. Essa discrepância, que em parte vimos anunciada no Romantismo – na tentativa por parte dos letrados de ajustar o elemento indígena a uma estética que fosse particular e universal ao mesmo tempo – configura-se em uma questão que se aprofunda naquele cenário. Ocorre que através do discurso científico não só se empregava a necessidade da modernização da sociedade, a qual deveria ser fundada a partir de novas bases, incluindo os ex-escravos; como também se fundamentava uma leitura negativa das influências da mistura racial, comprometendo o futuro da nação.

Sílvio Romero pode nos servir de um bom exemplo para rastreamos essa ambiguidade presente em muitos membros da geração. Quando ele finalizava sua *História da literatura brasileira* em 1888, comemorava-se a Lei Áurea, que ele saudaria no “Prólogo” como a celebração dos novos tempos. Em sua obra, ressaltou a contribuição do negro na formação literária nacional,

dando a ele e à cultura africana maior peso do que ao indígena. O brasileiro era fruto de seu meio, assim como da mistura das três raças: o português, o índio e o negro. “Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias”, escreveria ele na *História da literatura brasileira*. No uso que fez da ideia de mestiçagem, como contribuição fundamental na formação da cultura nacional, procurou realizar uma leitura própria e independente. Dessa forma, refutou o monogenismo, ou seja, a crença de que a humanidade era uma só e que as raças originárias de um único tipo ou homem, acreditando que esta tese limitava a originalidade do caráter dos tipos cruzados.

Entretanto, a questão racial para Sílvio Romero não se limitaria a essa constituição histórica das três raças, já comentada por Von Martius, na década de 1840. Ela se desdobrava no indagar sobre a sombra imposta pela leitura racialista que estabelecia a inferioridade dos portugueses, dos índios e dos africanos. Como escapar a esse discurso que parte da comunidade científica de sua época endossava? O baiano Nina Rodrigues, por exemplo, que era abolicionista e dizia ter “viva simpatia” pelo negro brasileiro, tornou o negro em objeto etnológico em *O animismo fetichista dos negros baianos* (1896), pregando a indiscutível evidência científica de sua inferioridade.

A saída “teórica” para muitos intelectuais foi a ideia do branqueamento que se processaria na população brasileira. Romero, à época em que escreve a *História da literatura brasileira*, defendia a mescla de portugueses, negros, índios e imigrantes positivada, pois em três ou quatro séculos, essa mistura seria a de uma população branca e homogênea, já que era “inevitável” a vitória do sangue branco. Entretanto, Romero terminou seus dias cético em relação à superioridade do mestiço.

O descontentamento e desilusão frente à República que se instaurou também podem ser tomados como parte da leitura pessimista sobre os rumos da nação de muitos intelectuais da virada do regime monárquico para o republicano. Para Romero, a República trouxe a desorganização da sociedade, extinguindo

o governo da elite branca sobre os mestiços, o que mantinha a “ordem” no Império. Em 1910, sob o impacto da Revolta da Chibata, o autor se mostraria horrorizado com os deflagradores da rebelião, marinheiros que seriam “boçais, quase todos negros, sem chefes hábeis, sem um ideal”, acusando a “geral delinquência do caráter nacional, moldado pelas péssimas condições sociais”, mantidas pelo “especialíssimo regime de mentira, de ilusionismo, de falta de seriedade” dos governantes.

Se preocupada com a realidade do país, que em nada deveria ser escamoteada, como escamotearam os românticos que endossaram pelas aparentes “virtudes” todos os vícios da sociedade escravista, a geração de 1870 mostrou-se oscilante entre uma perspectiva otimista do futuro do país e uma pessimista. Também demonstraram seu elitismo ao se verem como intelectuais capazes de regenerar o povo, tido como a massa ignorante. A construção identitária, como agentes dessa sociedade em transformação, fez parte do próprio processo de reflexão sobre as ideias de nação do Brasil.

CONCLUSÃO

Como você pôde observar, o estudo da “geração de 1870” exige uma reflexão sobre os inúmeros aspectos da própria leitura histórica sobre o período final do Império, seja pelo viés mais do “contexto” enformador das ideias e, portanto, que chamamos de “externalista”, seja pelo viés “internalista”, de discussão das ideias mesmas. O enfoque que adotamos procurou dimensionar algumas possibilidades dessas diferentes perspectivas. Buscamos entender a emergência daqueles grupos, denominados de “geração de 1870”, no quadro que se criou a partir da crise de hegemonia e de cisão política dos grupos dominantes no Estado Imperial, e igualmente procuramos destacar os ideários desses grupos, que se identificaram com o progresso, dos quais ficou descolado o regime monárquico. Dimensionou-se também a formação dessa “geração”,

enquanto agentes históricos específicos, que na ação dupla, como intelectuais e “combatentes”, transitaram ambigualmente entre as ideias estrangeiras e a realidade local, e entre o elitismo e os valores democráticos, definidores da cidadania e da nação.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Você talvez já tenha ouvido a expressão cunhada por Roberto Schwarz “ideias fora do lugar”, que o autor analisa em *Ao vencedor, as batatas* (1977). A expressão, que causou muita polêmica, discutia a inadequação de ideias como o liberalismo, que, saídas do contexto europeu aplicaram-se de forma contraditória ou tosca numa sociedade escravista. Os que discordaram da interpretação de Schwartz em geral salientaram que as ideias adaptaram-se à realidade local, não necessariamente de modo contraditório, mas sim seletivo de certos princípios morais ou filosóficos.

Numa perspectiva igualmente crítica aos intelectuais brasileiros, Sérgio Buarque de Holanda indaga em *Raízes do Brasil* (1936) se a confiança que os positivistas depositavam no poder milagroso das ideias não esconderia “um secreto horror à nossa realidade”. Para este autor, devido à inadequação primordial entre ideias importadas e realidade local, seríamos “nós”, os intelectuais, sempre uns “estrangeiros em nossa própria terra”.

Disserte sobre a relação, as *ideias* e os *intelectuais* no Brasil do final do século, tendo por base as perspectivas acima apontadas.

Resposta Comentada

Como vimos, a geração de 1870 procurava pensar sobre novas bases qual seria o “verdadeiro Brasil”. Buscaram responder aos dilemas nacionais a partir das ferramentas intelectuais disponíveis, retiradas de compêndios e obras de filósofos europeus que se baseavam nas leis “científicas”, na crença no Evolucionismo, no Materialismo e no Positivismo. Ao mesmo tempo, os ideais civilizatórios almejados, criados a partir do modelo de desenvolvimento europeu, não se adaptavam à realidade local: a pregação da inferioridade das raças que compunham o povo, a cidadania mal-formada e a possibilidade mesmo da inexistência da “nação” enquanto uma unidade histórica tornavam-se entraves para conferir lugar ao país no processo de expansão da civilização e no concerto das nações. Daí, a seletividade e as saídas originais de algumas ideias, como por exemplo, a do “branqueamento” progressivo da população. Sérgio Buarque argumenta que a crença positivista na inexorabilidade do progresso era uma forma de muitos intelectuais buscarem conforto ilusório, para a inquietante realidade que se mostrava.

Discordando ou concordando sobre a adaptação das ideias e seus usos pelos intelectuais brasileiros, o exercício serve para que você destaque o papel específico que esses agentes passavam a assumir na construção de teorias sobre a nação e sobre a nossa identidade.

RESUMO

A partir da década de 1870, novos agentes sociais surgem no cenário político e intelectual do Império, coincidindo com o início do “ocaso” da Monarquia. Esse grupo, identificado como a “geração de 1870”, por Sílvio Romero, apesar de heterogêneo, convergia nas críticas à escravidão, ao Romantismo, e à monarquia católica, lançando mão de ideias filosóficas, tais como o Comtismo, o Evolucionismo spenceriano, o Materialismo. Nesse clima de “ideias novas”, os alicerces culturais do Segundo Reinado começavam a ser contestados por uma geração que reivindicava mudanças e reformas na sociedade, e nos projetos de nação. O fim do regime escravista e da Monarquia coincidiu com a ação desses intelectuais, o que, no entanto, não implicou o fim das desigualdades dentro da sociedade brasileira.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você irá aprender sobre a crise e a destruição da escravidão no Brasil Império.

Aula 16

Crise e destruição da escravidão

*João Carlos Escosteguy Filho
Ricardo Salles*

Meta da aula

Apresentar os elementos que levaram à crise e destruição do sistema escravista brasileiro, relacionando a atuação do movimento abolicionista e sua influência na queda da monarquia.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. listar as principais mudanças estruturais que levaram à eclosão do movimento abolicionista;
2. identificar de que forma as ações humanas desenrolaram-se e definiram os rumos do processo histórico, cujo pano de fundo foram essas mudanças estruturais;
3. reconhecer a abolição da escravidão como importante momento de virada no curso da História do Brasil, ainda que incompleta;
4. relacionar as discussões à época da abolição ao seu impacto sobre a sociedade brasileira atual.

Pré-requisitos

Para que esta aula seja bem aproveitada, é fundamental que você se lembre das aulas anteriores de Brasil Império, em especial as Aulas 1, 8 e 16, que enfocam na questão da escravidão.



Foto: Sophie

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/851701>

INTRODUÇÃO

Ao penetrar nas sociedades modernas destruiu-lhe a escravidão a maior parte de seus fundamentos morais e alterou as noções mais precisas de seu código (...). Na verdade, somente quem olha para essa instituição, cegado pela paixão ou pela ignorância, pode não ver como ela degradou vários povos modernos, a ponto de torná-los paralelos a povos corrompidos, que passaram. Não é somente o adiantamento material que ela entorpece com o trabalho servil, é também o moral.

Joaquim Nabuco, *A escravidão*, c. 1870.

(...) a verdade é que muitos dos trabalhos que faziam os trabalhadores da Europa foram substituídos e feitos pelos trabalhadores escravos d'África; os da Europa foram passando para a classe dos que trabalham à sombra, para a classe dos

Artistas, dos Comerciantes, dos Sábios e, finalmente, para a classe dos ricos, dos livres, dos civilizados.

Azeredo Coutinho. *Concordância das leis de Portugal...*, 1808.

A primeira citação foi retirada da obra *A escravidão*, do famoso abolicionista Joaquim Nabuco. Você já deve ter ouvido falar dele, não? A segunda citação é de um autor menos conhecido, mas nem por isso menos importante: trata-se de um trecho da obra *Concordância das leis de Portugal e bulas pontifícias, das quais umas permitem a escravidão dos Pretos d'África e outras proíbem a escravidão dos índios do Brasil*, do bispo Azeredo Coutinho.

Leia novamente os dois textos. O que podemos perceber sobre eles logo de cara? É fácil notar que ambos tratam do mesmo tema: a escravidão. Mas a tratam da mesma maneira? Repare com calma. Olhe as datas. Enquanto o primeiro texto é de cerca de 1870, o segundo é de 1808. Entre uma data e outra muita coisa aconteceu.

Azeredo Coutinho escreve num momento especial para o Império Português. O rei de Portugal, D. João VI, acabara de se instalar no Brasil, junto de sua corte, dando início a uma série de mudanças nas relações entre Colônia e Metrópole, conforme visto nas Aulas 1 e 2. Tais mudanças levariam, em 1822, à Independência do país e à fundação do Império do Brasil. Joaquim Nabuco, por outro lado, escreve num momento especial para esse império: num momento de crise política e institucional, num momento delicado das relações internacionais. A Guerra do Paraguai chegava ao seu final e, além disso, era um momento perigoso para a instituição da escravidão no mundo ocidental, com pressões sobre o Parlamento para o encaminhamento da chamada "questão servil", como era conhecido o problema da abolição da escravidão à época; logo,

um trecho refere-se a um momento de mudanças nas relações coloniais do país (o de Azeredo Coutinho), o outro a um momento de mudanças nas relações sociais do mesmo país (o de Joaquim Nabuco).

E como isso se reflete nos textos? Atenção ao modo com que cada um trata a escravidão: enquanto Azeredo Coutinho procura justificá-la (e podemos perceber isso desde o enorme e pomposo título da obra, quando fala de permitir “a escravidão dos Pretos d’África”), recorrendo, para isso, ao argumento da civilização, Joaquim Nabuco procura criticar a escravidão com base no mesmo argumento civilizatório. Para Azeredo Coutinho, em 1808, a escravidão era um bem para o Império Português; para Joaquim Nabuco, em 1870, a escravidão era um mal não apenas para o Império do Brasil, mas também para a moralidade da civilização ocidental como um todo. Podemos dizer, dessa forma, que enquanto o texto de Azeredo Coutinho procura reforçar a escravidão, o texto de Joaquim Nabuco propõe a abolição do cativo.

Nesta aula, iremos analisar esse processo de abolição do cativo a partir do chamado movimento abolicionista, que estourou no Brasil no início da década de 1880, mas que já se organizava, em alguns aspectos, desde a década anterior (quando o jovem Nabuco escreve, em 1870, sua opinião é ainda minoritária nos círculos políticos do Império). Para que tal análise seja feita, começaremos não na década de 1880, quando o movimento abolicionista cresce, mas antes. Trataremos, nesta aula, das mudanças ocorridas em três momentos da crise da escravidão no Império do Brasil: num primeiro momento, trataremos da crise da escravidão africana a partir da abolição do tráfico de escravos; em seguida, analisaremos a crise institucional que levou à Lei do Ventre Livre, em 1871; por fim, chegaremos ao movimento abolicionista e às leis propriamente abolicionistas, a partir de 1880.

Crise da escravidão africana: abolição do tráfico (1815-1850)

A crise da escravidão, baseada no trabalhador africano, no Brasil, relaciona-se diretamente à crise do tráfico negreiro. Esta crise foi causada, principalmente, devido às pressões inglesas pela abolição, que datam da virada do século XVIII para o XIX, tendo sido o comércio negreiro oficialmente abolido em 1807. Até então, a Inglaterra era grande beneficiária de tal comércio, além de dominar diretamente boa parte do tráfico africano para as Américas, tendo obtido da Coroa espanhola o direito ao *asiento*, ou seja, ao abastecimento das colônias hispânicas com cativos. Além disso, a movimentação do tráfico, fosse este controlado pelos ingleses ou não, ao garantir a reprodução dos sistemas de *plantation* nas Américas, contribuía para a acumulação de capital necessária à Revolução Industrial inglesa, devido ao comércio feito entre essas colônias e a Inglaterra (ver Aula 6). Talvez até por conta disso, tão logo a Inglaterra aboliu o tráfico de escravos e, mais tarde, a escravidão em suas colônias, o país tornou-se o grande paladino dos mares numa cruzada contra o tráfico praticado pelos demais países ocidentais. Não cabe aqui discutirmos que ideais motivavam os ingleses, se interesses econômicos na África ou estímulos humanitários. Cabe aqui percebermos como essa tomada de posição inglesa foi fundamental para definir os rumos da escravidão no Brasil, no século XIX.

Em 1822, quando se torna independente, o Brasil já era o maior importador de africanos escravizados do mundo, conforme vimos na Aula 1. Ao tornar-se independente, porém, o Brasil acabou por assumir as dívidas dos tratados que Portugal fizera com a Inglaterra anos antes. Tais tratados, assinados em 1815 e 1817, num momento de extrema dependência lusitana frente à poderosa Inglaterra, no contexto da restauração promovida pelo Congresso de Viena, previam que Portugal cessaria o tráfico entre suas possessões africanas e americanas, e garantia à Inglaterra o direito de busca e

apreensão nos mares a embarcações suspeitas de comércio ilícito. Ao Brasil independente, necessitado do reconhecimento inglês para se afirmar Império soberano, não restou saída senão ratificar os acordos herdados de Portugal. D. Pedro I, então, sob protestos da Câmara dos deputados (formada majoritariamente por pessoas direta ou indiretamente ligadas ao tráfico), assinou em 1826-27 novos acordos com a Inglaterra em troca do reconhecimento, prevendo a cessação do tráfico para dali a três anos, ou seja, em 1830.



Congresso de Viena

Dissemos, quanto falávamos de Azeredo Coutinho, que o bispo escrevia seu trabalho em 1808, no contexto de mudanças no Império Português, promovidas pela transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro. O que não dissemos foi que tal transferência deu-se por conta da ameaça de Napoleão Bonaparte, imperador francês, que tinha por costume, naquele momento, depor antigas dinastias reais e promover mudanças nos governos europeus. Após a queda de Napoleão, em guerra contra a Inglaterra e contra a Rússia, os países vitoriosos (Inglaterra, Rússia, Prússia e Áustria) promoveram o Congresso de Viena, em 1815, com o intuito de restaurar as monarquias derrubadas por Napoleão e negociar acordos para a manutenção do Antigo Regime, contra movimentos inspirados pelo liberalismo.

Desnecessário dizer que tal medida contrariava profundamente os interesses de poderosos grupos do sudeste brasileiro. Tais grupos já há décadas controlavam o comércio entre a costa da África e o Brasil, havendo enraizado seus interesses nos dois continentes. O tratado anglo-brasileiro somou-se a outros fatores que aumentaram as pressões sobre D. Pedro e levaram à sua abdicação, em 1831. No mesmo ano, sem alternativas frente às pressões inglesas e sob um

clima liberal pós-abdicação, a Regência promove uma lei nacional de acordo com os tratados anteriormente assinados. Foi a primeira lei antitráfico, a qual foi assinada em 7 de novembro de 1831, e que ficou conhecida como “lei para inglês ver”.

Não recebeu, a lei, tal apelido à toa. Desde o início, foi ignorada e descumprida, não obstante algum pequeno esforço por parte do governo para promover sua efetivação nos primeiros anos. A partir de 1837, com as mudanças políticas promovidas pelo Regresso Conservador, a lei não apenas é descumprida como não encontra mais apoio sistemático em sua defesa no Parlamento imperial. Pelo contrário: alguns dos principais políticos da época ligados ao Regresso não se cansavam de atuar em defesa da revogação da lei, o que garantiu um clima de certa tranquilidade em relação ao contrabando, por parte de traficantes e compradores, e garantiu também a sistematização da ilegalidade. A introdução de cativos no Brasil deu um salto gigantesco depois que se tornou proibida, chegando, em alguns momentos, a mais de quarenta mil entradas anuais, segundo estimativas do historiador inglês Leslie Bethel.

O descumprimento da lei levou o Parlamento Inglês a reagir em 1845 com a promulgação do Bill Aberdeen. Essa lei conferia à Inglaterra o direito unilateral de busca e apreensão de qualquer embarcação, suspeita de transportar africanos escravizados, confirmando um direito já estipulado em tratado anterior. Mas, além disso, conferia aos navios de guerra ingleses o direito de captura e de julgamento dos culpados pelo crime, ao igualar o tráfico a crime de pirataria. Dessa forma, não raro, navios ingleses passaram a ser vistos pelas imediações do litoral brasileiro, chegando a adentrar a Baía de Guanabara em busca de navios suspeitos de contrabando. Frente a tal situação e em parte devido aos “estoques” já abarrotados de cativos provenientes do contrabando, o Parlamento Brasileiro promulgou outra lei, em 1850: a Lei Euzébio de Queirós. Esta, sim, efetivamente acabou com o tráfico de escravos.

A abolição do tráfico não se relaciona a qualquer tentativa de abolição da escravidão, muito pelo contrário. A garantia da

manutenção da propriedade escravista e o esforço para dissociar a abolição do tráfico de qualquer abolicionismo geral foram fundamentais para fazer valer a lei e conseguir respaldo dos grandes proprietários do sudeste. Além disso, a estabilização dos plantéis escravistas, ligados à produção de café, que de uma fase de expansão passou a uma de manutenção, não mais necessitava tão vorazmente do fluxo de africanos como antes. Assim, embora não possamos associar diretamente a lei de 1850 às leis abolicionistas, podemos perceber que, a partir da cessação definitiva do comércio negreiro, deu-se início a uma fundamental modificação nas relações entre senhores e escravos no país. As relações, pautadas há três séculos por uma dinâmica que envolvia uma reprodução exterior da mão de obra cativa, com o abastecimento de escravos, dando-se mediante o tráfico africano, passam a transformar-se em relações pautadas por uma dinâmica crioula, isto é, mais ligada ao predomínio de códigos sociais brasileiros e não, africanos. Essa mudança será fundamental para compreendermos como se deu, nas décadas seguintes, a estabilização das relações entre senhores e cativos, e o amadurecimento da escravidão brasileira (e não mais africana) no Império.



Atende ao Objetivo 1

1. De acordo com o que vimos anteriormente, reflita sobre a situação internacional do Brasil na primeira metade do século XIX, procurando responder às seguintes questões:
 - a. De que forma, podemos relacionar o volume de africanos, trazidos para o Brasil nas duas primeiras décadas do século XIX, à Independência do país e as intenções da Inglaterra?

b. Que aspectos presentes na aula, até aqui, permitem-nos dizer que o Império do Brasil era extremamente dependente do fluxo de africanos, escravizados para seu interior?

Resposta Comentada

O Brasil que se torna independente em 1822 era um país extremamente dependente do fluxo de africanos escravizados. Só na primeira metade do século XIX, foram mais de 1,5 milhão de africanos, segundo estimativas, o que corresponde a aproximadamente 30% de todo o volume desembarcado em mais de três séculos de escravidão. Essa abundância de africanos, arrancados de sua terra, tornava a escravidão amplamente difundida no Brasil, estando presente desde as mais simples tarefas domésticas das cidades até os amplos plantéis das fazendas. Essa sociedade dependente do tráfico de africanos, ao se tornar independente, viu-se às voltas com as pressões inglesas que visavam ao fim desse comércio negreiro. Era uma escolha difícil: por um lado, o Império não poderia abrir mão do reconhecimento da maior potência do mundo, pois o reconhecimento inglês abriria caminho para outros reconhecimentos que afirmariam o Brasil como um novo país, afastando o risco de tentativas de recolonização. Por outro lado, atender aos apelos da Inglaterra e fazer cessar o fluxo de cativos significaria pôr em xeque a principal força de trabalho do Império, arriscando provocar uma crise interna. A resolução desse dilema, com a assinatura do tratado de 1827, que previa o fim do tráfico para 1830, ajudou no desgaste da imagem de Pedro I e ao descumprimento da lei de 1831, incapaz de mudar essa dependência brasileira em relação ao africano.

Primeira fase: crise da escravidão (1865-1871)

Para começarmos a discutir a crise da escravidão em si, num movimento que levará à abolição definitiva em 1888, precisamos dar um salto de 1850 a 1865 e verificar como a abolição do tráfico africano incidiu sobre as formas de relação entre senhores e escravos. O **Quadro 16.1** nos ajudará a entender essas questões.

Observando o quadro, podemos perceber como a cessação do tráfico africano gerou uma série de modificações estruturais nas relações entre senhores e escravos, o que favoreceu uma profunda mudança na forma de lidar com a questão. Até cerca de 1865, por exemplo, havia uma relativa generalização territorial e social da escravidão: ser senhor de escravo, desde os tempos coloniais, não era possível a todos, mas todos podiam aspirar a essa posição, pois o tráfico produzia uma abundância de oferta de mão de obra, gerando dependência desse comércio para a reprodução das relações sociais escravistas. Se todos poderiam sonhar ao menos com seu cativo pessoal, então a defesa da escravidão era praticamente total: a cultura política e moral da época aprovava o cativo e não o criticava mais enfaticamente. Isso, combinado a uma postura relativamente tranquila da opinião internacional sobre o cativo (o cativo era mal visto, mas não combatido em profundidade; devemos lembrar que a cruzada britânica era contra o tráfico e não, contra a escravidão), gerou estabilidade e relativa paz para os plantéis escravistas dos senhores. Some-se a isso uma tendência inicial à autorreprodução dos plantéis escravistas, já que o fim do tráfico gerou paulatinamente um maior equilíbrio entre os sexos (lembre-se de que o tráfico dava prioridade aos homens adultos, pois tinha por objetivo o trabalho nas plantações, o que gerava um desequilíbrio entre os sexos), o que levou a um aumento no número de crioulos e temos que a escravidão não estava ameaçada.

Quadro 16.1: Resumo do processo de mudanças históricas nas condições das relações sociais de forças entre senhores e escravos (c. 1865-70)

Até cerca de 1865	Depois de 1865
<ul style="list-style-type: none"> • Escravidão generalizada pelo Brasil todo. • Posse de cativos generalizada pela sociedade. • Alto grau de africanos nos plantéis escravistas. • Maior número de cativos do sexo masculino. • Dependência do tráfico internacional para reprodução da escravidão. • Quadro internacional desfavorável, mas neutralizado em relação à escravidão. • Cultura moral e política favorável à escravidão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Escravidão concentrada em poucas regiões do país. • Posse de cativos restrita a poucas pessoas. • Aumento no número de crioulos. • Maior equilíbrio entre ambos os sexos. • Autorreprodução natural como base para reprodução da escravidão. • Quadro internacional desfavorável e hostil à escravidão. • Cultura moral e política desfavorável à escravidão.

Essa situação de não ameaça à escravidão mudou a partir de 1865. Estruturalmente, a razão para tanto foi a paulatina concentração social e regional da propriedade cativa, agora não mais sonho possível de todos os homens livres, mas realidade cada vez mais distante. Com menos escravos disponíveis no mercado, menos pessoas poderiam sonhar em adquiri-los. Agora, apenas os mais abastados senhores poderiam sustentar grandes plantéis. Isso gerou uma situação social desfavorável à escravidão e críticas a ela começaram a tornar-se cada vez mais frequentes.

Além disso, o quadro internacional modificou-se. Nos EUA, o outro grande bastião do escravismo no Ocidente, a escravidão, encontrava-se ameaçada pela Guerra Civil Americana. A derrota dos confederados na Guerra de Secessão (veja box) significaria o isolamento internacional do Brasil como último Estado independente das Américas a manter a escravidão (Cuba, também escravista, era

ainda colônia dos espanhóis). Internamente, embora não houvesse sinais de grandes ameaças à ordem nesse momento, no que tange a riscos de rebeliões escravas, não podemos esquecer que a resistência à escravidão era parte indissociável do violento sistema escravista, presente em todos os momentos das relações entre senhores e escravos, e mantendo permanentemente em níveis alarmantes a ameaça do escravizado. Esses fatores combinados geraram pressões internas e externas que culminariam na lei de 1888 – a Lei Áurea, que aboliu definitivamente a escravidão no Brasil.



Guerra Civil Americana (ou Guerra da Secessão)

Praticamente, desde a independência em 1776, a república norte-americana viu-se às voltas com a questão da escravidão, que ameaçava dividir o país. No Sul, havia uma população escrava em franco crescimento que sustentava a produção de algodão, arroz e tabaco. No Norte, a escravidão fora abolida gradualmente ou era residual: havia uma população de trabalhadores livres, que crescia rapidamente alimentada pela imigração europeia, além do trabalho na agricultura familiar, alimentava uma economia urbana, mercantil e em franco processo de expansão industrial. Estas duas realidades, convivendo em um mesmo arcabouço institucional, passaram a servir de base a propostas políticas divergentes quanto ao futuro da república. A disputa girava em torno de se a escravidão seria ou não permitida nos novos territórios que se incorporavam à União por meio de sucessivas guerras contra os povos indígenas e contra o México. Em jogo estava o controle do governo central. A eleição de Abraham Lincoln – que se opunha à expansão da escravidão, mas não pregava sua abolição nos estados em que ela já existisse – para a presidência da república, em 1860, precipitou a crise. Diversos estados sulistas declararam-se em secessão, pregando a separação e entrando em guerra com a União, que encontrou dificuldades para vencer. Foi necessário que Lincoln, em 1º de janeiro de 1863, como forma de engajar a opinião pública contra os confederados e, principalmente, de buscar o apoio de negros livres e escravos sulistas para sua causa, finalmente decretasse a abolição da escravidão. Ao todo, 180 mil afro-americanos, a maioria ex-escravos sulistas, foram recrutados para as forças da União e concorreram decisivamente para sua vitória final no início de 1865. A Abolição formal foi aprovada no Congresso no mesmo ano.

No momento que tratamos aqui, porém, as pressões internas ainda são iniciais, ou melhor, não há modificações intensas que justifiquem o tratamento da questão da escravidão. Em outras palavras, o protesto do escravizado e o risco de rebeliões cativas não apresentam maior incidência do que em outras épocas da história do Brasil até então. A situação externa é, nesse momento, a grande preocupação dos estadistas imperiais, somando-se a esse quadro, ainda, a situação da Guerra do Paraguai (1864-1870). Conforme vimos na Aula 17, a Guerra mostrou concretamente a alguns estadistas a situação de fragilidade a que a escravidão expunha o Império, bem como toda a falta de estrutura necessária ao esforço de guerra e a dependência dos libertos no momento do recrutamento para preencher as fileiras. Diante das dificuldades de recrutamento, chegou-se a cogitar a libertação em massa de cativos para prover às necessidades do conflito, o que acabou por não ocorrer. Preferiu-se uma solução mais moderada, mas incapaz de evitar que muitos cativos fossem libertados para servir, tanto no lugar de seus senhores, quanto por iniciativa do Estado – os escravos “da Nação”, pertencentes à Coroa. Apenas na corte foram 2.500 os cativos libertados para servir no Paraguai, número que representava 20% de todos os escravos libertos no país inteiro para essa finalidade e número que equivalia a 22% de todo o contingente militar, recrutado na cidade (incluindo livres). Em termos do número de escravos, esses 2.500 representavam 5% dos cativos da corte naquele momento. Os recrutamentos, já feitos com resistência da população em tempos de paz, enfrentavam ainda mais resistência nos tempos da Guerra, contudo a possibilidade da liberdade levou muitos escravos a fugir de suas fazendas e entrar nas fileiras do exército. Ao término da Guerra, muitos desses “cativos fugitivos” sofreram tentativas de reintegração ao trabalho pelos senhores, tentativas muitas vezes proibidas pela Coroa, que adotava o discurso de não permitir a escravização de quem lutou pelo país. Além disso, o retorno dos soldados vitoriosos, em 1869-70, grande massa de libertos e camadas pobres, gerou um clima de efervescência popular no Rio de Janeiro que se prolongaria por toda

a década, aumentando nessas camadas a solidariedade em relação aos libertos e cativos. Tudo isso contribuiu para reforçar a percepção imediata dos estadistas acerca dos perigos que a escravidão poderia enfrentar e de como a instituição da escravidão poderia, em breve, constituir um sério risco à integridade do Império. Deveria-se começar a agir o quanto antes, para evitar maiores problemas futuros.

Ainda no meio da guerra, em 1867, na “Fala do Trono” com que o imperador corriqueiramente abria os trabalhos da Câmara e do Senado, D. Pedro II chamava a atenção para a questão do “elemento servil”, como era chamada, à época, a questão da escravidão. Pedia consideração da Assembleia Geral do Império à questão, sem que houvesse “abalo profundo em nossa primeira indústria – a agricultura” e mantendo respeito, claro, “à propriedade atual”. Encaminhamento moderado à resolução da questão é o que pregava D. Pedro II, no que era acompanhado por diversos estadistas do Conselho de Estado.

A fala de 1867 teve como desdobramento o encaminhamento de um projeto, elaborado no ano anterior, à apreciação do Conselho de Estado em abril do mesmo ano. De autoria de Pimenta Bueno, sob influência do imperador, o projeto previa a liberdade dos nasciturnos (isto é, dos filhos dos escravos) e a abolição total para 31 de dezembro de 1899. Tal projeto visava essencialmente resolver o problema do isolamento internacional do Império do Brasil, no que tange à escravidão. Afastando, dessa forma, qualquer possibilidade de provocar sérios abalos na ordem social e/ou a divisão do país em regiões escravistas e não escravistas, que pudessem representar o perigo de uma guerra civil e da secessão, tal qual o ocorrido nos EUA (**Quadro 16.1**).

Junto com o projeto, foram encaminhadas três perguntas ao Conselho, órgão consultivo máximo do Império, cujos membros eram considerados a fina flor política brasileira. Tais perguntas eram: 1) Convém abolir diretamente a escravidão? No caso de resposta afirmativa: 2) Quando deve ter lugar a abolição? 3) Como, com que cautelas e providências cumpre realizar essa medida?

As discussões que se seguiram tomavam para orientação não questões de ordem moral, mas referências à manutenção da ordem política e social imperial. Mais importante para os conselheiros, presentes à discussão, era resolver o problema segundo imperativos de manutenção da ordem imperial e não a partir da conveniência moral ou não da abolição do cativo.

Nem todos os conselheiros concordavam quanto à necessidade de abolição da escravidão, ou mesmo de um primeiro passo nesse sentido naquele momento. Alguns criticavam a pressa do governo ou de seus colegas para o encaminhamento da questão. Outros, mais moderados, viam com ressalvas as medidas, mas aceitavam-nas por considerar inevitável o fim da escravidão e que melhor seria se tal fim fosse tutelado com sabedoria pela Coroa. O visconde de Rio Branco, cujo nome se liga à Lei que, em 1871, libertará os filhos nascidos de escravas (a conhecida Lei do Ventre Livre), era um dos conselheiros que, nesse momento, mantinha-se reticente em relação ao projeto. Nada de afobações, pregava, já que o projeto era para ele apressado e precipitado. Embora a questão devesse ser tratada algum dia, não era o momento certo. A Guerra do Paraguai, em especial, era um dos argumentos utilizados para adiar indefinidamente a discussão: como poderia um país em guerra tratar de um assunto tão delicado, como a questão da abolição da escravidão? Já não tinham problemas suficientes?

Tal argumento encontra seu fim em 1870 e, em 1871, o assunto volta à questão devido a uma mudança na conjuntura em que era tratado. Após a crise institucional que levou à queda do gabinete Zacarias, dois outros gabinetes de ministros foram montados pelo imperador, tendo como uma das pautas o encaminhamento do projeto de liberdade do ventre cativo. O primeiro gabinete, liderado por Itaboraí, mostrou-se resoluto em não encaminhar a questão e o segundo, capitaneado pelo próprio Pimenta Bueno, autor do projeto em trâmite, foi incapaz de agregar forças políticas suficientes para passar o projeto no parlamento. Nesse momento, o novo nome

indicado foi exatamente o de Rio Branco, que adquirira prestígio político ao fim da Guerra do Paraguai e mudara de opinião, quanto à conveniência da lei para o Império do Brasil.

O que levou Rio Branco à mudança de opinião? Segundo suas próprias palavras, no início, não era bem “contra” o projeto, apenas não o via como necessário naquele momento anterior, como vimos. Agora, porém, quatro anos depois, a experiência da Guerra do Paraguai e sua percepção da conjuntura internacional mostravam-lhe a necessidade e conveniência do projeto, sob risco de, atrasando-se mais a questão, as pressões tornarem-se mais profundas sobre o Império.

A Lei do Ventre Livre, dessa forma, foi aprovada após intensa batalha parlamentar, sob constantes ataques das bancadas ligadas aos senhores do Centro-Sul do país (na câmara, por exemplo, de 48 deputados das províncias de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, 34 votaram contra o projeto e apenas 14, a favor, independente da filiação partidária). Contribuiu para a aprovação a organização em torno dos representantes do Norte-Nordeste do país (apenas 23% dos deputados da Bahia, Pernambuco e Maranhão, por exemplo, votaram contra a lei), que não pareciam mais ver na escravidão uma instituição tão fundamental à sua ordem – embora não possamos dizer que tais representantes fossem francamente abolicionistas.



Ana Labate

Figura 16.1: Os cafeicultores formavam um dos grupos que apoiava a escravidão. Café e escravidão caminharam juntos no Brasil.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/167725>

A Lei do Ventre Livre, portanto, de 28 de setembro de 1871, previa, dentre outros aspectos, a liberdade dos filhos de escravas, nascidos a partir daquela data. Não seriam mais escravos, devendo, contudo, permanecer com suas mães e seus senhores até a idade de oito anos. Depois, poderiam os senhores, a título de indenização,

escolher entre utilizar seus serviços até os 21 anos ou entregá-los aos cuidados do Estado, recebendo por isso uma compensação financeira. Regulamentava, ainda, outras disposições já mais ou menos constantes nas relações costumeiras entre senhores e escravos, tais como: reconhecimento da possibilidade de pecúlio (bens acumulados) do cativo, obrigatoriedade de concessão de alforria ao escravo que apresentasse dinheiro correspondente ao seu valor (antes, o simples fato – já difícil ao extremo – de o cativo ter o valor necessário para compra de sua liberdade não garantia que o senhor lhe concederia; este poderia negar-se), garantia de irrevogabilidade da concessão de alforria (antes, o senhor poderia revogar a qualquer momento uma alforria concedida, alegando ingratidão) etc. Criava, ainda, o Fundo de Emancipação, destinado a acelerar o processo de emancipação da população não contemplada pelo Ventre Livre (ou seja, todos os cativos nascidos até antes da aprovação da lei). Embora irrisórias na contagem geral, algumas alforrias foram de fato conseguidas, via recursos do Fundo.

O que representou a Lei do Ventre Livre para os contemporâneos? Dentre os políticos, era praticamente unânime a sensação de que, após a lei, a escravidão estava com os dias contados: não mais entravam cativos via tráfico e agora não mais nasciam cativos no país. Os escravos que existiam ainda eram os únicos que restaram e não durariam muito mais, porém poucos também acreditavam que a escravidão acabaria “naturalmente”, ao invés de por ação política: nesse momento o movimento abolicionista já começava a germinar (lembramos que o texto de Joaquim Nabuco, citado no início da aula, data de cerca de 1870, escrito num momento de fervor que começava a espalhar-se, dentre outros grupos, pelos estudantes) e em breve incidiria sobre os acontecimentos, precipitando reformas aceleradas que destruiriam a instituição de mais de trezentos anos.

Para os cativos, a lei representou uma garantia de conquistas já obtidas, em maior ou menor escala, nas relações conflituosas e violentas com os senhores. Em especial para os cativos urbanos, a lei de 1871 representou mais um instrumento nas lutas dentro do

sistema pela liberdade, via batalhas jurídicas e nos tribunais pela liberdade.

Para os senhores, em especial para os cafeicultores do Vale do Paraíba, a lei representou um golpe fatal. Nos anos de 1865-1870, como vimos, não havia percepções de riscos mais profundos de rebelião cativa. A lei do Ventre Livre foi encaminhada e aprovada, como visto, à revelia dos representantes mais diretamente ligados aos cafeicultores. Havia, naquele momento, uma separação entre a leitura da situação por parte de certos estadistas e por parte dos senhores e seus representantes: para os primeiros, o isolamento internacional do país e a Guerra do Paraguai expunham a fragilidade social do Império, e o fundamental era “reformular para conservar”, para salvar o máximo que pudessem do edifício social. Para os segundos, a situação era de relativa tranquilidade, com indícios, inclusive, de possibilidades de reprodução e maturação dos plantéis escravistas em certas regiões, como no município de Vassouras, a chamada “princesinha do café”.

A diferença entre essas percepções levou a um primeiro afastamento entre a Coroa e sua base de sustentação social, os senhores. E tal afastamento se agravaria na década seguinte, com a eclosão do movimento abolicionista e a explosão de ações dos cativos.



Atende aos Objetivos 1 e 2

2. Na análise do passado, o historiador deve sempre atentar para as relações entre ação dos indivíduos (pois, afinal, a história é feita pelos seres humanos) e condicionamentos estruturais (pois, afinal, os seres humanos não fazem a história como querem, ou num quadro em branco, mas sempre dentro de condições que lhes limitam o raio de ação).

uma maior concentração territorial da propriedade (ficou, com o passar dos anos, restrita às antigas zonas cafeeiras), uma maior concentração social (o encarecimento do preço do cativo restringiu a posse deles somente às camadas mais abastadas da população) e uma diminuição sensível no número de alforrias, devido ao menor número de cativos disponíveis. Essas mudanças, que ficaram mais evidentes a partir da década de 1860, isolou as vozes escravistas: os defensores da escravidão limitavam-se, a partir de então, aos senhores que ainda tinham acesso aos cativos. A resistência dos senhores a quaisquer mudanças, contudo, ainda era forte. Não obstante esse quadro desfavorável à escravidão, os senhores mantinham esperanças de continuidade do regime escravista por um bom tempo. Afinal, o aumento no equilíbrio entre os sexos no seio dos plantéis escravistas levou, em algumas regiões, a um aumento na tendência à autorreprodução dos escravos, ou seja, a reprodução natural passou a minorar a falta que o tráfico causava, enquanto canal de reprodução do sistema de mão de obra cativa.

Internacionalmente, a situação contribuiu, porém, à crise dessa tendência de reprodução. A Guerra Civil norte-americana derrubou o último aliado nacional escravista do Império do Brasil, que se isolou, enquanto país independente, no rol das nações, por ainda utilizar o braço escravo. A Guerra do Paraguai, por outro lado, expôs aos estadistas do Império a fragilidade do Brasil: envolvido numa guerra total, com necessidade de ampla mobilização popular para a vitória, o país precisava contar com a força dos libertos para fazer a guerra. A situação social do país perigava descambar para um racha profundo, talvez até uma guerra civil. Sem falar, é claro, no risco de revoltas e rebeliões escravas, endêmicas ao sistema escravistas. Esse conjunto de fatores contribuiu para a batalha pela aprovação da lei de 1871, a primeira a pôr no horizonte a visualização do fim da escravidão no Brasil.

Segunda fase: destruição da escravidão (1879-1888)

A lei de 1871, que contou com ferrenha oposição dos senhores do Centro-Sul, como vimos, foi alvo de mudanças de opiniões na década seguinte. Vários daqueles que a apoiavam queriam mais, achavam-na insuficiente para encaminhar o fim da

escravidão e buscavam a abolição imediata. Eram os abolicionistas. Os que se opuseram à lei, contudo, passaram a agarrar-se a ela para evitar novas leis que pusessem fim à escravidão. Diziam que o assunto já estava encaminhado e que o fim da escravidão viria sem maiores percalços. Não havia necessidade de apressar as coisas, de avançar mais nesse sentido. Já era assunto resolvido, contudo cada vez menos pessoas assim pensavam. As mudanças estruturais que vimos no **Quadro 16.1** eram agora mais acentuadas. O conjunto das relações sociais que predominava até meados da década de 1860 (alta taxa de africanidade – isto é, de cativos africanos, e não negros nascidos na América, nos plantéis –, alta taxa de masculinidade – isto é, de homens dentre os cativos – etc.), que consistia na chamada *dinâmica africana* da escravidão no Brasil (ou seja, as relações escravistas eram pautadas majoritariamente por elementos africanos) foi sendo substituída por uma *dinâmica crioula*, ou brasileira, da escravidão (isto é, tendência a um maior equilíbrio entre os sexos, à crioulação da população cativa etc.). Isso significa, em relação à própria dinâmica da escravidão, que os cativos passavam a dominar cada vez melhor os códigos culturais da sociedade escravista imperial, passando a integrar-se ao sistema escravista de uma forma inédita na história do país, contudo, dominando melhor os códigos sociais, esses cativos passavam a movimentar-se melhor nos meandros da sociedade, aumentando seu potencial de periculosidade frente aos senhores.

Combinada à dinâmica crioula aumentava em muito a concentração da propriedade escrava junto às áreas de cultivo, em especial do café. A transferência de cativos dava-se basicamente das cidades para o campo. A partir da década de 1880, chegavam cada vez mais imigrantes nas cidades e o trabalho escravo ia diminuindo, até o ponto de não ser mais necessário estruturalmente. Novas camadas sociais urbanas forneceram amplo suporte ao abolicionismo, no início do movimento. Muitos membros dessas camadas urbanas eram profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, professores, funcionários públicos etc.), que

se afastavam, por diversas razões, da escravidão e do clientelismo dos fazendeiros e adotavam a bandeira abolicionista. Nos círculos estudantis também crescia o apoio ao abolicionismo. As camadas pobres da população, cada vez mais afastadas das possibilidades de obter cativos, passavam a solidarizar-se com a sorte daqueles ainda presos ao cativeiro. A expansão de novas atividades econômicas nas cidades era baseada, cada vez mais, no emprego de trabalhadores livres, muitos deles recém-libertos ou descendentes ou parentes de escravos. Esses trabalhadores, que em muitos casos trabalhavam lado a lado com escravos, viam na manutenção do cativeiro um empecilho para que obtivessem melhores condições de trabalho. Tais trabalhadores, crescentemente, organizavam-se em associações de auxílio mútuo e de defesa de seus interesses. Organizações estas que se tornaram importantes bastiões da luta abolicionista.

Em especial nas cidades, a imprensa abolicionista teve um papel fundamental na propagação de ideias, angariando apoio e denunciando os horrores do cativeiro. Ainda que a esmagadora maioria da população fosse analfabeta, as leituras em voz alta de trechos dos periódicos e as reuniões em clubes e conferências bastavam para propagar amplamente, de ouvido, aquelas notícias e denúncias. Não era raro que esses jornais sofressem atentados de grupos ligados aos fazendeiros escravistas e que seus editores constantemente se vissem às voltas com ameaças de morte. Os jornais, nos centros urbanos, foram fundamentais para a formação de uma opinião pública forte e contrária à escravidão. Publicando os debates que ocorriam na Câmara e no Senado, conclamando que os brasileiros unissem-se contra o “cancro roedor” da sociedade, servindo de canal para expressão de intelectuais antiescravistas, além de suas sedes e pontos de venda servirem de locais de encontro dos abolicionistas para discutir suas ideias.

Tal opinião fez crescer as pressões, levando a questão da abolição novamente às discussões políticas, cada vez com mais força. Em 1879, foi encaminhado, pela primeira vez, um projeto abolicionista no parlamento. Em 1880, foi levantado na Câmara

um pedido para urgência nas discussões sobre a abolição imediata (pedido recusado por 77 votos a 18). Levantavam-se com força os defensores do escravismo, aqueles parlamentares mais diretamente ligados aos senhores do Vale do Paraíba, mesmo que o crescimento da cafeicultura do Oeste Paulista, ainda amparado na escravidão, mas já contando com a introdução da imigração, tenha isolado ainda mais os defensores mais convictos do cativo. No meio dos calorosos debates, em 1884, duas províncias do Império, o Ceará e o Amazonas, aboliram em definitivo a escravidão em seus limites. Nesse clima, foi apresentado um projeto pelo ministério liberal, liderado pelo conselheiro Dantas.

O Projeto Dantas previa a libertação imediata dos escravos acima de sessenta anos, sem compensação financeira aos proprietários. As pressões dos setores escravistas não cessaram e mostraram que ainda tinham força bastante para provocar a queda do ministério e a substituição por outro, liderado pelo conselheiro Saraiva. Tendo introduzido mudanças significativas no texto de Dantas, o projeto foi transformado em lei no dia 28 de setembro de 1885, 14 anos após o *Ventre Livre*, no ministério conservador do barão de Cotegipe. Tal lei ficou conhecida como Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe e previa a libertação dos cativos com mais de sessenta anos, embora eles tivessem agora que trabalhar mais cinco anos a título de indenização aos senhores.

Embora tivesse como um dos intuitos acalmar a onda abolicionista, a Lei dos Sexagenários acabou provocando efeito oposto, ao inflamar ainda mais o movimento, que a considerava ineficaz, imoral e legitimadora da escravidão, na medida em que previa a indenização dos senhores pela perda de sua propriedade, o que era inconcebível pelos abolicionistas, que não reconheciam a legitimidade e a legalidade da escravidão. Além disso, nesse momento, a luta já extravasara da Assembleia para as ruas: como vimos acima, a imprensa, os clubes, os movimentos de protestos, unindo intelectuais, profissionais liberais, estudantes, camadas pobres livres (muitos dos quais ex-escravos) etc., já tinham presença

cada vez mais marcante nos cenários urbanos. Nas fazendas, os movimentos mais radicais, dos quais os caifazes são um exemplo, aumentavam o pânico dos senhores sobre os rumos do processo de abolição. Assim, a “tentativa desesperada daqueles que se apegavam à escravidão para deter a marcha do processo”, nas palavras da historiadora Emília Viotti da Costa para classificar a Lei dos Sexagenários, não se mostrava eficaz. A condução do movimento passara das bancadas políticas para as ruas, para o povo. O golpe final seria dado pelas ações derradeiras dos maiores interessados na abolição: os escravos e libertos.



Caifazes

Caifazes foi um grupo organizado por Antonio Bento, filho de um farmacêutico, em São Paulo, em 1841. Eles denunciavam pela imprensa os horrores da escravidão, defendiam na Justiça os cativos, organizavam atos públicos em favor da emancipação, recolhiam dinheiro para alforrias etc. Mas não paravam aí: os caifazes também perseguiram capitães do mato, sabotavam as ações policiais, instigavam escravos a fugir das senzalas, fornecendo os meios e protegendo-os nas fugas etc. Sua ação incrementou-se a partir da década de 1880.

A partir de 1885, o movimento abolicionista radicalizou-se. Embora não tenham constituído um bloco completamente homogêneo em termos de ideias e opiniões (vários abolicionistas eram republicanos, outros eram monarquistas etc.), os abolicionistas tinham algo que os unia: a luta em defesa da abolição e pela integração do ex-escravo no mundo da cidadania. Nem todos concordavam quanto aos meios (havia os que, mais moderados, defendiam a abolição pela via legal; outros, mais radicais, defendiam a abolição pelo combate), mas todos concordavam com a necessidade urgente de uma medida eficaz.

A partir de 1885, as rebeliões nas senzalas e as fugas em massa de escravos explodiram. Canaviais incendiados, assassinatos de feitores e senhores, repressão às manifestações urbanas, tudo contribuía para a instalação de um clima de caos e desordem. A ação dos escravizados, agora absorvida no movimento abolicionista e com novo significado, no sentido de tratada não mais como crime pelo movimento, mas como alegoria justificada da liberdade, foi o gatilho que levou ao encaminhamento da proposta final de abolição em 1888.

A Lei Áurea, como ficou conhecida, deve, portanto, ser entendida nesse contexto de movimentações e ações populares, e não como iniciativa vinda do alto. A Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, na verdade, veio para corroborar uma situação de fato: a escravidão estava destruída, sem chances de manter seus cacos por muito mais. Símbolo disso é que, à época da assinatura, “apenas” 5% dos cativos eram ainda legalmente escravos, a maioria esmagadora concentrada no Vale do Paraíba Fluminense (aliás, dos nove deputados que votaram contra a Lei Áurea, oito eram representantes dos cafeicultores dessa região).

Devemos agora procurar entender a Lei Áurea, cuja assinatura foi celebrada com festa pelas principais cidades do Império, em relação com as propostas dos abolicionistas, destacando os principais quadros do movimento.

O radicalismo das propostas abolicionistas era algo que os unia. Donos de biografias tão distintas, quanto Luís Gama, André Rebouças, José do Patrocínio ou o já citado Joaquim Nabuco têm muito em comum na sua luta e no modo como encaravam a escravidão. A abolição imediata e incondicional não era um fim em si mesmo, mas um primeiro passo. A ideia principal que os unia era a superação de toda a matriz escravista, isto é, a superação total da velha sociedade e sua refundação sobre novas bases, mais democráticas, igualitárias e integradas. A expansão da cidadania e dos direitos para os ex-escravos era parte integrante da proposta do movimento. Nesse sentido, a assinatura da Lei Áurea, embora

cumprisse parte do programa abolicionista, acabou por esvaziar os demais aspectos do projeto, deslocando a discussão apenas para a abolição imediata e sem indenizações aos senhores. A Lei Áurea, além disso, associou-se intimamente ao Império, seja à figura paternalista da Princesa Isabel (e, assim, vista como concessão do mundo senhorial), seja ao aparelho de Estado imperial que se tornara incapaz de responder aos anseios dos antigos setores escravistas. Ao mesmo tempo em que a Coroa perdia sua base principal de sustentação, identificada aos fazendeiros, perdia também o movimento abolicionista sua já rara organicidade social (isto é, sua relação com setores mais amplos da sociedade), com o deslocamento simbólico da Lei Áurea para a figura da Coroa.

Os famosos “Republicanos do 14 de maio”, ou seja, aqueles que não viam no Império mais do que um defensor de suas prerrogativas escravocratas e que se sentiram desamparados após a Lei Áurea, causaram um golpe de morte da monarquia. Pouco mais de um ano depois, o Império cairia nas mãos de um golpe sem muito apoio popular. Abolicionistas monarquistas, como Joaquim Nabuco, sentiram-se amargurados. Estava feita a Abolição sem que se houvesse cumprido a missão que o Abolicionismo tomara para si.



Luís Gama

Filho de um português com uma africana liberta, Luís Gama nasceu em 1830. Embora nascido livre, foi vendido ilegalmente pelo pai quando tinha dez anos de idade. Apesar disso, aprendeu ofícios e a ler, e escrever, tendo consciência de sua condição de ilegalmente cativo e lutando para provar sua liberdade, o que conseguiu fazer. Começou, então, a atuar como rábula, isto é, advogado sem diploma, e iniciou diversas batalhas jurídicas a favor da libertação dos cativos contra seus senhores. Reuniu em torno de si um respeitável círculo abolicionista, mas morreu em 1882, vítima da diabetes, sem ver a Abolição realizada.



André Rebouças

Nascido em 1838, filho de um notável deputado do Império, cujos pais, por sua vez, eram um português e uma liberta, graduou-se em Engenharia e foi um dos mais importantes representantes dos círculos intelectuais abolicionistas, ligados à ascensão das camadas urbanas, engajou-se na campanha na década de 1880 e ajudou a criar a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, ao lado de pessoas, como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. Monarquista convicto suicidou-se em 1892, em Funchal, desgostoso dos rumos da República.

José do Patrocínio

Filho de um vigário de Campos e de uma escrava africana, nasceu em 1854 e passou sua infância como liberto. Na adolescência, foi para o Rio de Janeiro após completar os estudos primários, empregando-se provisoriamente até concluir o curso de Farmácia, aos vinte anos. Aos 21, inicia sua carreira de jornalista, tendo trabalhado em diversos periódicos. Destaca-se o fato de ter assumido a direção da *Gazeta da Tarde*, incrementando ainda mais a defesa que já fazia da abolição da escravidão. Foi um dos principais representantes da pena abolicionista na imprensa imperial, tendo entrado posteriormente na política. Morreu em 1905.

Joaquim Nabuco

Nascido em 1849, filho de um dos mais eminentes políticos imperiais, acumulou diversas funções na vida, como político, diplomata, historiador (é autor de uma das mais monumentais obras sobre o Império), jurista e jornalista. Desde estudante, já produzia escritos condenando a escravidão e pregando a abolição, direção que manteve ao iniciar sua carreira política e jornalística. Foi um dos principais abolicionistas no Parlamento. Como outros abolicionistas, defendia que a abolição fosse feita de forma parlamentar, isto é, sem rupturas ou violência, mas por meio da ação do Estado. Monarquista convicto, retirou-se momentaneamente da vida política após a Proclamação da República, voltando à cena após alguns anos como embaixador. Morreu em 1910, em Washington, EUA.

Resposta Comentada

A Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888, esvaziou profundamente o sentido radical do projeto abolicionista. Ao ser assinada pela princesa Isabel, a lei acabou por dar à Abolição o sentido de “concessão” do Estado Imperial aos agora ex-escravos, havendo o gesto destituído de significado às lutas dos abolicionistas e dos cativos em prol de uma vitória do Estado. Dessa forma, assinada a lei, o esforço dos abolicionistas e dos cativos em dar às revoltas não o sentido de violência, mas o de luta justa e necessária pela liberdade, perdeu terreno, assim como perderam terreno as demais diretrizes do projeto (integrar o ex-escravo nos direitos do cidadão, via educação, trabalho, distribuição de terras etc.). Não obstante, o esforço do Estado Imperial em chamar para si a vitória na Abolição causou um revés: os antigos proprietários de escravos, última fortificação que sustentava a monarquia, abandonou-a por ressentimento, passando a apoiar a República. Os “republicanos do 14 de maio”, como ficaram conhecidos, ajudaram a dar o golpe fatal no regime monárquico.

CONCLUSÃO

Abolicionistas são todos os que confiam num Brasil sem escravos; os que predizem os milagres do trabalho livre, os que sofrem a escravidão como uma vassalagem odiosa imposta por alguns, e no interesse de alguns, à nação toda; (...) Isso quer dizer que nós vamos ao encontro dos supremos interesses da nossa pátria, da sua civilização, do futuro a que ela tem direito, da missão a que a chama o seu lugar na América; mas, entre nós e os que se acham atravessados no seu caminho, quem há de vencer? É esse o próprio enigma do destino nacional do Brasil. A escravidão infiltrou-lhe o fanatismo nas veias, e, por isso, ele nada faz para arrancar a direção daquele destino às forças cegas e indiferentes que o estão, silenciosamente, encaminhando.

Começamos com Joaquim Nabuco, finalizaremos com Joaquim Nabuco. Essas são as palavras que encerram um de seus mais famosos textos, “O Abolicionismo”, publicado em 1881.

Podemos, lendo com atenção as palavras de Nabuco, repassar o que aqui vimos e apontar para outras direções. Qual o significado do movimento abolicionista para aqueles que dele participaram – intelectuais, camadas médias, escravos e pobres livres etc.? Qual o significado do movimento para as gerações posteriores, inclusive a nossa? Como podemos perceber a abolição da escravidão hoje, mais de 120 anos depois?

O historiador Manolo Florentino, em apresentação de um livro recente, declara que “a escravidão, tal como se expressou nas Américas ou na Antiguidade, não passa de tecido morto”. Esse tecido morto, contudo, parece afigurar-se a nós mais vivo do que nunca, em discussões que buscam na escravidão a peculiaridade de nossa formação, e na abolição, ou melhor, na forma como ela se deu, uma das origens das nossas desigualdades.

“Conhecer o passado é a única forma de nos libertarmos dele, isto é, destruir os seus mitos”, diz-nos um autor. Se tomarmos esse dito a sério, perceberemos que tratar do problema da escravidão é missão mais atual do que nunca.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 4

Esta última atividade desta aula é aberta. Significa que não há uma resposta definitiva. Mantendo a firme convicção que o estudo da História é filho de seu tempo, procure conjugar o aprendido nesta aula com a situação atual do Brasil. De que forma, podemos perceber reflexos dos mais de três séculos de escravidão? Que resquícios restaram, hoje, das desigualdades produzidas pela escravidão? Procure, na elaboração de sua resposta, priorizar a articulação dos conhecimentos adquiridos com a análise de fontes atuais que possibilitem a reflexão sobre o tema (jornais, revistas, discursos parlamentares etc.).

Aula 17

Crise do Império e a proclamação da República

Mariana Muaze

Meta da aula

Apresentar os principais fatores que provocaram a crise do Império e a proclamação da República.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer os debates em torno da proclamação da República, travados pelos contemporâneos do evento, e identificar a importância do debate historiográfico para a superação dos mesmos;
2. identificar a centralidade dos processos de deslegitimação da escravidão e de crise de hegemonia do Estado imperial, para a compreensão do desgaste do regime monárquico no Brasil;
3. reconhecer a relevância das ações dos diferentes grupos sociais, principalmente urbanos, na consolidação de um espaço público de crítica à Monarquia e a influência dos mesmos na crise do Império;
4. identificar as diferentes interpretações historiográficas sobre a proclamação da República.

Pré-requisitos

Para que esta aula seja bem aproveitada, é fundamental que você tenha estudado e compreendido as Aulas 14, 15 e 16, que apontaram importantes mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas nas décadas de 1870 e 1880 no Brasil e que provocaram a chamada "crise do Império", como veremos a seguir.

INTRODUÇÃO

Entre a Monarquia e a República

No romance *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis, o conselheiro Aires saiu cedo para o seu passeio matinal. Era a manhã de 15 de novembro de 1889 e, para espairar, dirigiu-se ao Passeio Público:

(...) O mar estava crespo. Aires começou a passear ao longo do terraço, ouvindo as ondas, e chegando-se à borda, de quando em quando, para vê-las bater e recuar. (...)

Enfim, cansou e desceu, foi-se ao lago, ao arvoredo, e passeou à toa, revivendo homens e coisas, até que se sentou em um banco. Notou que a pouca gente que havia ali não estava sentada, como de costume, olhando à toa, lendo gazetas ou cochilando a vigília de uma noite sem cama. Estava de pé, falando entre si, e a outra que entrava ia pegando na conversação sem conhecer os interlocutores; assim lhe pareceu, ao menos. Ouviu umas palavras soltas, *Deodoro, batalhões, campo, ministério* etc. Algumas, ditas em tom alto, vinham acaso para ele, a ver se lhe espertavam a curiosidade, e se obtinham mais uma orelha às notícias. Não juro que assim fosse, porque o dia vai longe, e as pessoas não eram conhecidas. O próprio Aires, se tal coisa suspeitou, não a disse a ninguém; também não afiou o ouvido para alcançar o resto. Ao contrário, lembrando-lhe algo particular, escreveu a lápis uma nota na carteira. Tanto bastou para que os curiosos se dispersassem, não sem algum epíteto de louvor, uns ao governo, outros ao exército: podia ser amigo de um ou de outro.

Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa, e seguiu até o Largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem

completa. Na Rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas. Voltou ao largo, onde três tálburis o disputaram; ele entrou no que lhe ficou mais à mão, e mandou tocar para o Catete. Não perguntou nada ao cocheiro; este é que lhe disse tudo e o resto. Falou de uma revolução, de dois ministros mortos, um fugido, os demais presos. O imperador, capturado em Petrópolis, vinha descendo a serra.

Aires olhava para o cocheiro, cuja palavra saía deliciosa de novidade. (...) Quis saber mais, mostrou-se interessado e curioso, e acabou perguntando se realmente houvera o que dizia (ASSIS, 2011).

Fonte: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2042

Por meio das percepções do conselheiro Aires, Machado descreveu uma manhã diferente das usuais para o dia 15 de novembro. Apesar da aparente normalidade encontrada no Passeio Público, o agito das conversas e a curiosidade dos que por ali passavam chamavam a atenção de Aires. Mas, ao entrar num tálburi a caminho de casa, nem foi preciso perguntar para que fosse informado pelo cocheiro dos acontecimentos da madrugada num tom de fofoca e sempre aumentando os fatos. Nesta passagem, o “boca a boca”, “as notícias desencontradas”, “as palavras soltas” foram tudo o que o personagem conseguiu de informação. No entanto, a origem dos boatos tinha fundamento: a Monarquia havia caído!

Assim como no texto anterior, os registros contemporâneos sobre o 15 de Novembro de 1889 dão diferentes conotações para o evento, dependendo de que lado estava quem os escreveu. Como mostrou a historiadora Angela de Castro Gomes, as manchetes e as descrições do fato nos muitos jornais do país variaram conforme a vinculação política: monarquista ou republicana. Para os primeiros,

havia sido um golpe, para os últimos, uma revolução. O jornal *O País*, por exemplo, publicou no dia 16 de novembro a seguinte coluna intitulada *O dia de ontem*:

Não podia ser mais imponente o aspecto que apresentavam as forças de terra e mar, formadas no Campo da Aclamação, desde o amanhecer, em frente ao quartel das primeiras, onde situada a secretaria de guerra, conservava-se prisioneiro do povo e dos militares o gabinete decaído. (...) Ao ser comunicada ao povo e aos militares a queda do ministério, levantaram-se aclamações de todos os lados à república Brasileira e vivas estrepitosos, enquanto o parque de artilharia dava uma salva de 21 tiros (...). O General Deodoro, redator-chefe de *O País*, Sr. Quintino Bocaiuva, e o tenente-coronel Benjamin Constant foram então disputados pelo povo e pelos militares, que os carregaram em verdadeiro triunfo (apud GOMES, 2001, p. 14).

A tônica da passagem era a derrubada da Monarquia, a prisão e a deposição do gabinete ministerial. A versão deste e de outros jornais republicanos sobre o 15 de Novembro ressaltava a participação dos populares que acompanharam e saudaram os líderes civis e militares envolvidos, além do caráter pacífico e ordeiro da proclamação da República. Suas narrativas afirmavam que a Monarquia havia sido deposta sem resistência, pois já estava “caduca”, ultrapassada pelos ideais progressistas do final do século XIX. Fruto da aspiração popular, a República seria conduzida por um grupo de idealistas e corajosos que conseguiram integrar o país nas modernas tendências do século (CARVALHO, 1990). Nestas versões, os líderes republicanos civis mais destacados eram Aristides Lobo, Silva Jardim, Quintino Bocaiuva e José do Patrocínio, que fizeram discursos aclamativos na rua do Ouvidor e receberam salvas do povo, logo após o evento militar na praça da Aclamação. Já entre os militares, os nomes mais citados eram os de Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. O único contratempo apontado foi o ferimento do ministro da Marinha, o barão de Ladário, que levou dois tiros ao resistir à deposição.

Estes periódicos ressaltavam ainda o caráter democrático e libertário do 15 de Novembro, seja com textos, seja com imagens no caso das revistas ilustradas:

A partir de hoje, 15 de novembro de 1889, o Brasil entra em nova fase, pois pode-se considerar finda a Monarquia, passando a regime francamente democrático com todas as consequências da Liberdade. (...) Assim desaparece a única Monarquia que existia na América e, fazendo votos para que o novo regime encaminhe a nossa pátria a seus grandes destinos, esperamos que os vencedores saberão legitimar a posse do poder com o selo da moderação, benignidade e justiça, impedindo qualquer violência contra os vencidos e mostrando que a força bem se concilia com a moderação. Viva o Brasil! Viva a Democracia! Viva a Liberdade (GAZETA..., 1889)!

Fonte: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaio/LiteraturaInfantil/Link%20rep%FAblica.htm>



Figura 17.1: Homenagem da *Revista Ilustrada* à proclamação da República. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%BAblica_do_Brasil.

Ao contrário, os muitos simpatizantes do Império preferiram descrever o evento como confuso, desorganizado, destituído de participação popular, afirmando que a maioria da população, pega de surpresa, acreditava estar assistindo simplesmente a mais uma queda de gabinete. Para estes monarquistas, o 15 de Novembro foi fruto da indisciplina das classes armadas, que, com o apoio de alguns fazendeiros descontentes com a manumissão dos escravos, empreenderam o golpe. Nesta linha, o periódico *A Novidade* narrou os mesmos acontecimentos da seguinte forma:

A população desta cidade foi hoje, ao acordar, sobressaltada pela notícia de graves acontecimentos que se estavam passando no quartel general do exército, em ordem a despertar as mais sérias inquietações. Era assustador o aspecto que oferecia a Praça da Aclamação, na parte em que se acha situado o referido exército e circunvizinhanças.

O quartel estava fechado e guardado por uma força do corpo militar de polícia, de baioneta calada, pronta ao primeiro ataque, corpo de bombeiros, 1º batalhão de infantaria e batalhão naval, municiado e dispendo de uma metralhadora. Deviam embarcar hoje dois batalhões, e como boatos alarmantes se haviam propalado sobre a provável recusa daqueles corpos do exército, o ministério providenciara para que se fizesse o embarque sem novidade. O Sr. Ministro da Guerra conservou-se até adiantadas horas da noite na sua repartição. Número superior a 400 praças do corpo de polícia estiveram de prontidão, sendo retiradas até algumas que se achavam de serviço nas estações. Os regimentos de cavalaria nos 1º, 9º e o 2º de artilharia manifestaram-se em revolta e armados intentaram atacar o quartel general e do corpo de polícia. O comandante de um dos regimentos de cavalaria abandonou o quartel à vista do ânimo exaltado das praças. (...) No arsenal da marinha permaneceram até pela manhã os Srs. ministros da justiça e marinha. (...) A verdade, porém, é que o Sr. ministro da marinha se apresentou à porta do quartel general, sendo-lhe impedida a entrada pelo Sr.

General Deodoro; respondendo o ministro que o governo ia cumprir o seu dever, puxou dois revólveres, empunhando-os em posição de disparar. Nessa ocasião, um praça do exército disparou alguns tiros que atingiram S. Ex.. O Sr. ministro caiu ferido, sendo transportado em braços para o palacete Itamaraty. Seguiram para a Praça da Aclamação o corpo policial da província do Rio e contingente do batalhão naval. Todo o movimento social da cidade acha-se paralisado. O comércio em grande parte fechou as portas. As ruas mais freqüentadas nos dias ordinários estão desertas; raros transeuntes passam apressados, como perseguidos. (...) O serviço de bondes é feito com grande irregularidade; há longos intervalos no trânsito dos carros, que chegam aos pontos de estação aos grupos de cinco e seis. (...)

Fonte: <http://educador.brasilecola.com/estrategias-ensino/a-proclamacao-republica.htm>

Do ponto de vista contrário ao novo regime, havia ainda a versão de que Deodoro não proclamou a República, pois tudo não passou de um ato improvisado. Buscando consolidar a ideia da fragilidade do governo que se iniciava, muitos críticos afirmavam que a verdadeira proclamação da República teria ocorrido na Câmara Municipal, às 15 horas, quando foi feito o anúncio público que oficializou o novo regime na presença de republicanos civis e militares, deputados e populares.

Todo esse cenário de disputas políticas e ideológicas entre republicanos e monarquistas não era novidade e vinha se acirrando desde, pelo menos, as décadas de 1870/80, impulsionado por contingências históricas que trouxeram grandes transformações, tais como: a Guerra do Paraguai, o movimento abolicionista, o manifesto republicano, o crescimento urbano e a fundação de partidos republicanos pelo Brasil.

Mesmo após a proclamação da República, as divergências entre monarquistas e republicanos continuaram no campo do debate

histórico. Os escritos pró-republicanismo criticavam a excessiva centralização política do Império, a existência do Senado vitalício, as fraudes eleitorais e a figura de D. Pedro II como estadista. A síntese mais elaborada sobre o período foi escrita pelo republicano Felício Buarque, em 1894. Na visão do autor, os fatores que desencadearam a proclamação da República foram a difusão das ideias republicanas, a repercussão da Lei Áurea, a insatisfação do Exército e a má disposição em relação a um terceiro reinado. O livro acusava a Monarquia de corrupção, violência e desgoverno.

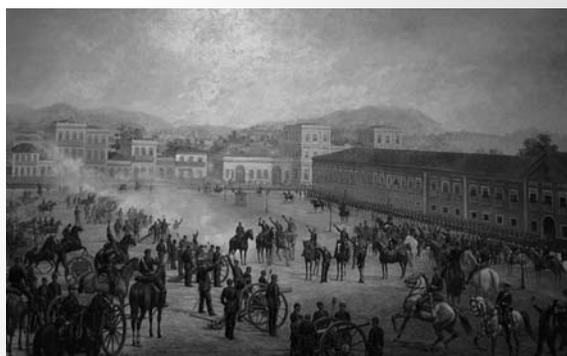


Figura 17.2: *Proclamação da República* (1893), de Benedito Calixto. Acervo da Pinacoteca Municipal de São Paulo.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%ABlica_do_Brasil.

Não foi somente por meio de relatos escritos que os republicanos buscaram consolidar uma dada interpretação vitoriosa e gloriosa do 15 de Novembro. Este quadro de Benedito Calixto, pintado durante o governo de Floriano Peixoto, demonstra que a luta entre monarquistas e republicanos estendeu-se ao campo da visualidade, com a utilização de pinturas, caricaturas e outros tipos de imagens na disputa política. Na tela, vemos Deodoro da Fonseca ao centro do Campo da Aclamação, atual praça da

República, no Rio de Janeiro, cercado por três civis e vários militares que festejavam a vitória do movimento republicano. A cena montada destaca o protagonismo militar, além de dar um tom heroico e organizado ao evento, compartilhando, portanto, da versão republicana dos fatos.



Praça da República

O local retratado é a atual praça da República, no Rio de Janeiro, que recebeu esta denominação em homenagem ao 15 de Novembro. Durante a colônia, ali havia um grande pântano que, depois de aterrado, foi denominado de Campo da Cidade ou Campo de São Domingos, mas, por volta de 1753, foi popularmente chamado de Campo de Santana, devido à igreja que lá havia até 1854. Em outubro de 1822, a localidade também recebeu a alcunha de praça da Aclamação, devido à aclamação de D. Pedro I, ali realizada. Se você se interessa pela temática das disputas políticas entre monarquistas e republicanos no imaginário popular e no universo sociocultural urbano, vale a pena conferir o livro *Formação das almas*, de José Murilo de Carvalho. Boa leitura!

Em contrapartida, do lado dos monarquistas, os trabalhos de Afonso Celso de Assis Figueiredo, o visconde do Ouro Preto refutavam a versão dos republicanos, afirmando que o Império foi

um período de glórias, progresso e unidade nacional, em que o Brasil transformou-se na primeira potência sul-americana. Já o visconde de Taunay, político conservador e monarquista, criticava a República, descrevendo-a como “uma paródia ridícula e sanguinária do regime democrático, imposição e partilha de um grupo mínimo com exclusão absoluta da vontade e do voto do povo”.

Os inúmeros depoimentos, memórias, imagens, artigos de jornais e outros escritos deixados sobre o período tornam o estudo das últimas décadas do Império e da proclamação da República bastante instigante para os historiadores. Contudo, essa diversidade de relatos também traz interpretações conflitantes, dependendo das fontes trabalhadas, dos temas e problemas ressaltados nas diferentes épocas em que a questão foi abordada. Como você deve ter notado, a partir dos exemplos citados, os primeiros escritos sobre o 15 de Novembro caracterizaram-se por serem tomadas de posição político-ideológica, embasadas em opiniões de contemporâneos, e não por realizarem pesquisas e análises dos processos históricos que culminaram com a queda da Monarquia e sua substituição por outro regime de governo.

Uma importante ruptura com esse modelo ocorreu, sem dúvida, com os trabalhos de Caio Prado Jr. Ao colocar em segundo plano os grandes personagens e eventos, o historiador defendeu uma interpretação mais processual na qual a principal causa da proclamação da República foi a inadequação das instituições imperiais às transformações econômicas da segunda metade do Oitocentos. Para ele, abolição e decadência das oligarquias tradicionais, ligadas à terra, industrialização, imigração, urbanização, todos esses fatores impulsionaram uma nova mentalidade progressista que acabou por colidir com o funcionamento das instituições monárquicas. Dentre os grupos influenciados por estas novas ideias, o Exército foi o mais organizado e o que teve uma responsabilidade mais direta pela República. Quanto à participação do povo, Caio Prado Jr. partilhava da ideia de que este esteve completamente alheio ao processo, haja vista ter sido a República um golpe de bastidores.

As ideias de Caio Prado Jr. seriam desenvolvidas por outros historiadores que passaram a destacar as conexões entre a proclamação da República e as transformações ocorridas na estrutura econômica e social do país durante o Segundo Império. Nesta linha, temos os trabalhos de Nelson Werneck Sodré, Leôncio Basbaum e de estudiosos ligados à Escola Sociológica Paulista, como Octavio Ianni, Paula Beiguelman e Fernando Henrique Cardoso, que trataram a questão no contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Dentre essas pesquisas, merece destaque, ainda, a obra clássica *Da Monarquia à República*, de Emília Viotti da Costa, publicada em 1977. No capítulo “Proclamação da República”, a autora criticou a interpretação de Oliveira Vianna e Pandiá Calógeras, bastante aceita na historiografia e nos livros didáticos, de que a proclamação da República foi causada pela tríade abolição, questão militar e questão religiosa. Segundo ela, esta visão centra-se em três fatores que, sozinhos, são insuficientes para derrubar o regime. Emília Viotti defendeu que a falta de adaptabilidade do sistema político vigente às mudanças profundas da segunda metade do Oitocentos desgastou, definitivamente, o Império. As contradições de interesses entre os diversos grupos econômicos, a distância das províncias do centro do poder (Corte) e a dificuldade de acomodar novas forças econômicas contribuíram para que a Monarquia fosse derrubada, sem que ninguém pegasse em armas para defendê-la. Sua análise, assim como dos demais estudiosos, influenciados por Caio Prado Jr., destacava a importância fundamental das tensões entre a velha estrutura colonial em vigor (atrelada à escravidão) e a nova ordem econômica decorrente do capitalismo industrial em expansão no mundo. Em sua interpretação, em termos de composição social, o advento da República resultou da conjugação de três forças:

Uma parcela do exército, fazendeiros do oeste paulista e representantes das classes médias urbanas que, a obtenção dos seus desígnios, contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais.

Momentaneamente unidas em torno do ideal republicano conservavam, entretanto, profundas divergências, que desde logo se evidenciaram na organização do novo regime. (...) A debilidade das classes médias e do proletariado urbano propiciou a preponderância das oligarquias rurais até 1930 (COSTA, 1979, p. 326).



Atende ao Objetivo 1

1. Leia os artigos publicados no dia seguinte à proclamação da República:

E o regime do privilégio está abolido! A República está proclamada! A unidade da Pátria está salva! Tudo em plena paz. (...) Desamparado pela população, assim isolado no seio do país, a um tal sistema governativo só restava baquear como baqueou. (...) Estavam previstas as consequências dessa política fatal: a gloriosa e fecunda revolução de ontem completou a grande obra do nosso passado histórico. Povo! Saudemos o exército e a armada! Concidadãos! Saudemos a República, saudemos a Pátria livre. Viva o exército! Viva a armada! Viva a República! Viva a Pátria (A FEDERAÇÃO, 1889)!

Constando ontem ao conselheiro de estado Andrade Figueira que os ministros do 6 de junho estavam presos no quartel general, dirigiu-se para ali o Ex e, antes de falar aos ministros o que soube, a ordem de prisão já havia sido suspensa. O conselheiro Andrade Figueira, ao ver os ministros, animou-se a se retirarem para suas repartições, prestando-se a acompanhá-los, ao que não quiseram anuir, não obstante ponderar-lhes a conveniência de desvanecer-se assim o boato que corria. Então os ministros declararam que haviam sido depostos de seus cargos pelo Exército. É inútil encarecer a gravidade dos acontecimentos. Os nossos conselhos e advertências, embora moderada e imparcialmente feitos, não foram atendidos. A situação é tão difícil que só da prudência e do patriotismo se deve tirar conselho (PROGRAMAÇÃO..., 1889).

a. Analise em que correntes políticas estes jornais enquadravam-se. Justifique sua resposta com base no que você aprendeu.

b. Resuma as principais ideias de Emília Viotti da Costa sobre o processo que levou o Brasil “da Monarquia à República”.

Resposta Comentada

a. O primeiro artigo apoia o movimento republicano que depôs a Monarquia, justificando-o como uma abolição do “regime do privilégio” e chamando-o de revolução. Nesta versão, a república proclamada em 15 de novembro de 1889 finalizava uma “obra do nosso passado histórico”, provavelmente, fazendo identificações com algumas revoltas regenciais.

O segundo artigo apresentou o 15 de Novembro de forma receosa, considerou graves e difíceis os acontecimentos e recorreu ao patriotismo e à prudência para a solução dos problemas, identificando-se, assim, com a vertente monarquista dos fatos.

b. Emília Viotti da Costa criticou a interpretação clássica de Oliveira Viana e Pandiá Calógeras sobre as causas da proclamação da República, segundo a qual o evento teria sido causado pela tríade abolição, questão militar e questão religiosa, pois estas sozinhas não teriam força para tal. Usando Caio Prado Jr. como principal referência, defendeu que as tensões entre a

velha estrutura colonial em vigor (atrelada à escravidão) e a nova ordem econômica decorrente do capitalismo industrial foram fundamentais para a derrubada do regime monárquico. Para a historiadora, a falta de adaptabilidade do sistema político vigente às mudanças profundas da segunda metade do Oitocentos desgastou, definitivamente, o Império. Em termos de composição social, a proclamação da República resultou da conjugação de três forças: "uma parcela do exército, fazendeiros do oeste paulista e representantes das classes médias urbanas".

A crise do Império: recapitulando aulas anteriores

O tema da crise do Império ainda não foi abordado de forma conjuntural neste curso. No entanto, é possível percebermos, desde a Aula 14, importantes mudanças que alteraram a estrutura política, econômica, social e cultural do Império, desde o final da década de 1860. É hora de colocarmos questões novas e reforçarmos alguns aspectos já explicados anteriormente para que possamos entender a chamada "crise do Império" e a opção vitoriosa de certos grupos políticos pela substituição da Monarquia pela República. Proponho pensarmos até que ponto o desmonte da ordem escravista confundiu-se com a crise política do Império. Esta é uma questão clássica na nossa historiografia. Neste momento da aula, seguiremos o caminho sugerido por Ricardo Salles, para quem o *processo de deslegitimação da escravidão e a crise de hegemonia do Estado imperial* foram elementos centrais. Consideraremos também o papel relevante de diferentes grupos sociais, muitos deles localizados nos núcleos urbanos, na consolidação de um espaço público de crítica à Monarquia que acabou por criar, como afirma Maria Tereza Chaves de Mello, "uma disponibilidade mental e afetiva à ideia de república", identificando-a com liberdade, progresso, ciência, democracia e percebendo-a como um caminho para a modernidade no Brasil.

A deslegitimação da escravidão e a crise de hegemonia do Estado Imperial

Em 2 de abril de 1867, o Conselho de Estado reuniu-se, a pedido do imperador, para tratar da extinção da escravidão. No momento da sessão, o tema da discussão já era conhecido dos seus membros, todos colaboradores do chamado "tempo saquarema". Uma carta foi enviada pelo presidente do Conselho de ministros Zacarias de Góes, em 1º de fevereiro de 1867, adiantando o assunto e ponderando os motivos de se colocar em pauta a discussão:

O problema da extinção da escravatura no Brasil, visto o estado atual da opinião do mundo civilizado, requer da sabedoria e providência dos altos poderes do Império o mais sério cuidado para que os acontecimentos, que vão acelerando por toda a parte o termo desse trato, hoje condenado sem reserva, não venham colher desprevenido o Governo em assunto tão grave e onde melhor que ninguém lhe cabe a iniciativa, a fim de obviar grandes perturbações e desgraças (ATAS DO CONSELHO DE ESTADO apud SALLES, 2008, p. 86).

A carta deixava claro que os tempos haviam mudado e que a opinião pública internacional em relação à escravidão era, na sua grande maioria, de condenação. Diferente da primeira metade do século XIX, não era somente a Inglaterra a se pronunciar sobre o assunto de forma contrária. Apesar de não mencionar nominalmente a Guerra de Secessão (1861-1865), em que as diferenças entre Norte e Sul dos Estados Unidos em relação à escravidão desencadearam um conflito civil de grandes proporções, as consequências da experiência americana eram temidas por alguns políticos brasileiros e, principalmente, por D. Pedro II. Como o próprio monarca escreveu em 1º de janeiro de 1864: devemos pensar "no futuro da escravidão no Brasil, para que não nos suceda o mesmo a respeito do Tráfico de Africanos" (apud SALLES, 2008, p. 89). Desde aquela época, a proposta do imperador (já adotada em outros lugares) era pela emancipação do ventre da mulher escrava, o que estipularia um fim gradual para a escravidão no Brasil.

A derrota dos estados sulistas e do projeto escravocrata nos Estados Unidos significou o fortalecimento do discurso abolicionista e das posições antitráfico no contexto internacional. Na era do Imperialismo, a escravidão mostrava-se, cada vez mais, um projeto frágil, de duração limitada. No mundo das estradas de ferro, fotografia, telégrafo, navegação a vapor, enfim, da expansão tecnológica e material, havia cada vez menos espaço para o cativo *stricto sensu*. Neste contexto, a principal preocupação dos membros do governo era um eventual isolamento do Brasil no cenário internacional, o que certamente procedia. Afinal, a Monarquia brasileira era a única em país livre das Américas a manter a escravidão. Naquela época, somente Cuba, ainda uma colônia espanhola, era escravista. Além disso, pensavam que não demoraria para que muitas críticas externas sobre o tema tomassem maior fôlego na sociedade brasileira.

Naquele momento (1867), a grande preocupação não era somente os reflexos da Guerra de Secessão, conflito externo ao Brasil, mas também as consequências políticas, econômicas e sociais da Guerra do Paraguai (1864-1870). A interferência brasileira no Prata pretendia levar à frente uma política externa afirmativa, de caráter imperial, na qual o Brasil almejava se projetar como grande nação perante seus vizinhos republicanos da América do Sul. Contudo, como apontou Ricardo Salles, na prática esse projeto esbarrou nos próprios limites da organização social vigente, que tinha como princípios a escravidão e a limitação da cidadania.

Para além das dificuldades financeiras em mobilizar recursos para os esforços de guerra, a questão para o Estado imperial era como dispor de um grande contingente de cidadãos livres para ir aos campos de batalha, numa sociedade escravista, cuja cidadania era privilégio de alguns. A situação era complexa. A solução encontrada pelo governo foi a de libertar os escravos da nação, da Coroa e premiar os cidadãos que oferecessem libertos para lutarem no Paraguai. Assim, segmentos livres negros e mestiços foram incorporados aos corpos de Voluntários da Pátria com destino à campanha do Prata.



Escravos e libertos na Guerra do Paraguai

Em 5 de novembro de 1866, o Conselho de Estado discutiu a conveniência de se libertarem escravos para serem enviados para a guerra. A questão voltou à pauta na reunião de 19 de julho do ano seguinte. Finalmente, o governo decidiu libertar para a guerra os escravos da nação, da casa imperial e dos conventos, e ainda indenizar, parte em títulos públicos, parte em espécie, os proprietários que fizessem o mesmo. Além destes, houve também casos de escravos fugitivos que se alistaram como forma de assegurar sua liberdade, ou que, uma vez capturados, foram enviados para as juntas de recrutamento pelas próprias autoridades. (...) Assim como a mobilização em geral, também o recrutamento de libertos incidiu de forma diferenciada sobre as províncias. O maior número de libertos – 2.500 homens – veio da Corte, capital e centro nervoso do Império. Eles representavam nada menos que 22% do contingente total recrutado na capital e 5% da população cativa da cidade (SALLES, 2003, p. 28).

Como explicou Ricardo Salles:

A incorporação de milhares de escravos, então alforriados, e pessoas livres, mas com vínculos com a população escrava e marginalizada da vida pública e formal do Império, às fileiras do exército fez com que os estadistas imperiais temessem pela manutenção da ordem pública (SALLES, 1996, p. 167).

O governo receava que a volta dos combatentes gerasse desordens nas cidades, principalmente na Corte. Mas, não era somente medo de balbúrdias e tumultos, devido à comoção e à concentração de gente nas ruas. É importante lembrar que, até a campanha paraguaia, o Exército não constituía a força militar fundamental do Império, tendo menor importância do que a Guarda Nacional. Após o conflito, a elite dirigente do Império sabia que dificilmente tudo ficaria como antes em relação ao Exército. E, realmente, não ficou.

A participação de escravos e libertos na guerra abriu um espaço de disputa e negociação social entre os setores populares, principalmente os escravos, o Estado imperial e a classe dominante. Muitos deles eram vistos como heróis dentro da corporação, haviam feito vínculos e prestado um grande serviço à nação. A aprovação da Lei Rio Branco em 1871 (a chamada “Lei do Ventre Livre”), dentre outras coisas, deve ser entendida como uma tentativa de minimizar as reivindicações pela abolição surgidas no pós-guerra.

Mas voltemos ao projeto de 1867. Não é objetivo desta aula aprofundar os motivos da não aprovação do mesmo pelo Conselho de Estado. Contudo, cabe levantar dois pontos importantes nas ponderações feitas pelos conselheiros para rejeitarem o projeto. Em primeiro lugar, havia a preocupação de que a proposta não seria bem vista pelos grandes senhores de escravos. E, além disso, temia-se que tal atitude pudesse gerar uma massa de vagabundos e vadios nas cidades, o que perturbaria a ordem pública. O assunto acabou sendo encerrado com a convicção de que o governo havia se precipitado no encaminhamento da questão, pois as pressões internas e externas não eram suficientes para o custo político, econômico e social que a emancipação causaria para o Império naquele momento.

Pouco tempo depois, em 1871, a questão retornou ao centro das discussões, novamente por iniciativa da Coroa, e a chamada “Lei do Ventre Livre” foi aprovada. Como vimos, o custo político de tal medida em relação aos grandes senhores de escravos não

era ignorado pelos políticos, muito pelo contrário. Por que, mesmo sabendo disso, a lei foi aprovada em 1871? Acredito que uma boa resposta seria a ideia de reformar para conservar. Os estadistas não tinham em mente um projeto de nação, baseado na abolição da escravatura, mas, ao contrário, almejavam a sua manutenção. Para eles, a aprovação da “Lei do Ventre Livre” era a melhor maneira de garantir a sobrevivência da escravidão por mais alguns anos, num mundo em que esta instituição ruía. O que desejavam era realizar uma transição para outro regime de trabalho com o menor abalo possível das estruturas sociais, a fim de manter a ordem imperial e o controle dos meios de produção pela classe dominante. Portanto, os dirigentes do Império resistiram até onde puderam, pois sabiam dos riscos que corriam. Quando a situação mostrou-se inviável, a solução foi encaminhada de forma gradativa, almejando não comprometer a ordem senhorial em vigor.

Ocorria que, ao contrário do que pensaram os políticos apoiadores da lei de 1871, aos olhos dos grandes senhores de escravos o cenário interno era interpretado de outra forma. Como vimos na Aula 11, desde 1850, com o fim do tráfico atlântico, o tráfico interprovincial e a reprodução natural da escravaria foram artifícios com os quais os grandes senhores, principalmente do Vale do Paraíba cafeeiro, contaram para manter a produção em suas *plantations*. Para estes grandes proprietários, toda a década de 1860 era percebida como uma época de grandeza econômica e estabilidade dos plantéis, conforme demonstrou Salles no livro *E o vale era escravo*.

Como você já deve ter notado, havia um descolamento entre as percepções dos estadistas e dos fazendeiros, fator que está na origem da crise política desencadeada em 1871. Na interpretação de muitos proprietários de escravos, aquele foi um divisor de águas, um primeiro momento no qual a Coroa mostrou não representar mais seus interesses em relação à manutenção da ordem escravista. A lei era vista por este grupo como uma afronta contra o seu direito à propriedade privada, no caso, os escravos. Tal percepção foi

fundamental para que a Coroa perdesse uma fatia importante de sua base de sustentação política. Na década seguinte, esse afastamento foi agravado com a eclosão do movimento abolicionista, a explosão das ações de contestação dos cativos, o acirramento dos assassinatos de senhores e feitores por escravos, a estruturação de quilombos urbanos etc. A partir de então, abriu-se uma *crise de hegemonia* que tomou corpo na década seguinte e acabou enfraquecendo o regime.

Cabe perguntar: o que mudou entre os anos de 1867 e 1871 que permitiu o novo encaminhamento e a aprovação da emancipação do ventre da mulher escrava (a chamada “Lei do Ventre Livre”) neste curto espaço de tempo?

Certamente, a finalização da Guerra do Paraguai é uma peça-chave para entendermos a mudança de direção na política imperial. Além da exaustão das finanças públicas, o conflito do Prata contribuiu muito para o *processo de deslegitimação da escravidão* no Brasil. A atuação de ex-escravos na campanha do Paraguai e, ao fim do combate, a recusa de retornarem à condição de cativos abalaram as estruturas vigentes. Apesar de o número de libertos que serviram nas forças brasileiras ter sido da ordem de 10% do contingente total das tropas enviadas, a dimensão social e simbólica deste fato foi muito significativa.

Outras transformações sociais também devem ser levadas em conta para entendermos o *processo de deslegitimação da escravidão*. Como vimos na Aula 16, até meados da década de sessenta do século XIX, a escravidão era generalizada em termos sociais e territoriais no Brasil. O tráfico atlântico proporcionava uma abundância de mão de obra escrava negra africana em quase todo o território dito nacional. A grande oferta deste tipo de mão de obra fazia com que os homens livres pudessem almejar possuir um cativo para si, o que proporcionava uma aprovação generalizada do cativo e uma relativa estabilidade ao sistema escravista no Brasil.

Essa situação foi alterada paulatinamente, após 1850, com o fim do tráfico, que gerou um aumento considerável do preço do

escravo, a crioulização dos plantéis (maior número de crioulos do que africanos nas escravarias), além da maior concentração de cativos nas mãos dos grandes proprietários das áreas de *plantation*. No Vale do Paraíba fluminense, por exemplo, nos anos 1870/80, somente os cafeicultores mais ricos foram capazes de manter grandes plantéis. Para suprir a crescente demanda de mão de obra escrava nas áreas exportadoras, o tráfico interprovincial foi rapidamente mobilizado, levando escravos de áreas em decadência econômica para as regiões em ascensão. Como afirmam Lucia Bastos e Humberto Martins:

As estimativas indicam que, entre 1850 e 1888, foram transferidos aproximadamente duzentos mil escravos do Nordeste para a lavoura cafeeira. Além da venda dos cativos ter sido uma das formas de muitos proprietários de terras nordestinos saldarem suas dívidas, as secas ocorridas na região, no final da década de 1870, também contribuíram para que perdessem aproximadamente 50% do seu plantel de escravos. O trabalhador livre foi substituindo paulatinamente a mão de obra nas lavouras nordestinas (BASTOS; MARTINS, 1999, p. 350).

O tráfico interprovincial abasteceu a maioria das fazendas exportadoras e manteve-se até a extinção da escravidão em 1888. Com base nele, a região Sudeste aumentou a concentração de cativos. Enquanto isso, o processo inverso dava-se em outras regiões, afastando os interesses dos senhores de escravos do Sudeste dos interesses do restante do país. Assim, em fins da década de 1870, a defesa da escravidão como instituição estava reduzida aos interesses de um grupo de grandes proprietários e concentrada no Sudeste, o que a enfraquecia enquanto projeto nacional. Como prova disso, em 1884, a escravidão foi extinta nas províncias do Ceará, Amazonas e na cidade de Porto Alegre.

Voltemos aos anos 1870 para recuperarmos importantes atores sociais que, neste período, participaram ativamente do questionamento da escravidão e contribuíram para a sua crise.

Em primeiro lugar, é importante destacarmos a luta dos próprios escravos, através da intensificação das fugas (individuais e em massa), rebeliões, insubordinações, revoltas, ações de liberdade e protestos. Como demonstrou Sidney Chalhoub, a lei de 1871 trouxe novo fôlego às lutas da população escrava, pois aumentou consideravelmente o número de ações de escravos contra seus senhores na Justiça, seja alegando maus-tratos, seja exigindo o direito de comprar sua alforria, conforme estabelecia a mesma. Nos anos 1880, a pressão aumentaria ainda mais, num clima de desobediência civil generalizada, movido por clubes de libertos e associações populares para acoitar fugitivos, além das outras formas de resistência já citadas. O pânico de uma revolta escrava de grandes dimensões também contribuía para o clima de insegurança, como demonstrou Maria Helena Machado:

O tardio crescimento da população escrava, já no alvorecer da década de 1880, que povoava as novas áreas com cativos recém-chegados, espelhava a expansão dos cafezais, mas traduzia-se também em forte incremento da rebeldia escrava.

O temor de uma revolta geral, acompanhada de motins urbanos que envolviam tanto os libertos quanto o populacho volátil das cidades que inchavam sob o influxo do desenvolvimento cafeeiro, surgia, já em meados da década de 1880, como um dos principais terrores dos senhores, das populações citadinas e, sobretudo, das autoridades policiais dos distritos (MACHADO apud SALLES, GRINBERG, 1989, p. 377).

Além da maior pressão por parte dos escravos, a situação social desfavorável à escravidão contava ainda com a força dos abolicionistas. Como você estudou na aula passada, o movimento abolicionista era formado por escritores, estudantes, jornalistas, professores, militares e políticos, que condenavam a escravidão e valorizavam o trabalho livre. Suas ações podiam ocorrer de várias formas: acoitamento de escravos, favorecimento de quilombos urbanos, atuação nas senzalas, militância em jornais e gazetas

abolicionistas, promoção de festas e eventos para arrecadação de fundos para alforrias, atuação em instituições a exemplo da Sociedade Brasileira contra a Escravidão (fundada em 1880) e da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro (fundada em 1883) etc.

Na visão dos abolicionistas, a escravidão era a causa do atraso do país perante as nações civilizadas. José do Patrocínio, por exemplo, sempre encerrava seus editoriais com a frase: "A escravidão é um roubo, e todo dono de escravos é um ladrão." O movimento contava, ainda, com outras lideranças, como Joaquim Nabuco e André Rebouças, no Rio de Janeiro, e Luís Gama e Antonio Bento, em São Paulo. Contudo, não se pode reduzir o movimento abolicionista à ação dos líderes mais ilustres, devendo-se pensar numa rede abolicionista que tanto atuava nas cidades quanto próxima às senzalas.

Na década de 1880, a campanha antiescravista tomou as ruas e angariou o apoio das massas urbanas, em larga medida composta por negros, mestiços, escravos, ex-escravos. Ao contrário do que era esperado pela Coroa, a Lei dos Sexagenários (1885), ao prever a indenização dos senhores pela perda de sua propriedade, exacerbou o movimento abolicionista. Da parte dos grandes proprietários de terra, a mesma era sentida como um novo golpe do Estado contra seus interesses. A questão escrava levava à subida e descida de vários gabinetes ministeriais. Não havia como adiar mais. Em 1888, abalada por pressões de diversos setores, a escravidão foi extinta no Brasil, sem indenização, através da Lei Áurea. O 13 de Maio libertou 700 mil escravos, dos 15 milhões de pessoas existentes no Império, e foi comemorado em vários lugares. A aprovação da lei na Câmara contou com a negativa dos políticos, representantes dos cafeicultores do Vale do Paraíba, que se divorciavam definitivamente da Coroa.

A partir de então, a *crise de hegemonia* chegava ao seu ápice no que competia à insatisfação dos senhores de escravos. Contudo, as dificuldades da Coroa em atender às diferentes demandas sociais eram profundas e atingiam diversas instituições – como o Exército e a

Igreja – e grupos sociais, o que comprometia a vitalidade política do Império. Essa é a próxima peça para entendermos a crise monárquica e a proclamação da República.

Múltiplas demandas e a consolidação de um espaço público de crítica

Diversos autores, como Emília Viotti da Costa, José Murilo de Carvalho, Ricardo Salles, Maria Tereza Chaves de Mello e Ângela Alonso, embora por caminhos diferentes entre si, apontaram para a importância do crescimento urbano nas décadas de 1870 e, principalmente, 1880 como um fator importante da desestruturação do arcabouço político, econômico e social vigente. Nesse espaço de importância crescente, além dos escravos cada vez menos frequentes, atuavam trabalhadores livres, tanto imigrantes estrangeiros (trazidos por meio da política de importação de mão de obra incentivada pelo governo imperial, conforme visto na Aula 13) quanto recém-libertos, descendentes ou parentes de escravos. Estes trabalhadores livres viam no serviço de cativos um impedimento para a melhoria de suas condições de vida.

Além destes trabalhadores, viviam nas cidades estudantes, médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, professores, literatos, funcionários públicos e comerciantes, que, por não dependerem da escravidão e/ou das redes de favores dos grandes fazendeiros, estavam mais suscetíveis ao que o escritor Sílvio Romero denominou de “um bando de ideias novas”, a saber: abolicionismo, republicanismo, Positivismo, cientificismo, evolucionismo (ver Aula 15), como caminho para a modernidade. Estas ideias eram discutidas em jornais, ensaios e livros de uma série de intelectuais que ingressaram na vida acadêmica, nos anos 1870, e conquistaram projeção nacional.

Os intelectuais da chamada “Geração de 1870” possuíam certa identidade geracional e criticavam, cada qual a sua maneira, alguns dos principais valores da tradição imperial: o catolicismo monárquico, a definição indianista de identidade nacional, o

romantismo, os cargos públicos vitalícios, a centralização política, o nepotismo, o Poder Moderador e a escravidão. Assim, uma nova cultura movida pelo culto à ciência e ao progresso renovava a mentalidade principalmente nos centros urbanos. Para Maria Tereza Chaves de Mello, esses intelectuais da "Geração de 1870", monarquistas ou republicanos, foram importantes porque pensaram as questões brasileiras e a identidade nacional sob nova ótica. Já Angela Alonso enfatiza que esses novos agentes, até então marginalizados da política imperial saquarema, buscaram o reconhecimento de seu espaço na vida intelectual e pública do país através da crítica ao regime vigente. O certo é que, num momento político complexo como as décadas de 1870 e 1880, esses questionamentos fortaleceram os ecos dissidentes e auxiliaram na crise de hegemonia do Estado imperial.

Neste processo, cabe destacar também a importância do fortalecimento do republicanismo como uma alternativa à ordem vigente. Como você sabe, os ideais republicanos não eram uma novidade do período. Em diversos momentos e lugares do Império brasileiro, a ideia de República havia sido discutida. Contudo, em 3 de dezembro de 1870, saía o primeiro exemplar do jornal *A República*, com o "Manifesto Republicano". Esse documento refletia a aproximação entre pequenos grupos contrários à Monarquia que começavam a se agitar na Corte e em Minas Gerais. Eram advogados, jornalistas, médicos e outros setores das classes médias que não se sentiam representados pelo jogo político tradicional entre conservadores e liberais. O manifesto pregava a luta de ideias contra a Monarquia, a revolução moral, além de defender o federalismo e a autonomia regional. No entanto, a ampliação da cidadania, política ou civil, não era aprofundada para evitar desavenças entre as diferentes correntes republicanas em ação.



Trechos do "Manifesto republicano"

No Brasil, antes ainda da ideia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia do nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as próprias divisões, criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território.

Foi a necessidade que demonstrou, desde a origem, a eficácia do grande princípio que embalde a força compressora do regime centralizador tem procurado contrafazer e destruir.

Enquanto colônia, nenhum receio salteava o ânimo da monarquia portuguesa por assim repartir o poder que delegava aos vassallos diletos ou preferidos. Longe disso, era esse o meio de manter, com a metrópole, a unidade severa do mando absoluto.

As rivalidades e os conflitos que rebentavam entre os diferentes delegados do poder central, enfraquecendo-os e impedindo a solidariedade moral às ideias e a solidariedade administrativa quanto aos interesses e às forças disseminadas, eram outras tantas garantias de permanência e solidez para o princípio centralizador e despótico. A eficácia do método havia já sido comprovada, por ocasião do movimento revolucionário de 1789, denominado a Inconfidência. (...)

A Independência, proclamada oficialmente em 1822, achou e respeitou a forma da divisão colonial. A ideia democrática, representada pela primeira Constituinte brasileira, tentou, é certo, dar ao princípio federativo todo o desenvolvimento que ele comportava e de que carecia o país para poder marchar e progredir. Mas a dissolução da Assembleia Nacional, sufocando as aspirações democráticas, cerceou o princípio, desnaturou-o, e a carta outorgada em 1824, mantendo o *status quo* da divisão territorial, ampliou a esfera da centralização pela dependência em que colocou as províncias e seus administradores do poder intruso e absorvente, chave do sistema, que abafou todos os respiradouros da liberdade, enfeudando as províncias à corte, à sede do único poder soberano que sobreviveu à ruína da democracia. (...)

O regime da federação, baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses de representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira. (...)

Em conclusão: expostos os princípios gerais que servem de base à democracia moderna, única que consulta e respeita o direito à opinião dos povos, temos tornado conhecido o nosso pensamento. Como o nosso intuito deve ser satisfeito pela condição da preliminar estabelecida na própria carta outorgada; a convocação de uma Assembleia Constituinte com amplas faculdades para instaurar um novo

regime é necessidade cardeal. As reformas a que aspiramos são complexas e abrangem todo o nosso mecanismo social. Negá-las absolutamente, fora uma obra ímpia, porque se provocaria a resistência. Aprazá-las indefinidamente, fora um artifício grosseiro e perigoso. Fortalecidos, pois, pelo nosso direito e pela nossa consciência, apresentamo-nos perante os nossos concidadãos, arvorando resolutamente a bandeira do partido republicano federativo.

Somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito, e aos interesses dos Estados americanos. A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem de opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam. Perante a Europa, passamos por ser uma democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesão. Perante a América, passamos por ser uma democracia monarquizada, onde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano.

Em tais condições pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo.

O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de coisas, pondo-nos em contato fraternal com todos os povos e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte.

Caso você queira consultar a lista dos signatários do "Manifesto Republicano", veja: http://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto_Republicano.

Para o historiador José Murilo de Carvalho, havia três diferentes tendências no grupo republicano. Os liberais (liberalismo à americana) representavam principalmente os cafeicultores e políticos do oeste paulista que defendiam a federação com o objetivo de assegurar às províncias o controle da política bancária, imigratória e a descentralização das rendas. Os radicais (jacobinismo à francesa), aos quais interessava a ampliação da representação política dos cidadãos, dos direitos e das garantias individuais, além do federalismo e da abolição. Neste grupo, destacavam-se Silva Jardim, Lopes Trovão e membros das classes médias urbanas. Havia, ainda, uma tendência militar (Positivismo) que defendia um Executivo forte e intervencionista, além do progresso pela ditadura.

No que compete à adesão dos militares aos ideais do republicanismo e do Positivismo, não podemos nos esquecer que, desde o fim da campanha do Prata, o Exército dava várias demonstrações de descontentamento, sem, no entanto, obter retorno considerado satisfatório. No Ceará, os militares estiveram envolvidos nas pressões pela abolição, através do apoio ao movimento dos jangadeiros. Além da problemática da escravidão, uma série de outras demandas por maior participação política e autonomia eram feitas. Sem a contrapartida do governo imperial, a jovem oficialidade do Exército, principalmente aquela ligada à Escola Militar da Praia Vermelha, aderiu aos ideais abolicionistas, positivistas e republicanos que colocavam em questão as estruturas de funcionamento do Império. Entre 1884 e 1887, uma série de conflitos e disputas envolveram o Exército e a Monarquia (Questão Militar), afastando cada vez mais estas duas instâncias. O golpe que deu fim à Monarquia contou com muitos membros da jovem oficialidade, envolvidos neste processo de crítica ao Estado constituído.



A baixa oficialidade do Exército e sua participação no advento da República



Figura 17.3: Escola Militar da Praia Vermelha, 1888.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Escola_militar_rio_de_janeiro_1888.jpg.

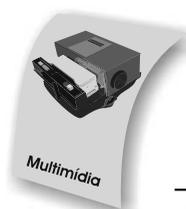
O antropólogo Celso Castro estudou o advento republicano e concluiu que o mesmo não contou com a unidade militar. Segundo ele, a Proclamação da República foi resultado de uma conspiração militar da chamada “mocidade militar” ou “jovem oficialidade” do Exército. Este grupo era composto por jovens oficiais, com menos de 30 anos, principalmente vindos do norte, nordeste e Rio Grande do Sul, que ocupavam postos de baixa patente e haviam estudado na Escola Militar da Praia Vermelha, após 1874, período em que era forte na instituição a filosofia positivista de Augusto Comte. Esta fração do Exército foi responsável por cooptar Benjamin Constant, líder positivista e professor de Matemática da Escola Militar, para a causa republicana em busca de ascensão política e social. Dentre as crenças compartilhadas por

esses jovens, estavam uma mentalidade científicista e a valorização do mérito pessoal.

A “mocidade militar” era francamente republicana desde muito antes da “Questão Militar” de 1886-1887, geralmente considerada um marco da radicalização política dos militares ao final do Império. A partir de 1878, alunos da Escola Militar criaram clubes secretos republicanos. (...) Entre a “mocidade militar” não havia clareza a respeito de como a República vindoura seria organizada. (...) A falta de definição a respeito de como seria a República facilitou, por um lado, a unidade de pensamento e ação da “mocidade militar” antes do golpe de 1889; por outro lado, ajudou a apressar sua fragmentação tão logo a República foi instituída. Foi com esse espírito “científico” e republicano que a “mocidade militar” participou ativamente da conspiração que levou ao fim da monarquia no Brasil. (...) Apesar de poucos, esses oficiais mais graduados foram importantes para passar à Nação e ao Exército a ideia de que representavam a “classe militar”.

Fonte: 15 de novembro de 1889: a proclamação da República in: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/ProclamacaoRepublica>.

Ao fim e ao cabo, todos os três grupos republicanos reivindicaram o seu lugar como orientador máximo do novo regime. Contudo, num primeiro momento, os militares saíram na frente, e não é à toa que a historiografia denomina os dois primeiros governos da Primeira República – marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894) – de República da Espada.



Alguns sites para quem se interessa pelo assunto

- Especial Proclamação da República, *Folha de S. Paulo*: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2001/republica/index.shtml>
- Especial Proclamação da República, *Veja*: <http://veja.abril.com.br/historia/republica/indice.shtml>
- Nos jornais da época: <http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj03.htm>
- ASSIS, Machado. *O velho Senado*.
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=19228
- NABUCO, Joaquim. *A República é incontestável*.
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=19228
- Museu da República: <http://www.museudarepublica.org.br>
- Site de referência da história republicana brasileira:
http://www.republicaonline.org.br/index_site.htm



Atende aos Objetivos 2 e 3



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/96/Angelo_Agostini%2C_1885%2C_A_grande_degringolade.jpg?uselang=it

como desfavoráveis à escravidão, o mesmo não acontecia com os grandes senhores de escravos, que viviam um momento de estabilidade em seus plantéis. Desta forma, a Lei do Ventre Livre foi interpretada por esses como um rompimento de contrato entre a Coroa e sua base aliada, os grandes proprietários, principalmente do Vale do Paraíba fluminense.

A esta altura, internamente, a escravidão também passava por um processo de deslegitimação. Poucos eram aqueles que possuíam escravos nas décadas de 1870 e 1880, e, com isso, esta instituição ficava cada vez mais restrita aos grandes senhores do Sudeste.

Podem-se destacar ainda as lutas da população escrava, o movimento abolicionista, as críticas políticas e sociais da chamada "Geração de 1870", o fortalecimento do republicanismo e o crescimento do ideal positivista, principalmente, na baixa oficialidade do Exército.

CONCLUSÃO

Em torno da proclamação da República – notas sobre um embate historiográfico

Em *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* (1987), José Murilo de Carvalho partiu da famosa frase do jornalista e político republicano Aristides Lobo sobre a proclamação da República: “O povo assistiu a tudo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada” (carta ao jornal *Diário Popular*, 18 de novembro de 1889) para defender a tese de que a população carioca não havia participado do 15 de Novembro. A proclamação da República havia sido um motim de soldados, apoiados por políticos da capital e grupos rurais, ligados ao Vale do Paraíba fluminense, cuja aliança com a Coroa se rompeu em 1871, com a "Lei do Ventre Livre". Com medo da desorganização do Estado e da agricultura, devido às crescentes pressões políticas e sociais pela abolição, esses grupos articularam-se em torno da República.

Ao contrário do que era desejado por esses grupos, a Lei Áurea aproximou a Monarquia dos ex-escravos e seus descendentes, como se percebe nas saudações à princesa Isabel e ao imperador realizadas nos diversos festejos populares que se estenderam por uma semana após 13 de maio de 1888. A tese principal de José Murilo de Carvalho é que a Monarquia foi derrubada quando atingia seu ponto mais alto de popularidade entre os subalternos. Essa nova conjuntura amedrontava as elites senhoriais que se bandearam para o lado dos republicanos e outros descontentes com o regime. Segundo ele, na visão dos grupos políticos que assumiriam o poder, “o problema não era ausência de povo: era povo demais” (CARVALHO, 1987, p. 73). A República, passado o momento inicial de expansão democrática, teria se caracterizado pela pouca participação eleitoral, pela exclusão do envolvimento popular no governo e pela prevenção contra pobres e negros. Tal atitude pode ser demonstrada pela perseguição e pelo desterro dos capoeiras para a ilha de Fernando de Noronha, realizada pelo chefe de polícia da capital Sampaio Ferraz durante o governo de Deodoro da Fonseca, ou na destruição do Cabeça de Porco, o mais famoso cortiço da capital, pelo prefeito Barata Ribeiro.

A República teve de encarar a organização de outro pacto de poder que pudesse substituir o arranjo imperial com grau suficiente de estabilidade. Para tanto, sua vertente liberal entendia que precisava neutralizar a influência da capital na política nacional e governar o país por cima do tumulto das multidões, o que foi conquistado a partir da presidência do civil Campos Salles (1898-1902). Para ele, a República, conforme foi estabelecida no Brasil, significou a vitória da ideologia liberal, pré-democrática, darwinista e reforçadora do poder oligárquico. Contudo, José Murilo de Carvalho contesta a ideia de um povo bestializado em todas as esferas do social e convida o leitor a entender o imaginário e a prática política dos populares, através da análise da chamada "Revolta da Vacina" (1904).

A visão da historiadora Maria Tereza Chaves de Mello opõe-se diretamente aos argumentos de José Murilo de Carvalho. Não que ela defenda um grande apoio popular à República ou que rejeite a popularidade da família imperial. Segundo a autora, a década de 1880 foi marcada pela politização da sociedade e pelo retorno à intervenção política direta. Os grupos reformistas contestadores não tinham no Parlamento seu espaço de expressão e ação. As ruas da capital, principalmente a rua do Ouvidor, foram palco de *meetings*, eventos da campanha abolicionista, clubes, mobilizações populares, manifestações republicanas, conferências públicas, jornais e revistas, ilustrados com opiniões diversificadas, numa renovada forma de fazer política que se assemelhava aos tempos da Regência. A campanha de Rui Barbosa no jornal *Diário de Notícias*, em 1889, por exemplo, denunciava os desmandos da Coroa e o uso da violência contra a liberdade de expressão dos críticos ao regime.

O espaço público ampliava-se. Neste processo, mesmo as ações repressivas da polícia contra as diversas manifestações urbanas devem ser consideradas. Por outro lado, a nova cultura atingia o povo através da imprensa, um veículo fundamental para que ocorresse a renovação da linguagem que estabelecia uma dicotomia entre Monarquia e República. A primeira identificada com tirania, soberania de um poder hereditário, centralização, apatia, atraso e teologia, enquanto a segunda equivalia a liberdade, soberania popular, governante eleito, mérito, progresso, cidadania, ciência, federalismo, todos os termos que apontavam para um futuro desejado. A difusão de uma cultura democrática e científica no final do Império criou uma disposição mental e afetiva para o novo, para a ideia de República no Brasil, como uma nova possibilidade de experiência social futura. Assim, pouco a pouco, foi-se efetuando “o desmonte da cultura imperial”, uma “deslegitimação simbólica e teórica do regime”, auxiliada por um contexto interno ao qual a autora chamou de “crise de direção”. E, conclui: o regime republicano em 1889 era visto por muitos como uma necessidade histórica diante da modernização. Por isso, a população não reage e consente.

Resposta Comentada

Para José Murilo de Carvalho, a Monarquia foi deposta quando alcançou a sua popularidade mais alta. Neste sentido, a aproximação do povo com a Coroa, devido à Lei Áurea, foi vista como uma ameaça pelas elites senhoriais que se bandearam para o lado dos republicanos, e outros descontentes com o regime. Assim, José Murilo acredita que o movimento que levou à República não contou com a participação popular, conforme foi descrito por Aristides Lobo: “O povo assistiu a tudo bestializado.” Já Maria Tereza Chaves de Mello defende que a queda do Império deveu-se a uma ampliação do espaço público e de crítica. Neste espaço, proliferaram clubes, jornais, associações, *meetings* etc., em que a Monarquia foi cada vez mais identificada com tirania, soberania de um poder hereditário, centralização, apatia, atraso e teologia. Já a República passou a equivaler a liberdade, soberania popular, governante eleito, mérito, progresso, cidadania, ciência, federalismo, todos os termos que apontavam para um futuro de progresso e modernidade. Para a autora, foi a difusão de uma cultura democrática e científica no final do Império que criou uma disposição mental e afetiva para o novo, para a ideia de República no Brasil, como uma nova possibilidade de experiência social futura. Assim, pouco a pouco, houve o “desmonte da cultura imperial” e uma “deslegitimação simbólica e teórica do regime”, auxiliada por um contexto interno ao qual a autora chamou de “crise de direção”.

RESUMO

Nesta aula, você aprendeu que os eventos que envolveram a proclamação da República sofreram diferentes interpretações e foram narrados nos diversos jornais, dependendo das posições políticas dos contemporâneos e articulistas.

Desde fins dos anos 1860, o Império passou por importantes mudanças que alteraram a estrutura política, econômica, social e cultural, tais como: a Guerra do Paraguai, o movimento abolicionista, o fortalecimento do Positivismo e do culto à ciência, o manifesto republicano, o crescimento urbano e do espaço público de crítica e a fundação de partidos republicanos pelo Brasil.

Seguindo o caminho sugerido por Ricardo Salles, defendemos que a crise do Império foi impulsionada por um *processo de deslegitimação da escravidão* e por uma *crise de hegemonia do Estado imperial*. Também destacamos o papel dos diferentes grupos sociais, principalmente urbanos, na consolidação de um espaço público de crítica à Monarquia que acabou por criar uma disponibilidade mental à ideia de República.

○ curso encerra-se aqui, espero que tenham gostado.

História do Brasil II

Referências

Aula 11

ARAÚJO, R. B. de. *Guerra e paz: casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. História da família e demografia histórica. In: VAINFAS, R.; CARDOSO, C. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus: USP, 1965.

FIORENTINO, Manolo; GOES. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

_____. *Sobrados e mocambos*. 9. ed, Rio de Janeiro: Record, 1996.

GOMES, Flávio. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

_____. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Tempo*, Rio de Janeiro, p. 67-93, 1996.

GRINBERG, K. *Liberata, a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, SP, 1798-1850)*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2008.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LEI do Ventre Livre: o que foi a Lei do Ventre Livre, escravidão no Brasil, lei abolicionista, lei na íntegra, resumo. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/lei_ventre_livre.htm>. Acesso em: 19 set. 2011.

MARQUESE, Rafael. *Feitores do corpo, missionários da mente-senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (Org.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 3.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, L. F. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

MUAZE, Mariana. O Vale do Paraíba e a dinâmica imperial. In: _____. *Inventário das fazendas fluminenses*. Disponível em: <www.institutocidadeviva.org.br/inventarios>.

OCTAVIO, Ianni. *Octavio Ianni: O preconceito racial no Brasil*. Entrevista. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a02v1850.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2011.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo: Vassouras, século XIX: senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, E.; Reis, J. J. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro. 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero da (Org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

_____. *Na senzala uma flor, esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

STEIN, Stanley J. *Vassouras, um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

WERNECK, Francisco Peixoto de. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*.

Aula 12

CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy (Org.). *História cultural. Experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p.173-208.

_____. Narrativa, cor local e ciência. Notas para o debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*, v.8, n.10, jul/dez. 2004.

COSTA, Hipólito José da. *Hipólito José da Costa*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001. (Coleção Formadores do Brasil).

GUIMARÃES, Lúcia P. Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, p. 459-613, jul/set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

JANCSÒ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta*. São Paulo: Editora Senac: Sesc, 2000, p.129-175.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil: 1845. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.4, p.381-403, 1973.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHWARCZ, Lilia M. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Aula 13

BARMAN, Roderick. *Brazil: the forging of a nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial de café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 2.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Aula 14

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros. 1800-1808*. Bauru, SP: EDUSC, 2008.

BETHEL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos*. Brasília: Senado Federal, 2002.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

FERREIRA, Gabriela. Conflitos no rio da Prata. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial, 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 309-341. v. 1.

_____. *O rio da Prata e a consolidação do estado imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

IZECKSOHN, Vítor. A guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 385-424. v. 2.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata*. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2002.

RODRIGUES, José Honório et al. *Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

Aula 15

ALENCAR, José de. *Cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008.

ALONSO, Ângela. Epílogo do romantismo: dados. *Revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 139-162, 1996.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. São Paulo: Convívio: Edusp, 1986.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil. in: PERRONE-MOISÉS, Leyla (Org.). *Do positivismo à desconstrução: ideias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004.

DANTES, Maria Amélia. Os positivistas brasileiros e as ciências no final do século XIX. In: HAMBURGUER, A. I. et al (Org.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 1996.

MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v.3.

MELLO, Maria Tereza Chaves. *A república consentida*. Rio de Janeiro: Editora da FGV: Edur, 2007.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ROMERO, Sílvio. Explicações indispensáveis. In: TOBIAS, Barreto. *Vários escritos*. Sergipe: Editora do Estado do Sergipe, 1926, p. 23-24.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. T. 1.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5. ed. revista. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2000.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Aula 16

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: teatro de sombras*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. parte II. cap. 2.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: UNESP, 2008.

_____. *Da senzala à colônia*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1998.

FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *A era do capital*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. cap. 7.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

_____. *E o Vale era o escravo: Vassouras – século XIX: senhores e cativos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Abolição da escravidão, classes sociais e intelectuais no Brasil do século XIX*. In: ENCONTRO ESTADO E PODER: HEGEMONIA, 4., 2008, Niterói. Notas de Pesquisa... Niterói: UFF, 2008.

Aula 17

A PROCLAMAÇÃO da república. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/estrategias-ensino/a-proclamacao-republica.htm>>. Acesso em: 10 out. 2011.

ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000030.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

BASTOS, L.; MARTINS, H. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

CARVALHO, J. M. de. Os três povos da República. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, set./nov. 2003. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/59/09-josemurilo.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

_____. Os três povos da República. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, 2003. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/59/09-josemurilo.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

_____. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Celso. *A proclamação da república*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 86 p. (Coleção Descobrindo o Brasil)

COSTA, E. Viotti da. *Da monarquia à república; momentos decisivos*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979. p. 326.

_____. *Da senzala à colônia*. 2. ed, São Paulo: Livraria de Ciências Humanas Ltda., 1982.

_____. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1979.

GANGUES do Rio de Janeiro imperial. *Viva*, n. 88, fev. 2011. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/gangues_do_rio_de_janeiro_imprimir.html>. Acesso em: 10 out. 2011.

GOMES, Angela de Castro. O 15 de novembro. In: GOMES, Angela de Castro et al. (Org.). *A república do Brasil*. Rio Janeiro: FGV, 2001.

MACHADO, Maria Helena. Emancipacionismo e gradualismo: como fazer com que os próprios escravizados indenizem seus senhores? In: SALLES, R.; GRINBERG, K. (Org.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 3.

MANIFESTO republicano. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto_Republicano>. Acesso em: 10 out. 2011.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista*. 2. ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, I. R. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MELLO, M. T. C. de. *A modernidade republicana*. 2008. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a02.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

_____. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV: Editora Edur, 2007.

NOTÍCIAS de jornais sobre Proclamação da República: ano de 1889. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/LiteraturaInfantil/Link%20rep%FAblica.htm>>. Acesso em: 10 out. 2011.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era escravo: Vassouras, século XIX, senhores e escravos no coração do império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Guerra do Paraguai: memórias & imagens*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.

_____. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SILVA, Eduardo: *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.